

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E *DESIGN*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

ANDREI MIKHAIL ZAIATZ CRESTANI

**REVELANDO LUGARES E TERRITÓRIOS URBANOS:
TENSÕES CONCEITUAIS DE ESPACIALIDADES URBANAS CONTEMPORÂNEAS**

**CURITIBA
2012**

ANDREI MIKHAIL ZAIATZ CRESTANI

**REVELANDO LUGARES E TERRITÓRIOS URBANOS:
ESPACIALIDADES URBANAS E SUAS SOBREPOSIÇÕES NA CIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia, da Escola de Arquitetura e *Design*, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José Firmino

CURITIBA

2012

ANDREI MIKHAIL ZAIATZ CRESTANI

**REVELANDO LUGARES E TERRITÓRIOS URBANOS:
ESPACIALIDADES URBANAS E SUAS SOBREPOSIÇÕES NA CIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia, da Escola de Arquitetura e *Design*, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão Urbana.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo José Firmino
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dr. Carlos Hardt
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof. Dra. Gislene Santos
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, ____ de _____ de 2012.

AGRADECIMENTOS

Acredito que nada do que conquistei em minha caminhada seria possível sozinho. Assim, injusto seria não agradecer àqueles que sempre estiveram presentes em minha vida.

Gostaria de dedicar meu primeiro “obrigado” à Deus que diariamente inspira minha busca pelo conhecimento. Sempre sinto Sua mão encaminhando todos os meus passos, assim como minhas ideias e projetos.

À minha família: pai, mãe e irmã, pela demonstração de amor, apoio, carinho, dedicação e compreensão das minhas ausências necessárias em diversos momentos, para que eu pudesse me dedicar aos meus trabalhos e à dissertação. Vocês edificaram a base de tudo o que sou.

Sou extremamente grato aos meus professores, que desde a graduação me incentivam para a carreira científica. Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Fábio Duarte que, além de referência como profissional, tornou-se uma referência pessoal de caráter, amizade e senso de humanidade.

Estendo as mesmas considerações ao meu orientador Prof. Dr. José Rodrigo Firmino, que desde a graduação me motiva a transpor meus limites. Suas contribuições críticas, sempre construtivas, me levaram a reconhecer minhas falhas e buscar meu aprimoramento pessoal. Agradeço por me manter inquieto na pesquisa, com inteligentes provocações que me lançavam a descobertas mais profundas na dissertação e exercitava minha capacidade de pesquisador. Também agradeço muito suas duras palavras necessárias para que eu melhorasse minha qualidade de redação científica.

Não poderia esquecer também do Prof. Dr. João Henrique Bonametti e à Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt pelo convite a mim formulado para participar da monitoria do curso de especialização que paralelamente participei enquanto estive no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. Com vocês tive a oportunidade de aprender muito sobre a pesquisa acadêmica, bem como de solidificar nossa amizade. Ao Prof. Dr. João Henrique Bonametti também sou extremamente grato por haver me indicado à docência, abrindo diversas oportunidades profissionais.

Agradeço aos professores Dr. Carlos Hardt e Dra. Gislene Santos pelas contribuições na qualificação que fomentaram o crescimento deste trabalho.

Aos meus amigos Cris, Bruno, Jonas, Fabi e Elisa, que me acompanham desde meus estudos anteriores à graduação, sempre fiéis, apoiando, incentivando, partilhando de ideais e garantindo muita diversão mesmo nos meus momentos mais difíceis. Também agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho, Jacson, Maria e Guilherme, por me acompanharem em minha vida e meus estudos e por também compreenderem minhas faltas, sempre me incentivando e ajudando a seguir em frente e me auxiliando em diversos momentos quando solicitei ajuda.

Aos meus amigos de trabalho, professores da Faculdade Mater Dei que se mantiveram neste último ano acompanhando meu processo de finalização, sempre me dando apoio e garantindo ótimos momentos de aprendizado e diversão dentro e fora da sala de aula. Em especial agradeço à Marta Beatriz (Bia) pela amizade e pelo imenso auxílio no processo de finalização do trabalho, disponibilizando seu tempo para discussões dos resultados, e sua amizade para momentos difíceis que passei, o que me ajudou e motivou extremamente no resultado final.

Aos meus companheiros de caminhada no Ministério de música Noah, que mantiveram meu nome em suas orações me dando força e coragem para o sucesso na finalização do trabalho, e compreendendo todas as minhas ausências necessárias na evangelização para que eu conseguisse finalizar este estudo.

A todos vocês, muito obrigado. Vocês foram e são a força no meu caminho que impulsionou o alcance de mais esta vitória.

RESUMO

O espaço urbano congrega uma série de fenômenos resultantes de interações socioespaciais, tornando-se campo exploratório de uma pluralidade de disciplinas que se conjugam na tentativa de identificar como se determinam novos arranjos espaciais na cidade contemporânea. Neste contexto se encontram lugares e territórios urbanos: os fenômenos aqui estudados que, por excelência, são matrizes espaciais e, portanto, escalares como o próprio espaço. Os limites conceituais de lugar e território são tênues, pois ambos dizem respeito a processos de apropriação, significação e atribuição de valores sobre determinada porção do espaço, sendo a busca pelo domínio sobre este espaço o que diferencia, basicamente, território de lugar. Neste sentido, identificar os fenômenos no espaço vivido é tarefa tão difícil quanto definir os limites conceituais entre eles, já que admitem certos sobreposições e intangibilidades. A pesquisa, então, busca compreender: como se manifestam os processos de lugaridades e territorialidades urbanas e suas sobreposições? Para construir esta resposta o trabalho se divide em três momentos. No primeiro se constrói uma reflexão longitudinal sobre o espaço, conceito estruturante na compreensão de fenômenos socioespaciais como lugares e territórios. Posteriormente é traçada uma análise acerca dos fenômenos buscando entender como eles se comportam no espaço urbano (entre público e o privado), elegendo o objeto para a análise destas relações: condomínios horizontais. No terceiro momento se constrói um método capaz de identificar características que definam relações de lugaridades e territorialidades urbanas. A adoção do condomínio horizontal como artefato urbano balizador da discussão se justifica a partir do objetivo do trabalho que é identificar processos e sobreposições de lugaridades e territorialidades a partir de uma relação espaço público – privado. Por suas características próprias de cerceamento, legislação, homogeneidade social, o condomínio se configura como um território em escala local, e coube à pesquisa identificar se estas características se estendem sobre as relações urbanas e territorializam o seu entorno, ou se existem relações de lugaridades no espaço público capazes de esmaecer o domínio espacial exercido pelo condomínio. Para a aferição empírica é considerada a construção metodológica de Castello (2007) que estrutura a análise de lugares a partir de linhas estruturais, perceptuais e experienciais. Como a pesquisa considera estudar a relação entre lugares e territórios, as características conceituais destes completam o corpo metodológico construído para a pesquisa de dois casos de condomínios horizontais em Curitiba e suas relações com a cidade. Cada condomínio avaliado pertence a estratos econômicos distintos: um de baixa e outro de alta renda, identificando as possíveis diferenças no comportamento dos fenômenos em contrastes socioeconômicos. Ao final do estudo, se verifica que a pluralidade de usos que as diferentes localidades dispõem é preponderante no processo de lugarização e/ou territorialização dos espaços urbanos. Ao mesmo tempo, estímulos como segurança e coesão social parecem, em amplo sentido, colaborar na definição de tensões e/ou hibridizações de lugares e territórios na cidade contemporânea.

Palavras-chave: Lugar. Território. Espaço. Cidade contemporânea.

ABSTRACT

Urban space involves a series of phenomena resulting from sociospatial interactions and is a field explored by a variety of disciplines working together in an attempt to identify how new spatial arrangements in contemporary cities are determined. It is in this context that urban places and territories—the phenomena studied here, which are spatial matrices par excellence and therefore also scalar matrices, like space itself—are found. The conceptual limits of place and territory are tenuous as both concern processes of appropriating and ascribing meaning and values to a particular portion of space, the search for control of this space being essentially what differentiates territory from place. In this sense, identifying the phenomena in lived space is as difficult a task as defining the conceptual limits between them, as these can be intangible and not clearly discernable. This study therefore seeks to understand how the processes of placeness and territoriality and any overlaps between them manifest themselves. To do this, the study is divided into three parts. In the first, a longitudinal study of space, the concept used to understand sociospatial phenomena such as places and territories, is carried out. Next, the phenomena are analyzed in an attempt to understand how they behave in urban space (between public and private space), using horizontal condominiums as the subjects of the analysis. Finally, a method capable of identifying characteristics that define relationships of urban placeness and territoriality is developed. The horizontal condominium was chosen as the urban artifact upon which to base the discussion because the aim of the study is to identify processes associated with placeness and territoriality and overlaps between them from the perspective of a public-private relationship. Because they have features characteristic of restriction, legislation and social homogeneity, condominiums constitute territories on a local scale. The study sought to establish whether these characteristics extend to the urban relationships and territorialize the surrounding area or whether there are relationships of placeness in public space that are able to diminish the spatial dominance exerted by condominiums. The empirical assessment was based on the methodology described by Castello (2007), who structured the analysis of places along structural, perceptual and experiential lines. As the study seeks to analyze the relationship between places and territories, the conceptual characteristics of these complete the methodology used in the study, which investigated two horizontal condominiums in Curitiba and their relationship with the city. Because each of the condominiums analyzed belongs to a different social stratum—one is from a low-income group and the other from a high-income one—any differences in the behavior of the phenomena in contrasting socioeconomic environments can be identified. In conclusion, it is found that the variety of uses in different locations plays a dominant role in the process of place-making and/or territorialization of urban spaces. At the same time, stimuli such as security and social cohesion appear, in a broad sense, to contribute to tensions between and/or hybridizations of places and territories in contemporary cities.

Keywords: Place. Territory. Space. Contemporary city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Engenho Publicitário do empreendimento Jardim América.....	70
Figura 02 - Projeto Residencial Canadá Garden City.....	70
Figura 03 - Localização do primeiro condomínio Ouro Fino e entorno imediato.....	86
Figura 04 - Mapeamento contexto condomínio Ouro Fino.....	87
Figura 05 - Imagens do entorno condomínio Ouro Fino.....	88
Figura 06 - Mapeamento dos locais de entrevista no contexto do condomínio Ouro Fino.....	90
Figura 07 - Perfil 01: Mapeamento de mancha de usos não condôminos (25 - 35 anos).....	100
Figura 08 - Perfil 02: Mapeamento de mancha de usos não condôminos (20– 30 anos).....	102
Figura 09 - Perfil 03: Mapeamento de mancha de usos não condôminos (45 – 60 anos).....	104
Figura 10 - Perfil 04: Mapeamento de mancha de usos condôminos (25 – 40 anos).....	106
Figura 11 - Perfil 05: Mapeamento mancha de usos condôminos (> 45 anos).....	108
Figura 12 - Síntese mancha não condôminos (esquerda-azul) e condôminos (direita-vermelha).....	110
Figura 13 - Localização do condomínio Vila Isabel e entorno imediato.....	116
Figura 14 - Mapeamento contexto condomínio Vila Isabel.....	117
Figura 15 - Imagens do entorno condomínio Vila Isabel.....	117
Figura 16 - Mapeamento dos locais de entrevista no contexto do condomínio Vila Isabel.....	119
Figura 17 - Fotos de placas colocadas na praça local.....	122
Figura 18 - Foto mudas diversas espécies plantadas aleatoriamente na praça.....	123
Figura 19 - Perfil 06: Mapeamento da mancha de usos de não condôminos (30 – 50 anos).....	129
Figura 20 - Perfil 07: Mapeamento da mancha de usos de não condôminos (20– 30 anos).....	131
Figura 21 - Perfil 08: Mapeamento da mancha de usos de condôminos (40 – 55 anos).....	133
Figura 22 - Perfil 09: Mapeamento da mancha de usos de condôminos (20 – 30 anos).....	135
Figura 23 - Perfil 10: Mapeamento da mancha de usos de condôminos (> 55 anos).....	136
Figura 24 - Síntese mancha não condôminos (acima-roxo) e condôminos (abaixo-amarelo).....	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Diferenças/limites conceituais entre lugar e território.....	47
Quadro 02: Esquema ilustrativo sobre primeira fase de identificação dos objetos.....	79
Quadro 03: Quadro síntese do eixo estrutural.....	80
Quadro 04: Quadro síntese do eixo experencial.....	82
Quadro 05: Croquis de entrevistados do Perfil 01.....	99
Quadro 06: Croquis de entrevistados do Perfil 02.....	101
Quadro 07: Croquis de entrevistados do Perfil 03.....	104
Quadro 08: Croquis de entrevistados do Perfil 04.....	106
Quadro 09: Croquis de entrevistados do Perfil 05.....	108
Quadro 10: Croquis de entrevistados do Perfil 06.....	129
Quadro 11: Croquis de entrevistados do Perfil 07.....	130
Quadro 12: Croquis de entrevistados do Perfil 08.....	133
Quadro 13: Croquis de entrevistados do Perfil 09.....	134
Quadro 14: Croquis de entrevistados do Perfil 10.....	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gráfico resultante da questão 02: ilustra os tipos de uso dos usuários	92
Gráfico 02: Gráfico resultante da questão 10: como o público identifica os usuários da Praça.....	93
Gráfico 03: Resultados da questão 07: qualidade de componentes do espaço urbano.....	94
Gráfico 04: Gráfico resultante da questão 05: estímulos relacionados aos modais de transporte.....	95
Gráfico 05: Gráfico resultante da questão 08: diferença de percepções sobre os usuários da praça	97
Gráfico 06: Gráfico resultante da questão 04: modais de transporte utilizados	98
Gráfico 07: Gráfico resultante da questão 02 aplicado ao condomínio Vila Isabel e entorno	121
Gráfico 08: Gráfico resultante da questão 10 aplicada ao condomínio Vila Isabel e entorno	122
Gráfico 09: Gráficos resultantes da questão 07	123
Gráfico 10: Gráfico sobre estímulos relacionados aos modais de transporte	125
Gráfico 11: Gráfico sobre percepção dos entrevistados sobre os usuários da praça	126
Gráfico 12: Gráfico da preferência entre o uso da praça e do parque da Arthur Bernardes	127
Gráfico 13: Modais de transporte utilizados	128
Gráfico 14: Resultados comparados quanto ao tipo de uso predominante nos casos estudados	143
Gráfico 15: Resultados comparados quanto ao tipo público que utiliza a praça local.....	144
Gráfico 16: Resultados comparados quanto à qualidade de componentes do espaço urbano	145
Gráfico 17: Resultados comparados quanto à qualidade de componentes do espaço urbano	147
Gráfico 18: Resultados comparados quanto aos estímulos relacionados ao modal de transporte.....	148
Gráfico 19: Resultados comparados quanto a percepção das praças locais	148
Gráfico 20: Preferência entre parque e praça do público entrevistado no bairro Vila Isabel	150

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DISCUTINDO ESPACIALIDADES	19
2.1	SOBRE O ESPAÇO	20
2.2	O QUE É LUGAR?	26
2.3	O QUE É TERRITÓRIO?.....	35
3	“LIMITES” ENTRE LUGARES E TERRITÓRIOS	44
3.1	(RE)DESENHANDO ESPACIALIDADES: Lugares e Territórios na cidade..	47
	3.1.1 Entre o espaço público e o privado: onde estariam os lugares e territórios?	52
4	CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	62
4.1	CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS: FENÔMENOS URBANOS	65
5	METODOLOGIA DA PESQUISA	75
5.1	CONSOLIDANDO UM MÉTODO PARA LUGARES E TERRITÓRIOS.....	77
6	LUGARIDADES E TERRITORIALIDADES DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS	86
6.1	CONDOMÍNIO OURO FINO.....	87
	6.1.1 Resultados das entrevistas Condomínio Ouro Fino e entorno	93
	6.1.1.1 Quanto ao uso	93
	6.1.1.2 Quanto aos estímulos	95
	6.1.1.3 Quanto a abrangência.....	98
	6.1.2 Síntese Avaliativa Condomínio Ouro Fino	111
6.2	CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILA ISABEL.....	117
	6.2.1 Resultados das entrevistas Condomínio Residencial Vila Isabel e entorno	122
	6.2.1.1 Quanto ao uso	124

6.2.1.2 Quanto aos estímulos	124
6.2.1.3 Quanto a abrangência.....	129
6.3 SÍNTESE ANALÍTICA E COMPARATIVA DOS CONDOMÍNIOS ESTUDADOS	142
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	162
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NO CONTEXTO DO CONDOMÍNIO OURO FINO.....	163
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO NO CONTEXTO DO CONDOMÍNIO VILA ISABEL.....	164
ANEXO A – TABELA DE PREÇO MÉDIO DE TERRENO (R\$/m ²) OFERTADOS PARA VENDA EM CURITIBA	171

1 INTRODUÇÃO

A cidade como objeto de estudo tem apresentado historicamente desafios crescentes e abrangentes por participar de uma discussão paralela à sua própria dinamicidade, cotidianamente transformando-se, ampliando-se e (re) significando-se.

Este espaço – urbano – é visitado por teorias diversas e muitas vezes antagônicas justamente por elas, assim como a cidade, participarem de momentos históricos distintos entre si e se formularem a partir de determinados eventos e influências socioculturais específicas, pois, como mesmo reflete Santos: “em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente” (SANTOS, 2006, p. 71).

O estudo sobre a morfologia urbana por muitas vezes se apega a elementos pontuais e em sua maioria concretos, físicos, palpáveis, tais como rua, edificações, solo etc. Estes elementos, obviamente, possuem importância determinante para a composição da cidade, no entanto, não são capazes de explicar a totalidade dos fenômenos que a envolvem.

Moreira (2002) sustenta que a cidade é expressão máxima de um fenômeno: a urbanização. Para atingir este status ou grau de urbanidade suficiente para se ‘comportar’ como cidade, o espaço passa por diversas modificações, desde as mais visíveis verificadas no ambiente urbano e possíveis pela transformação tecnológica (que proporciona a evolução), chegando às mais intangíveis, compostas pelas relações sociais, pelo imaginário, pela cultura, pelas percepções, dentre outras tantas questões, que influenciam na transformação do espaço tornando-o plural (FERRARA, 2002), não por si só, mas por estas – questões – estarem presentes no substrato social da cidade que a dinamiza e a torna vívida.

O meio urbano, por este motivo, cada vez mais vem sendo observado pelas ciências como multidisciplinar, pois reúne tantos fenômenos – principalmente aqueles que dizem respeito ao comportamento social –, que já não são apenas pertinentes à arquitetura e urbanismo, faltando, por vezes, ferramentas para esta área isoladamente explicá-los, sendo necessária a formulação de respostas alimentadas pelas mais diversas ciências como antropologia, geografia, sociologia, psicologia etc.

No ambiente acadêmico existem inúmeras vertentes estudando as relações socioespaciais especialmente no espaço urbano por este, como muitos autores argumentam, ser o meio e modo de vida predominante em todo mundo (LEFEBVRE, 1999) e assim reunir maior complexidade de situações, abrindo margem para diversas e contínuas pesquisas.

Verifica-se um movimento corrente no meio científico com maiores interesses em perceber como se comporta a relação homem x espaço a partir de um olhar múltiplo entre as ciências.

Das diversas formas de manifestação de um fenômeno que alimentam esta curiosidade (ou dúvida) científica, dois em especial nos interessarão neste estudo: lugar e território. Vale aqui levantar uma breve e sucinta definição destes para que se entenda o campo sobre o qual se estende a dissertação.

De acordo com Duarte (2002) lugar e território, assim como espaço, são matrizes espaciais, sendo o “lugar”:

uma porção do espaço onde um grupo de pessoas ou indivíduo sedimentam seus valores culturais de modo a depositar nele suas referências, sem que, no entanto, tais valores sejam a ordem materializada de suas vidas ou de outros que aí se encontrem, mas que sirvam como sua definição no espaço,

e o “território”:

uma porção de espaço codificada, onde os símbolos e suas ordens tendem a imantar o espaço, organizando o regime de forças que nele habitam ou que por ele passam, não necessariamente controlados apenas por um poder soberano, mas também por valores de determinada sociedade (DUARTE, 2002, p. 46).

O interesse no aprofundamento destas duas formas de espacialidades se dá por alguns motivos: primeiro pela carência de discussões ampliadas a partir do olhar de arquitetos e urbanistas – são os planejadores dos espaços urbanos –, que assumem uma responsabilidade muito tímida na posição e interpretação dos fenômenos entre o homem e o espaço; segundo, por se visualizar um cenário acadêmico em que muito se estuda sobre o espaço, mas pouco se avança em tentativas de confrontar as manifestações espaciais resultantes de sua relação com o meio social – como é o caso de lugares e territórios; terceiro por se constatar que mesmo os estudos relacionados a lugar e território sejam muito ricos, e amplamente explorados nesta dissertação, poucos se propõem a uma aplicação metodológica

capaz de aproximar a teoria da prática sobre o comportamento destas manifestações espaciais.

Como se percebe, a partir de uma inserção inicial no contexto dos conceitos, existe uma dificuldade (própria da relação de lugar e território) em se dissociar um do outro, ou seja, uma das tarefas mais árduas no estudo destes é justamente entender onde se encontra 'o limite' conceitual entre eles.

Tal questão, paralelamente, direciona o **problema** de pesquisa a ser estudado: como se manifestam os processos de lugaridades e territorialidades urbanas e suas sobreposições?

Esta dificuldade se amplia na verificação de lugares e territórios no ambiente vivido. Como o **objetivo** do trabalho se traduz em identificar processos e sobreposições e tensões de lugaridades e territorialidades a partir de uma relação espaço público – privado, é necessária uma preparação teórica prévia evitando confusões na discussão dos resultados da pesquisa.

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) identificar como se dá a relação socioespacial no entorno de condomínios horizontais em processos de uso e apropriação do espaço urbano;
- b) estabelecer uma metodologia de identificação de características do processo de formação de lugaridades e territorialidades a partir da relação condomínios horizontais | espaço urbano;
- c) verificar (no processo) como a presença de alguns componentes do espaço urbano contribuem na formação de novos lugares e territórios;
- d) identificar rastros de manifestações de lugar e território no espaço vivenciado.

Assim, a pesquisa participa de três grandes momentos: o **primeiro** onde se constrói uma reflexão longitudinal sobre o espaço – já que o trabalho se relaciona com matrizes espaciais (DUARTE, 2002) –, reunindo leituras de diversos autores. São confrontadas também as reflexões sobre lugares e territórios, de forma que se possa alargar a visão científica sobre os respectivos conceitos. Ao final desta etapa, será construído um filtro teórico capaz de diferenciar a existência de lugares ou territórios no espaço urbano.

Em um **segundo** momento é realizada a análise dos lugares e territórios na cidade buscando entender como eles se comportam entre o espaço público e privado do meio urbano. Neste momento a pesquisa se aproximará de um objeto adotado para o estudo do comportamento de novas lugaridades e territorialidades urbanas: o condomínio horizontal.

O **terceiro** momento se propõe a composição de um método (quali-quantitativo com uso de recursos gráficos) capaz de identificar características que definam relações de lugaridades e territorialidades urbanas, completando um conteúdo capaz de ilustrar questões passíveis de análise e discussão sobre o comportamento destas manifestações espaciais a partir do campo vivido.

Sobre a definição do objeto adotado (condomínios horizontais) para se avaliar as particularidades entre lugar e território, ressalta-se que não foi simples tampouco arbitrariamente direcionada. Como brevemente demonstrado, existe uma complexidade e riqueza inerente ao estudo de lugares e territórios que estimula o presente estudo, e relegar este caráter a 'qualquer' objeto seria uma contradição de interesses.

Outra inquietação, não menos importante, que motiva o direcionamento dos condomínios horizontais como objeto, é pela dissertação se inserir em um projeto de pesquisa que busca o entendimento da seguinte questão: o que se verifica no espaço urbano contemporâneo se define como uma *lugarização* dos *territórios* ou, uma *territorialização* dos *lugares*?¹²

Ao se debruçar sobre esta questão foi percebido no condomínio horizontal uma qualidade contida e inexplorada, pois tal objeto, atualmente, está altamente vinculado a pesquisas de âmbito social onde o objetivo é a denúncia do caráter de segregação que este possui, ou a pesquisas que entram em embate ao condomínio por questionarem os grandes impactos que este causa na malha urbana na sua implantação.

¹ Duarte (2002), Firmino (2011) e Paula (2011), definem territorialidades (ou traços de territorialidade) como características e dinâmicas dos que vivem no território, tais como: símbolos, domínio, homogeneidade; e lugaridades, neste sentido, como traços de: apropriação do espaço, espontaneidade, heterogeneidade. Ambos (lugaridades e territorialidades) dizem respeito a dimensão vivida dos fenômenos, às características qualitativas destes (DUARTE, 2002; CASTELLO, 2007; FIRMINO, 2011).

² FIRMINO, Rodrigo José. **Manifestações e implicações de uma vida urbana ampliada**. Curitiba, 2011. Notas de aula da disciplina Cidades e Tecnologia, professor Rodrigo José Firmino, Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Apesar da importância corrente destas questões, ainda existe algo dos condomínios pouco percebido: as mudanças nas relações sociais cotidianas que este provoca, aliado a transformação espacial própria de sua implantação – desde a mudança física necessária exercida sobre o terreno, bem como de atividades que passam a se desenvolver no seu entorno estimuladas por este novo espaço –, e com isto o seu grande potencial em construir ou remodelar relações de lugaridades e territorialidades urbanas.

Mesmo que a barreira física do condomínio pareça, em sentido amplo, estabelecer uma clivagem não apenas concreta, mas simbólica, histórica e espacial, ela poderá ser confirmada ou não pelas relações que em seu entorno se desenvolvem. Simbólica na medida em que estimula ressignificação do imaginário coletivo: o imaginário do espaço público, e o que se desenvolve dentro do condomínio que o “protege”, sendo estimulado e influenciado por regulações específicas. Histórica, pois, no momento em que se instala no tecido urbano pode ou não desconsiderar as relações e construções sociais previamente existentes para estabelecer novas relações, ou se adaptar ao meio que se insere participando ativamente da continuidade desta história. Espacial, por reconstruir uma nova paisagem, podendo remodelar a morfologia da cidade não somente em seu entorno, mas em todo o território urbano que se (re)articula para absorver este novo espaço.

O condomínio horizontal, como artefato social balizador da reflexão, se apresenta, destarte, como um objeto capaz de reunir os elementos suficientes e ricos para articular a discussão. E, por ser parte da formação da cidade em diversos contextos geográficos e sociais, ao mesmo tempo, pode render ainda profundas análises sobre a conformação de territorialidades e lugaridades no meio urbano.

Este trabalho não tem a pretensão de elaborar um método que se comporte como uma resposta para todas as questões acerca de lugares e territórios. Esta postura, em entender que a efetividade do método não está em responder necessariamente todas as dúvidas, tem origem a partir um dos conselhos de Santos: “Um esquema de método, por mais logicamente bem construído que seja, encontrará dificuldades em sua realização” (SANTOS, 1992, p. 19). E conscientes de que o trabalho não tem a missão de alcançar toda a envergadura da qual lugar e território é capaz de fornecer em termos científicos, o foco se direcionará para uma construção multi-metodológica que relacione as características gerais destas

manifestações espaciais a partir da presença dos condomínios horizontais e a relação deste com o espaço público.

Outras metodologias poderiam se replicar a partir desta utilizando a mesma linha condutora, mas não necessariamente as mesmas variáveis para a discussão.

Além disso, observa-se que o tema abarca grande complexidade, e levá-lo ao campo empírico é um tanto audacioso, pois se os limites entre lugar e território no campo teórico já são de difícil distinção, muito mais serão na tentativa de aplicação em contextos espaciais reais. Como bem define Caminha (2011):

A mistura das características de individualismo com a possibilidade de conectividade gera um fenômeno interessante sobre o homem contemporâneo: suas atividades não tem um contorno delimitado e sua intimidade pode ser facilmente visitada. As fronteiras entre o público e o privado, o natural e o artificial, são confusas e incertas (CAMINHA, 2011, pág. 04).

Este trecho anunciado por Caminha antevê a dificuldade de demonstração dos resultados por onde a pesquisa pretende trilhar, por justamente se tratar aqui da “descoberta” de lugares e territórios em determinados contextos, o que de certo modo é inviável se o objetivo for determinar fisicamente até onde estas composições ocorrem.

No entanto, não desmerece ou tira crédito da pesquisa, pois se não é possível definir até onde lugares e territórios avançam, em contrapartida os “rastros” que deles se podem encontrar enriquecem a compreensão sobre a formação socioespacial da cidade e, ainda, desvendam olhares sobre um caminho nebuloso, mas rico em potenciais descobertas.

A partir da pesquisa de campo (baseada na metodologia construída) serão reunidas todas as informações levantadas, e apresentadas reflexões da relação entre as teorias e o que verdadeiramente se constata na cidade vivida.

O trabalho, então, se constrói na tentativa de perceber como os condomínios horizontais passam a influenciar as espacialidades urbanas, ou os novos sentidos de lugares e territórios urbanos.

Por fim, vale ressaltar que não pretende-se estabelecer uma postura audaz de responder todas as dúvidas que fomentam os estudos tangentes a lugares e territórios urbanos, ou ainda, defender uma visão idealista sobre a capacidade do método – que se construirá com a contribuição das reflexões de importantes autores

no assunto – em demonstrar todas as relações das manifestações espaciais em estudo com o contexto urbano.

Neste sentido, muito ainda se terá para desvelar sobre este instigante campo, e continuados esforços devem ser submetidos na busca de respostas possíveis aos novos fenômenos que se apresentam no espaço urbano.

2 DISCUTINDO ESPACIALIDADES

“As noções do real e simbólico, real e ideológico, essência e aparência guardam todo seu valor analítico, sua qualidade epistemológica” (SANTOS, 2008, p.83).

A intenção em pesquisar sobre o simbólico e ideológico do/no espaço real antecede ao acesso a esta citação, mas esta muito bem reforça a qualidade da pesquisa e demonstra a validade da intenção inicial.

Menciona-se isto porque para alguns o estudo a princípio pareça ser sobre um objeto extremamente subjetivo e sem possibilidade de se observar de maneira suficiente para uma dissertação, mas não o é.

Para provar isto a leitura total da dissertação se faz necessária, mas pode-se antever algo. Se por um lado lugaridades e territorialidades participam, em um primeiro momento, de um campo intangível no espaço, por outro estas se manifestam nitidamente no uso e relações sociais que se constroem neste mesmo meio, e isto poderá ser atestado por diversos autores.

Definir com exatidão os lugares e territórios não será um objetivo almejado, mesmo porque, como irá se constatar a partir dos olhares teóricos referenciados, isto empobreceria todo o valor inerente à temática que está exatamente neste “buscar” incessantemente os lugares e territórios manifestados no espaço sem, no entanto, definir seus limites, e sim encontrando seus vestígios.

Para a discussão existem alguns conceitos teóricos que devem ser entendidos até a aproximação maior ao mote da pesquisa, pois se apresentam como matrizes de lugar e território e anteriores a compreensão destes.

Neste sentido, sem a pretensão de ilustrar toda a complexidade do objeto espaço³, pretende-se elucidar algumas abordagens do conceito que influenciam na construção de lugares e territórios tanto no campo conceitual como no próprio objeto de discussão.

³ Por dois motivos: primeiro porque ainda que este objeto seja de essencial importância para o entendimento de lugares e territórios, ele não tem o enfoque da pesquisa voltado para si e o seu *pleno* entendimento não é pertinente para o diálogo teórico; segundo que justamente por ser muito amplo necessitaria de um tempo e enfoque de pesquisa apenas para ele, dada a grande riqueza conceitual que carrega.

O entendimento de espaço será importante em todo o percurso do estudo, desde a construção teórica e se estendendo até a análise empírica, sendo reservado a ele um primeiro momento da pesquisa para aproximação com o objeto.

2.1 SOBRE O ESPAÇO

“O espaço existe por si só?”. Com esta pergunta Bozzano (2000, p.24) traça uma análise sob duas óticas, uma em que a partir de um enfoque ontológico (metafísico) seria provável que o espaço não existisse sem a presença de objetos e ações que o “faz real”, pois, ora, também existe um espaço ideal, ainda não concreto, construído pelo imaginário. Outra, na vertente gnosiológica (que fundamenta o conhecimento), o espaço é existente, sendo uma síntese do entendimento sobre o real, vivido, percebido, logo o espaço real seria uma categoria do objeto físico. Assim sendo, para a existência dos próprios objetos, supõe-se a necessidade da existência espacial.

O espaço na geografia encontra diversos olhares, partindo desde a perspectiva física – que reflete sobre os componentes da superfície terrestre em si –, e encerrando o entendimento de espaço na relação dos elementos naturais (bióticos e abióticos), chegando à geografia crítica, campo sobre o qual a presente pesquisa se aproximará com maior intenção, em que se considera o espaço como uma construção social sendo dependente de relações diversas e não apenas de aspectos naturais.

Mesmo que a geografia em seu princípio englobe “descrição da terra” (BOZZANO, 2000, p.18), a história da sua evolução passa a embargar questões mais abrangentes e não tão focadas especificamente neste único ponto, e por este mesmo motivo é difícil sua definição e a precisão sobre o seu objeto (SANTOS 1996).

Neste contexto encontram-se teóricos como Milton Santos, Doren Massey, Ester Limonad, David Harvey e inúmeros outros expoentes que discutem o espaço de forma mais ampla e complexa a partir do social.

Em um de seus trabalhos Santos (1992) pontua que “a essência do espaço é social” (SANTOS, 1992, p.1). O teórico em questão entende o espaço (aqui colocado de forma sintética) como um conjunto indissociável de fixos e fluxos, ou

seja, de um sistema de objetos dispostos e relacionados entre si e de atividades neles ocorrentes, em que a inexistência de um destes impossibilitaria a formação do espaço, ideia esta, anteriormente, compartilhada por Soja⁴: “como todo sistema social, uma sociedade é conectada por uma estrutura de regular e persistente interação ou relações entre suas unidades componentes” (SOJA, 1971, p.7).

Quando institui o social como cerne constitutivo do espaço, Santos enriquece em seus estudos as possíveis abordagens do objeto e elucida que tudo que se define como espaço só o é dada a existência do social, pois sua noção – de espaço – é construída e não existe sem que o homem atribua como tal.

O autor ao mesmo tempo diz que “é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente conhece-las e defini-las” (SANTOS, 1992, p. 14), e entende que os objetos dispostos na formação do espaço só o definem a partir da presença de um sujeito, de uma organização, ou ainda com uma relação, ou seja, se uma das variáveis do espaço é o sistema de objetos, este só será possível a partir de uma ação, o que entra em embate com qualquer conclusão do espaço como auto existente.

Tal concepção de espaço como estrutura receptora e previamente existente ao componente social também é questionada por Michel de Certeau, que o entende como um “cruzamento de móveis” e “animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram” (CERTEAU, 1994, p.202), postura que de certo modo estende as reflexões de Santos, o qual, em argumentos continuados entre suas obras constrói o espaço como (o já citado) “conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2008, p.66).

Quando Santos constrói o (entendimento sobre o) espaço, demonstra ao mesmo tempo o comportamento intrínseco entre forma e conteúdo. Ao primeiro corresponderia ao natural, ao objeto, ao “estático” e o segundo como ao construído, o social, a própria noção de tempo ininterrupto vivido pelas atividades ali ocorrentes, dinamizando constantemente o que se entende por espaço, em que processo e resultado já não se estruturam em etapas sequenciais, mas em concomitância.

Também, a partir de Santos, Bozzano (2000) levanta a proposta de que o espaço deve ser considerado como um “conjunto indissociável dos que participam:

⁴ Original: “Like all social systems, a society is tied together by a regular and persistent structure of interaction or relationship between its component units” (SOJA, 1971, p.7).

disposição de objetos geográficos, naturais e sociais e a vida que os animam” (BOZZANO, 2000, p. 29), no qual o conteúdo não seja independente da forma.

A ideia de atividades e fluxos traduz bem o que Santos entende como o social constituindo o espaço de forma indissociável do aspecto tangível. Pode-se arriscar entender que a dinâmica das relações sociais e seus produtos conduzem o espaço praticamente para um processo de formação semelhante a um “hipertexto”, ou seja, inúmeras mutações ocorrem e rearranjam os componentes participantes do espaço em uma lógica não estabelecida e seguindo um sistema aberto de relações, e neste caso – espacial – entre extensões físicas ou não, onde a dimensão social também atuará.

Contudo, segundo Limonad (1999) a compreensão sobre o que compõe o espaço físico nem sempre abrigou em sua estrutura a dimensão social. A postura historicista dentro desta discussão isolava o âmbito espacial elencando apenas o aspecto temporal em seus estudos e, conseqüentemente, confinando o território (espaço físico) ao local onde a história acontecia. Logo, o papel social não participava diretamente da concepção do espaço, uma vez que o produto social diretamente visto no ambiente construído era desconsiderado.

Limonad ressalta que esta postura tomou uma direção distinta após a influência existencialista de Sartre, que dividindo evidentemente a relação objeto-sujeito abre caminhos para a discussão do espaço em si, aliado ainda ao estruturalismo de Althusser que divide o poder de Estado e seus aparelhos ideológicos. Essas teorias, somadas posteriormente, inspirariam estudos sobre o espaço em diversas camadas (ou interfaces), permitindo discutir fenômenos de distintas áreas e seus respectivos efeitos na construção territorial. Neste momento, o social ganha o cenário na construção das abordagens teóricas sobre o espaço.

Por esta abrangência de possibilidades, o discurso sobre o tema se torna cada vez mais complexo e, quando pareado com as relações anteriormente existentes – como o aspecto temporal presente na postura historicista –, abre profundas discussões entre diversos teóricos que o tem como objeto de estudo. Bozzano (2000) orienta que ao compreender-se a complexidade que envolve a formulação da teoria espacial não se pode dizer que o espaço por si é suficiente para definir sua própria teoria, pois ela tem alcances maiores que o próprio espaço (condicionado por dimensões).

Santos (2004) afirma: “o momento passado está morto como tempo, não porém como espaço” (SANTOS, 2004, p.14), o que leva a entender que o passado se esvai mas a dimensão temporal continua sua trajetória e o que permaneceria seria o espaço e, como argumenta Santos, com cristalizações do tempo apresentadas por objetos que se superpõem e formam o hoje conhecido, carregado da essência social.

Tais reflexões conduzem a compreensão de que o passado não constitui algo meramente descartável, como se nada que nele se construiu influenciasse a vida cotidiana, pois, ainda que imutável e cristalizado se faz presente por seu legado visível (ou não) no tempo corrente. Não se pode incorrer, no entanto, o equívoco de interpretar as palavras de Santos como se o espaço fosse o resultado do tempo petrificado, isto significaria descartar todo o esforço do teórico em elucidar o complexo e rico objeto epistemológico sobre o qual aqui se discute.

O entendimento que o autor propõe é que, mesmo após o fim de um período cronológico, as influências culturais e simbólicas permanecerão inscritas no espaço, e ainda farão parte de sua estrutura, formando um rico composto social.

Sobre esta relação espaço-tempo, Massey, após longa revisão conceitual, traça uma constatação baseada em Laclau⁵ sobre o espaço como desarticulado e que, por isto, “existe uma crise de representação”, em que este espaço é entendido como mimético enquanto deveria ser entendido como constitutivo. Ou seja, as formas de representação do espaço são na verdade tentativas de constituir este (na medida em que a relação não é apenas temporal, mas sim espaço-tempo) e não de mostrar o que ele realmente é (MASSEY, 2005, p.53). A autora deixa clara a sua inquietação em avaliar o espaço como um composto cronológico e propõe uma revisão crítica sobre esta vertente geográfica de entender o espaço como algo dependente do tempo, ou o próprio tempo como uma dimensão aberta direcionando ao espaço a posição estática e rígida:

Imaginar um deles (espaço e tempo) de um modo particular deveria implicar, pelo menos “logicamente”, uma forma particular de pensar sobre o outro [...] Significa argumentar que eles são integrantes um do outro, [...] no mínimo, para o tempo ser concebido como aberto, o espaço também tem de, em certo sentido, ser concebido como aberto (MASSEY, 2005, p.78).

⁵ Ernest Laclau é um pós-marxista que nega a perspectiva da hegemonia do capitalismo sobre o espaço, e defende que sobre este se desenvolve uma certa pluralidade de antagonismos que, portanto, operariam sobre o meio.

Fica claro que a partir da perspectiva de Massey esta relação é binômica e indissociável. Se retomadas as considerações de Santos sobre espaço como o conjunto de objetos e ações, ou um sistema de fixos e fluxos, de certo modo o tempo se mostra também inerente a sua abordagem, já que ações ou fluxos não podem ser lidos de forma estática e se desenvolvem em um determinado recorte temporal, seja em qual escala for: segundos (ou menos) para fluxos de informações nas redes de comunicações, minutos que dinamizam o tráfego viário, horas ou dias entre viagens aéreas com as mais diversas finalidades, e assim sucessivamente.

Ao mesmo tempo, se percebe como o social tem alto relevo na construção teórica de Santos, pois, a composição dos objetos (fixos), sua lógica distributiva e a própria dinamização (que denota a noção de tempo corrente) entre e nestes objetos, dependeria de um sujeito, o que decalca a presença do social em suas reflexões. Em um primeiro momento a constituição do arcabouço físico, estrutura esta composta pela reunião dos fixos, que, de certo modo, são criados e alterados pelo homem ininterruptamente. Em outro momento (ora paralelo ora posterior) estes mesmos objetos se veem animados pela ação do homem.

Aqui novamente se retoma a dimensão temporal como indivisível da noção de espaço tão defendida por Massey (2005). É facilmente compreensível a partir do exemplo anterior. Ora, se o espaço é uma dimensão em constante (re)construção, a variável tempo participa claramente como parte de sua base constitutiva, e este contínuo nos permite entender tanto o espaço quanto o tempo como dimensões abertas.

Se o tempo é dinâmico, impossível seria afirmar o espaço como estático (ou em um processo encerrado), pois, se caso assim se comportassem, seriam elementos facilmente dissociáveis segundo um funcionamento solitário e findado em si.

Contra este suposto, também se encontram as reflexões de Duarte (2002) ao afirmar que: “Concorda-se que o espaço é formado com a história, mas ele não é datado” (DUARTE, 2002, p.25), ou seja, logicamente, assim como a sociedade, o espaço se transforma, pois suas formas de representação se alteram a todo instante e, logo, a cada nova forma de representação do espaço, este se molda. Contudo sua referência anterior permanece, pois só a partir desta se faz possível sua evolução.

Sobre isto Lefebvre ainda esclarece: “contrastes, oposições, superposições e justaposições substituem distanciamentos espaço-temporais” (LEFEBVRE, 1999, p.117). Estas formas de manifestação permitiriam, de acordo com o autor, vislumbrar os diferentes tempos a partir do objeto e perceber o espaço em suas diferentes passagens, moldando mais do que o campo em si, mas as dinâmicas nele ocorrentes. Neste momento se tornaria irrevogável a imbricação das duas dimensões e nítida a manifestação dos diversos ‘tempos’ em um tempo presente, o qual já faz parte desta complexa construção espacial e anuncia o efêmero que, tão logo participante do tempo passado, mostrará, novamente, como as “cristalizações” mencionadas anteriormente por Santos (2004) são capazes de reunir a relação espaço-temporal.

Assim, na medida em que se edifica já não se apreende o espaço como resultado de uma equação apenas contemporânea a sua observação, mas como uma construção que contém uma temporalidade plural, como reflete Massey: “o espaço é uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios, impregnados de temporalidade” (MASSEY, 2005, p. 89).

Se resgatados os discursos de Massey e Santos, pode-se perceber que os pensamentos dos teóricos quase que ecoam entre si. Ainda que a primeira edição da obra de Santos⁶ (que traz esta busca na relação espaço-temporal) tenha sido publicada duas décadas anteriores às constatações de Massey, fica claro que o entendimento e a preocupação sobre a construção do espaço perpassam, neste período, sobre o mesmo caminho para ambos os estudiosos da ciência geográfica, demonstrando que a temática permanece rica em discussão e de vigente importância na construção epistemológica do objeto.

A medida que o tempo transcorre, com ele, evoluem as formas de representação e com isto a tecnologia, capaz de alterar a materialidade e influenciar a construção ideológica da cidade, isto porque a linguagem utilizada para a materialização também se transforma e abre caminhos para novos modos de construir o espaço (seja ele material ou não).

Duarte (2002), em suas discussões sobre a construção do espaço, conclui que “ponto essencial na construção do espaço são suas possibilidades de representação, sua linguagem (DUARTE, 2002, p.62)”. Esta assertiva do autor

⁶ Sobre o livro *Pensando o Espaço do homem*.

conduz a uma ilustração de que: quanto maior a evolução social⁷ maiores serão as possibilidades de representação do espaço, porque a forma de entender e (re)construí-lo, assim como sua informação, está diretamente conectada com a linguagem utilizada para tal.

Os lugares e territórios enriquecem, assim, o seu potencial representativo, pois se constituirão a partir das materialidades conjugadas com as relações sociais que se estabelecem no espaço, as quais se veem influenciadas pelas evoluções tecnológicas. Firmino (2011) permite relacionar esta constatação com a teoria espacial de Santos, ao dizer que:

Quando afirma que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, Santos cria, conceitualmente, a argila da qual se fazem os tijolos do território e do lugar, sendo esses três (espaço, território e lugar) os pilares conceituais das teorias espaciais (FIRMINO, 2011, p.4).

Mas afinal, de que lugar e território “estamos” falando? Talvez esta pergunta tenha emergido desde o início do trabalho, mas impossível seria entrar diretamente sobre estes campos teóricos sem antes haver compreendido o contexto de espaço do qual eles participam.

2.2 O QUE É LUGAR?

A indagação inicial não é por mera decisão. Realmente, questionar “o que é lugar” parece um tanto banal por ser um termo tão difundido na fala cotidiana e ser tão próximo de todos. No entanto, é por este mesmo motivo que o termo perde sua riqueza de significado, e não bastaria o entendimento já conhecido sobre ele para sua discussão aqui. Desta forma, será revisada a abordagem de alguns autores para aquele sentido do qual se tratará sobre lugar.

Avaliar porque ao lugar é atribuído o mesmo sentido de ‘local’ é uma tarefa rápida e fácil. Quando interpretada a palavra, utilizando a origem latina, descobre-se em sua gênese a referência a lócus, carregando um sentido de localização, sítio, espaço que um corpo ocupa etc (LISA, 1971).

⁷ No sentido de evolução das linguagens e técnicas aprimoradas pela sociedade no todo.

Por outro lado, como o estudo participa da área do urbanismo, é sob esta ótica que se pretende observar o termo considerando contribuições transversais. Esta perspectiva se forma a partir de influências de ciências múltiplas como geografia, antropologia, psicologia etc. Como lembra Castello (2007):

O estudo do lugar decididamente se move de sua tradicional ênfase em aspectos físicos, para evoluir na direção de um estágio novo, um estágio em que só uma aproximação transdisciplinar permitirá conceber as novas modalidades pelas quais se apresenta conceitualmente (CASTELLO, 2007, p.147).

Lugar ganha nova atribuição na arquitetura e urbanismo, principalmente após influência dos trabalhos de Milton Santos em sua obra “A natureza do espaço” (2008). Nesta obra o autor inicia a abordagem da construção de lugares, talvez ainda não da forma exata como este estudo encara o conceito, mas com certeza inserindo componentes-chave que mais tarde viriam inserir um novo olhar sobre o espaço, – ou um novo tratamento – não somente atrelado as suas características físicas, trazendo o campo ideológico e simbólico para a construção desta teoria.

É importante, nesta reflexão do lugar, inserir as constatações de Ferreira (2000). O autor traz um interessante contraponto sobre as diferentes perspectivas de lugar “nas geografias”. A humanista se aproximaria muito deste sentido de pertença, relação com o ambiente, apropriação, significação do espaço. A geografia radical (onde Harvey participaria) condena este tipo de acepção sobre o lugar, e o entende muito mais como resultado das articulações capitalistas e industrializadas do mundo globalizado, em que o lugar também é um produto deste contexto, ele é um resultado gerado pelo processo, e não de interação entre homem e espaço (FERREIRA, 2000, p. 71). Isto, no entanto, “não implica na negação do mundo da experiência direta, mas aponta a necessidade de se compreender processos globais de trocas econômicas que interferem em nossa vida diária” (FERREIRA, 2000, p.71).

Neste sentido é que vários autores atribuem a questão de vocações de lugares, ou seja, os lugares se especializariam de acordo com suas capacidades próprias de produção, uma visão econômica do conceito que agrega valor capital e sugere a competição entre lugares, seja para ressaltar seus recursos naturais ou sociais.

Em sua obra, Santos (2008) discute, dentre outros temas, a especialidade de lugares, mas muito mais atrelada à produção deste lugar, ou seja, a variedade e qualidade técnica de determinado *locus* que contribuiria para o seu destaque como

um lugar especial, lidando com o termo de modo muito mais próximo de aspectos socioeconômicos: “Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos” (SANTOS, 2008, p.166).

Neste momento o autor se aproxima de algum modo do sentido de lugar que aqui se apropria, pois argumenta que cada lugar se torna mais rentável na medida em que as técnicas ampliam esta possibilidade de renda, bem como amplia a possibilidade da relação homem-espço pela variabilidade de formas de uso deste espaço que passam a oferecer.

Na mesma obra ainda, ele contribui com o fomento no entendimento do conceito: “é esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 2006, p. 81).

Nesta passagem, Santos expõe sobre a forma-conteúdo em que cada lugar responde a uma série de arranjos que o caracteriza e ao mesmo tempo corresponde ao todo, ou seja, o representa. O lugar não seria um fragmento do todo, mas sim uma representação do contexto global tendo, também, especificidades locais. Seria praticamente como um fractal do todo. O autor ainda resgata a leitura de Sartre, a qual bem indica que a parte também contém o todo inteiramente em suas características atuais, bem como suas tendências.

Esta proposta de Santos realça a força dos lugares em relação ao contexto global. Contudo, ainda assim, esta abordagem não completa todo o sentido de lugar para esta pesquisa.

Mas então, qual é o entendimento sobre este lugar? Diversos autores, principalmente da área de arquitetura e urbanismo, podem auxiliar com esta resposta. Mas antes de inseri-los na discussão é importante ressaltar que o estudo sobre lugar (e território) entra em um campo fenomenológico, ou seja, se estuda um objeto – altamente abstrato – que depende de relações construídas sobre um determinado espaço para que seja qualificado como lugar:

Uma das primeiras variações, portanto, é a de que o peso fenomenológico que o conceito encerra aumentou consideravelmente: *lugar* é consagrado como um conceito urbano de natureza fenomenológica (CASTELLO, 2007, p.126).

A fenomenologia se atém, como aponta Paula (2011), em “compreender esse conhecimento experiencial (oriundo da dimensão vivida do mundo, anterior às

teorizações) para clarificar os fenômenos” (PAULA, 2011, p.116). A autora explicita a existência do “conhecimento experiencial” que ocorre a partir dos fenômenos, os quais se resumem no encontro entre os diversos significados do sujeito com as coisas, objetos (PAULA, 2011, p.116).

Se decalca isto neste momento, porque se verá que de forma constante a discussão se apresentará em um campo relacional – entre homem e espaço –, em que diversas teorias observam o uso de um espaço real, percebido, vivido, mas que, no entanto, refletem a partir de um campo intangível e, a princípio, de difícil absorção para o leitor em que o assunto não lhe é familiar.

Duarte (2002) define: “o lugar é uma porção do espaço significada, ou seja, a cujos fixos e fluxos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo” (DUARTE, 2002, p.65).

Cronologicamente existem trabalhos anteriores ao último autor que discutem sobre o lugar⁸, mas o interesse em iniciar com Duarte se dá justamente por sua reflexão relacionar os fixos e fluxos, já explicados na obra de Santos, promovendo a integração transversal entre as teorias. Ao mesmo tempo, esta forma de abordar o lugar é muito clara após apresentada e absorvida a ideia de fixos e fluxos.

Quando Duarte (2002) fala sobre a porção do espaço significada, ele claramente propõe o desmonte de pensar o espaço simplesmente como estrutura que recebe a dinâmica social, mas que passa a ser formado pelos traços desta sociedade que abriga. Desta forma, o lugar se apresenta como uma porção rica do espaço, mas não necessariamente concreta. Como?

Tratar de lugar, como já visto, é discutir sobre uma manifestação espacial dependente de relações sociais. Como bem recorda Santos: “Dessa forma, cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular” (SANTOS, 1992, p.10), ou seja, mesmo que localidades diversas sejam compostas por elementos físicos semelhantes, estes terão atributos distintos entre si, já que é a relação social que lhe confere um valor.

⁸ A exemplo do trabalho de Tuan em sua obra *Topofilia* (1980), trabalhando sobre uma perspectiva humanista da geografia. Além deste exemplar, o autor trabalha a temática de lugar em outros momentos de seu trajeto literário, como no livro “Espaço e lugar” que, como resgata Castello, “é considerado uma obra fundacional da chamada geografia humanística, trazendo decisivas contribuições para alargar o entendimento das relações entre as duas categorias – espaço e lugar – definindo com maior precisão onde se situa o lugar – ou seja, na condição de espaço humanizado”(CASTELLO, 2007, p.59).

O elemento por si só carrega apenas, *a priori*, as características que lhes são inerentes e que, no entanto, não lhe dão significado. Além das relações com o meio social, os elementos também modificam seus “papeis” e hierarquia no ambiente por participarem com outros na formação espacial.

É válido ressaltar sobre a mutabilidade destas condições que contribuem na definição do comportamento dos elementos no espaço, pois à medida que o meio se especializa, a exemplo das tecnologias que estão em constante mutação e evolução, as inferências sobre os elementos do espaço (características) fazem com que este entre em um movimento dinâmico de (re)significação.

Se a ‘construção’ de um lugar depende necessariamente de significação, ou de atribuição de valores, se poderia entender que ele se compõe a partir de uma apropriação natural do espaço. Esta apropriação depende, em grande escala, do que o espaço pode propor ao usuário em termos tanto funcionais como em aspectos perceptivos. Como mesmo Santos contribui: “Os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social” (SANTOS, 2006, p. 167).

Isto é claro, pois, ora, se observados os locais dos quais nos apropriamos se notará que ou em qualidades funcionais (diferentes usos possíveis) ou perceptivas (cor, luz, cheiro, som, etc) eles atraem e instigam a estabelecer uma relação mais profunda além do aspecto diretamente físico.

Revisitando a obra de Lucrécia Ferrara – Olhar Periférico. Informação, Linguagem, Espaço, Ambiente Urbano –, Duarte (2002) auxilia a elucidar esta constatação acima anunciada relembando os escritos da autora relativos à diferenciação de espaço e lugar:

O primeiro se apresenta por seu ‘impacto polissensorial’, sem explicitar o modo pelo qual se constrói; enquanto o segundo evidencia a consciência da operação perceptiva, em que ‘a qualidade do objeto passa a ser o elemento que o distingue entre outros da mesma espécie, e pelo qual assume valor (DUARTE, 2002, p.66).

Ou seja, o lugar se faz e se especializa tornando-se único quando permite um alto grau de apropriação através dos estímulos que é capaz de provocar.

No entanto, a formação do lugar não pode ser confundida com um aspecto físico, embora dependa de estímulos concretos para sua construção. Isto porque, o lugar está muito mais próximo de um sentimento de pertencimento do espaço pelo usuário do que de uma expressão material do usuário sobre este mesmo espaço.

Duarte (2002) explica isto em sua obra sustentando que, apesar do lugar ser caracterizado pela sedimentação dos valores de uma comunidade ou de um indivíduo, ele não se constitui na concretização de determinados símbolos, mesmo que estes referenciem certos significados no espaço:

O lugar é assim, “como uma porção do espaço onde um grupo de pessoas ou indivíduo sedimentam seus valores culturais de modo a depositar nele suas referências, sem que, no entanto, tais valores sejam a ordem materializada de suas vidas ou de outros que aí se encontrem, mas que sirvam como sua definição no espaço” (DUARTE, 2002, p.46)

Neste sentido o lugar é entendido como um ‘espectro’ sobreposto ao espaço concreto, sem limites determinados, mas com alguns contornos visualizados a partir da observação da apropriação criada por seus usuários. Estes nuances de lugar se tornam mais evidentes quando aqueles usos e estímulos, anteriormente citados, se apresentam com maior variedade e propõem formas mais diversas de apropriação, demonstrando uma riqueza não apenas do espaço em si, mas das sensações e imaginários que este lugar pode incitar a partir da concretude:

Estímulos das mais diversas naturezas, emitidos a partir de fatos ambientais que guardam relação não só com a natureza objetiva e material dos elementos do ambiente, como igualmente com a natureza subjetiva – imaterial e imponderável (CASTELLO, 2007, p.13).

Com isto, o lugar se apresenta como toda esta materialidade e imaterialidade conjugadas, compondo uma interface extremamente valiosa para uns e simplesmente mais um “pedaço” de espaço para outros, pois os estímulos atuam de formas distintas entre os usuários de uma mesma localidade, tornando o lugar algo em potencial, mas não exatamente determinado.

Um exemplo disto, bem próximo de todos, seria o lar. A própria ideia de lar, ao invés de casa ou habitação, já estabelece uma conotação de pertencimento, de valores impregnados de determinada família, não de qualquer uma, mas ‘daquela’ família específica. Neste caso, a porção do espaço é representada pela casa e passa a transmitir valores, culturas e significados a partir da vida que nela habita.

Neste sentido uma casa pode ser um lar para um grupo determinado (família moradora naquele espaço), mas simplesmente “mais uma casa” para o passante, ou mesmo um visitante. E mesmo que, um dia, aquela casa deixe de existir, aos seus

ex-moradores ela continuará significativa, agora a partir de uma memória de lugar⁹, não necessitando ter acesso à sua materialidade para que a sensação de pertencimento permaneça.

O espaço, se capaz de estimular as sensações abstratas, com o tempo, constitui o lugar, assim como a história deste lugar, como ele foi composto, quais significados, símbolos, signos que foram sendo atribuídos sobre ele (CASTELLO, 2007), revelando o invisível, o abstrato, mas que se mantêm presente na memória daqueles que o experimentaram/construíram.

Esta permanência do lugar, na memória ou mesmo na vivência concreta, é descrita na obra de Massey (2005, p.175), a qual defende que assim como a concepção de um lugar está em uma relação espacial aberta (com trocas materiais e não materiais), está também em uma relação temporal contínua, pois o lugar se movimenta pelos tempos, permanecendo vivo e em construção ativa a partir do processo de ressignificação.

Como também contribui Ferreira (2000):

O lugar dispara a lembrança daqueles que o vivenciaram, que compartilharam um passado comum, abrindo a possibilidade de sua compreensão para o outsider através de passados compartilhados e inscritos na paisagem cultural (FERREIRA, 2000, p.68).

Neste trecho, o autor apresenta a ideia de “memória do lugar” já antes citada por Castello (2007) e Massey (2005). O passado permanece presente no lugar, pois sua história é transmitida junto aos seus significados. Ainda que determinada localidade com contornos físicos que um dia definiram o lugar não exista mais, a sua memória permanecerá naqueles que dele se apropriaram e significaram.

Seria como considerar o lugar como uma aglutinação de tempos (revendo o que Santos (2004) disse sobre as “cristalizações”). Isto remonta aquela característica relação inseparável espaço-tempo que foi revisada no início do trabalho, o que não poderia ser diferente, pois se lugar (assim como o território) é uma matriz espacial (DUARTE, 2002), não poderia deixar de se estabelecer uma relação conjuntural com o tempo, como também bem supõe Limonad (1999): “os lugares poderiam ser considerados uma manifestação espacial da apropriação do

⁹ Algo mais sobre o *Lugar da Memória* pode ser encontrado na obra de Castello (2007): A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em Arquitetura e Urbanismo.

espaço e da natureza pelo homem, que é inseparável da transformação da sociedade no *tempo* e no *espaço*” (LIMONAD, 1999, p.87).

Ainda, quando Massey (2005) narra este *continuum* do lugar, este movimento de ressignificação, é porque ela parte da observação do que é próprio desta manifestação espacial: ele é uma prática coletiva. O processo de ressignificação se dá justamente pelo fato do lugar ser uma construção não solitária, trazendo para si a riqueza refletida por Duarte (2002) por carregar diversas diferenças, valores, sentimentos. Isto, bem se traduziria em um dos excertos de Castello (2007):

A Pluralidade assume um papel de fenômeno determinante, condição *sine qua non* na constituição do lugar, visto que, sendo o lugar uma construção social, sua pluralidade é o que necessariamente estará a lhe garantir a dimensão social indispensável em sua experiência (CASTELLO, 2007, p.18).

E neste âmbito se encontra um dos aspectos valiosos do lugar: de ser plural e poder se construir sem regras pré-estabelecidas, alargando os potenciais de significação que lhes são inerentes, não se fechando em movimento sistêmico, mas se constituindo de forma cíclica e livre. É esta liberdade na construção do lugar que permite a pluralidade social, ou seja, um corpo social heterogêneo em seu perfil.

Existem, no entanto, alguns equívocos acerca desta discussão. É possível perceber-los, por exemplo, nas palavras de Ribeiro (2007): “As relações corpo-imagem-lugar são construídas por esforços diariamente realizados, cujos resultados dependem do realismo do senso comum” (RIBEIRO, 2007, p.6).

Este argumento da autora demonstra a confusão, ou distorção teórica que ocorre, por vezes, com o lugar. Realmente, as relações de construção de um lugar passam por uma carga diária de esforços e informações. No entanto, como poderiam estas depender apenas de um senso comum? Ora, ainda que “no lugar” possam existir interesses semelhantes, entre pessoas, que os vinculem a certas espacialidades, ele também não seria o espaço da heterogeneidade? Não é este o espaço da diversidade em que regras e leis impostas não incidem sobre sua conformação? Isto ilustra também a deturpação conceitual que o lugar sofre ao ser ladeado, por vezes, ao território e “absorver” (nestas abordagens), as características que o definem.

Quando o local se mostra aberto a receber as diversas heterogeneidades, ele passa a abrigar uma dinâmica espaço-temporal fortemente moldada segundo uma naturalidade de uso e relação que o homem constrói sobre este espaço. Quanto

mais natural for ao homem esta construção afetiva com espaço, 'mais lugar' este será, e isto se dará com maior força quando o movimento e atividade sobre o espaço se apresentar de forma mais fluída, desprevenida, quase como o papel do *flâneur* lembrado por Massey (2005, p.171) que está aberto ao uso do espaço e sua descoberta sem alguma predição ou estratégia, simplesmente como um viajante sem destino.

No entanto, o que não pode se confundir é a liberdade de uso que o lugar propõe, com uma confusão espacial. Para Massey (2005), a apropriação do espaço não tem relação com desordem. Igualar a naturalidade de uso de determinada porção do espaço com a noção de desorganização seria um erro. Jacobs, em "Morte e Vida nas grandes cidades", já esclarecia que mesmo uma feira, onde a aparência é de que as relações se constroem de forma desordenada, ainda sim existem "múltiplas rotinas, ritmos e muitos caminhos usados" (MASSEY, 2005, p.166) que compõem esta apropriação, esta construção natural do lugar.

É nítido que a multiplicidade é própria do lugar (MASSEY, 2005) e se edifica em diversas interfaces: multiplicidade de usos, cultura, significados, temporalidades, público, como bem ressalta Massey (2005, p.226). Entendido isto, fica mais claro, aquilo que antes já se previa: não será possível estabelecer os limites de um lugar, pois, se por um lado os usos podem ter um perímetro, qual seria o limite para a expressão cultural, para os significados e os 'tempos' deste lugar? Onde estaria o início e o fim desta matriz espacial?

E aí encontra-se o justamente curioso sobre o lugar: pode-se observá-lo como uma espacialidade, mas não é possível definir sua extensão, o que é libertador para as pesquisas que rumam ao encontro de lugares urbanos, pois se em um primeiro momento parece angustiante não conseguir definir seus contornos, em outro esta angústia se transforma em alento, quando se percebe que o tema suscita dúvidas que estimulam o conhecimento, do qual novos questionamentos surgirão para gerar reflexões continuadas.

Sob esta perspectiva se pode abrigar o entendimento de lugar (assim como será para território), ou seja, assumi-lo a partir de todas as contribuições teóricas aqui reunidas como a sucinta e inteligente síntese de Duarte (2002) sobre o termo:

Conclui-se definindo lugar como uma porção do espaço, sem limites ou dimensões precisas, com elementos significados que são especulares, ou seja, significados para que os usuários (indivíduos ou grupos) se encontrem a si mesmos e identifiquem o outro (DUARTE, 2002, p. 76).

A conclusão de Duarte (2002) permite encerrar, momentaneamente, a discussão ampla da qual participa este tema, mas ficando claro que isto se faz mais por uma necessidade metodológica e por perceber que o aqui exposto já permite de forma suficiente (e eficiente) avançar sobre a discussão.

2.3 O QUE É TERRITÓRIO?

Comumente se vê a confusão teórica entre espaço e território. Isto se dá provavelmente por ambas as definições participarem, como Duarte (2002) bem esclarece, de uma mesma matriz espacial, reunindo também o lugar nesta relação de diferenças sutis:

espaço, território e lugar formam, pela dinâmica das relações que têm entre si a partir de suas características que lhes são próprias, [...], as matrizes espaciais que podem determinar ou serem sintomáticas de uma apreensão, compreensão e intervenção no mundo (DUARTE, 2002, p.116)

Por serem tão próximos os conceitos, cabe definir sobre o comportamento do território assumido para a pesquisa. Dentre muitos autores da temática, Haesbaert (2011) se mostra um teórico contemporâneo capaz de catalisar os múltiplos 'olhares territoriais', levantando importantes discussões e elucidações sobre o termo.

Haesbaert (2011) faz uma analogia sobre os tipos de território, ou vertentes como o próprio autor prefere intitular, sendo elas a **política**, que se associa a um espaço controlado, gerido sobre um poder delimitado – normalmente o Estado – e seria, segundo o autor, a mais difundida das concepções de território; **cultural**, em que o território seria construído a partir de uma relação entre comunidade ou grupo social e o espaço vivido, tecendo simbolismos sobre este; e a terceira, **econômica**, encarando o território como fonte de recursos, invocando questões que consideram os embates sociais pela divisão territorial do trabalho, ou da relação “capital-trabalho” (HAESBAERT, 2011, p.40).

A leitura que será realizada se aproximará muito mais de uma simbiose entre as duas primeiras tipologias descritas por Haesbaert, pois a preocupação aqui está muito mais em um campo de disputas da dimensão vivida, em espaços tão ordinários no cotidiano que por vezes nem se percebem tais nuances de limites e fronteiras entre diferentes possibilidades de território.

Isto torna a terceira tipologia, esboçada pelo autor, menos presente nas reflexões do trabalho, porém, não menos importante na construção do conceito.

A importância do estudo de territorialidades já era prevista em Soja (1971): "[...] a territorialidade de grupos humanos, [é] um fenômeno de importância teórica e comportamental na organização espacial da sociedade humana" (SOJA, 1971, p.19)¹⁰.

O estudo do espaço em si não é possível apenas observando suas características inerentes, é preciso aprofundar. Soja (1971) afirma que a territorialidade humana (ou o modo como a sociedade se organiza no espaço), é de importância primordial no entendimento sobre como as relações espaciais ocorrem, e, neste sentido, também se insere a importância do lugar.

Inicialmente se definirá o território a partir de sua gênese, chegando até o seu sentido alcançado no tempo presente. Essa preocupação se conjuga com a de Haesbaert, demonstrada no início de sua obra:

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra*, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...], como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa (HAESBAERT, 2011, p.43)

Neste excerto identificam-se algumas características que irão perdurar mesmo entre as definições mais recentes de território. A análise deste trecho pode ser dividida em quatro momentos, percebendo como de fato, quando observada a construção teórica do território, existem elementos que acompanham de alguma forma qualquer que seja sua aceção.

O primeiro momento mostra a relação do território com a terra – o que poderia estar associado a confusão em definir o termo como sinônimo de espaço, por ambos partirem de uma mesma 'estrutura terrestre'. Apesar do território ter sua essência na relação físico-espacial, não é aí que se encerra o seu entendimento; o segundo, quando se refere ao pedaço de terra apropriado. Esta apropriação, inclusive, ainda causa alguns equívocos entre autores no tratamento distinto entre lugar e território, isto porque em ambos, de fato, ocorre uma forma de apropriação, mas com premissas muito distintas entre si; o terceiro, ao anunciar os limites, como uma das características mais significativas e que diferencia o território de lugar; e o quarto ao

¹⁰ Original: "[...]human group territoriality, a phenomenon of major theoretical and behavioral importance in the spatial organization of human society" (SOJA, 1971, p.19)

determinar que o território está sob uma jurisdição político-administrativa, demonstrando a face do controle, ou poder, sobre determinada porção espacial.

Em um momento de sua obra, Soja (1971) propõe analisar a forma de organização de territorialidades animais, e identifica algumas ações deste universo que poderiam ser refletidas também no processo de territorialização humana, como: segurança e proteção dos habitantes do território; estabelecimento de um quadro de ocupação seletiva, ou seja, até onde se pode ocupar para se manter a segurança frente aos perigos externos ao território; regulação do espaço e densidade e estrutura e coesão de um grupo (SOJA, 1971, p.23).

O que, no entanto, deve-se deixar claro é que as motivações que levam ao homem¹¹ a constituir o seu território são distintas das do mundo animal, bem como a dependência do homem para com o outro é incontestável para atividades de qualquer ordem, fazendo com que a tessitura da territorialidade espacial humana seja mais complexa pelos elementos e relações que envolvem.

Ambas definições de Haesbaert (2011) e Soja (1971) são ricas por reunirem elementos importantes na compreensão do conceito, porém ainda não completas, pois mesmo que remetam, brevemente, a apropriação, por exemplo, deixam lacunas sobre a dimensão simbólica do território. Tais lacunas na definição se fazem especialmente por não ser considerado de forma clara o aspecto social na construção do território.

Sack (1986) se apresenta como um teórico que, ao contrário de muitos outros contemporâneos a ele, foi capaz de reunir noções sobre o território somando o aspecto social em sua abordagem, definindo-o como:

uma tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território (SACK, 1986, p.19)¹²

Nesta abordagem, o autor insere a presença do corpo social que, necessariamente, deve estar presente para que o território se constitua, o que o

¹¹ Soja (1971), apesar de citar em alguns momentos sobre a “territorialidade humana” ou, a organização social do espaço, observa a territorialidade em uma perspectiva muito mais humanista que social, ou seja, considera que a construção territorial é algo mais individual que coletivo.

¹² Original: “the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area. This area will be called the territory” (SACK, 1986, p.19).

diferencia em relação aos autores que encaram o território como uma instituição em si, ou seja, um campo que uma vez determinado rege as relações nele ocorrente o que, neste caso, desvincula o fato de que o controle do território é exercido por alguém ou um grupo.

Duarte propõe que “o ser se forma (e forma) entre o espaço, lugar e território, a partir das especificidades com que certos fixos e fluxos são apreendidos e organizados” (DUARTE, 2002, p.66), demonstrando que o território – assim como as demais matrizes espaciais – não são auto-existentes, mas fôrma e formato social concomitantemente.

Se ele é um campo dependente de algumas definições sociais para sua existência, passa a construir símbolos próprios que regem o comportamento humano no seu espaço.

Na definição etimológica aqui utilizada está presente a questão da “jurisdição político-administrativa” do território. Cada país, estado, região ou cidade possui modelos próprios de regimento territorial. Estes modelos têm, além de normativas, diversos símbolos: as bandeiras de cada localidade que representam um povo, seus costumes, suas crenças, o idioma que define as expressões cotidianas, o entendimento sobre a moralidade civil, que se faz por vezes tão distintas entre locais, mesmo os que participam de uma mesma nação. E aqui muitos seriam os exemplos sobre o aspecto simbólico próprio de cada território, mas esta noção ainda será mais esclarecida.

Este olhar múltiplo sobre o território é pelo fato de que, como bem levanta Haesbaert: “apesar de ser um conceito central para a geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas” (HAESBAERT, 2011, p.37).

Isto é claro, por ser uma espacialidade humana como demonstra o autor, é tangente em diversas ciências como a antropologia, psicologia, arquitetura etc., abrindo questões tão amplas que por vezes dificultam seu entendimento total, como bem transcreve Paula (2011):

A ausência de um consenso nas denominações indica a multiplicidade de matrizes teórico-metodológicas, o que dificulta uma visão de conjunto dos limites e potencialidades de uma abordagem propriamente existencial do território (PAULA, 2011, p.107).

Mas, se não total, será buscado aqui construir uma ideia abrangente sobre território, e no mínimo capaz de responder as questões do presente estudo.

Como bem se destaca: “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem” (HAESBAERT, 2011, p.79). No território se constroem símbolos que passam a reger determinada porção do espaço, podendo ter contornos físicos ou não, onde o indivíduo e/ou coletividade que nele se coloca, mesmo que dele não participe, deve se submeter às suas definições sobre como (e até onde) se apropriar (DUARTE, 2002).

Um exemplo muito nítido sobre isto está presente nas palavras de Duarte (2002) que aborda a abrangência territorial da Igreja Católica sobre todo mundo. Mesmo de forma não contigua, ela exerce poder sobre os mais diversos países que, separados fisicamente, permanecem sob o seu controle. Todo indivíduo que ‘adentra’ o seu território, ainda que não seja católico, nesta porção do espaço deve obedecer as regras que determinam as relações sociais para que lhe seja permitido o seu uso: “tem-se aí outra especificidade do território: qualquer elemento que esteja sob sua influência deverá a ele se submeter mas não necessariamente dele fará parte” (DUARTE, 2002, p.80).

Mesmo que o território se defina também pelos limites materiais, no caso da igreja: o seu território se faz apenas entre as paredes do ambiente religioso, ou será que se estende a cada fiel que leva os seus símbolos e valores para qualquer local do mundo, independente do limite material? Neste sentido é que Duarte explica que: “A forma de domínio ou gestão de uma área é fundamental para a constituição de um território, mas isto não implica na contiguidade entre os elementos de uma porção do espaço” (DUARTE, 2002, p.78).

Também Haesbaert denota este fato do território carregar muito de abstrato e, portanto, intangível em sua concepção, mas altamente veemente na influência da organização material, quando diz que “é interessante como, mesmo assumindo uma posição de viés materialista, ocorre a valorização de uma dimensão mais abstrata e simbólica na composição dos territórios” (HAESBAERT, 2011, p.67).

Fato é, também, que não se pode negligenciar o aspecto limítrofe do território normalmente visível e claramente estipulado no espaço, como mesmo relembra Firmino: “o conceito de território pressupõe a busca por controle sobre uma determinada parcela do espaço (delimitada)” (FIRMINO, 2011, p.4). Mas mesmo

esta busca pelo controle sobre um recorte geográfico acaba por alcançar seu domínio simbólico para além de uma margem delimitada.

Como bem entendido, a exemplo da Igreja católica buscado na obra de Duarte (2002), ainda que ela tenha sua sede em Roma os seus participantes passam a tornar o seu território mais híbrido, apesar de altamente consolidado em seus valores, premissas de usos, apropriação e símbolos.

Além disso, o espaço torna-se mais dinâmico a partir das diversas formas de representação alcançadas: “O espaço se tornou mais fluido – informações são processadas e transmitidas instantânea e simultaneamente para vários pontos do planeta” (DIAS, 2004, p.71), e da mesma forma passa a se comportar o território – bem como o próprio lugar – de forma mais fluida, permeável e de difícil “cerceamento”.

Para Duarte (2002) “a noção de territorialidade [ainda] está ligada a ideia de domínio, à área de influência de uma determinada espécie num espaço e de um de seus elementos sobre seus pares” (DUARTE, 2002, p.77). Este domínio pode ser exercido por um indivíduo, grupo social, leis ou qualquer sensação que transpasse a ideia de território ao usuário de um determinado espaço¹³, como por exemplo, os territórios demarcados em alguns locais escuros da cidade, onde não se costuma circular em período noturno por uma sensação de medo, temor. E nesta área de influência, tão bem colocada por Duarte, é que se percebe novamente o aspecto nebuloso dos diversos territórios.

Quando Duarte (2002) – bem como outros autores – fala sobre territorialidade, está refletindo sobre algo distinto de território, mas inerente a este. Neste sentido Paula (2011) auxilia:

territorialidade diz respeito à dimensão vivida [do território] na medida em que denota fatores que acontecem nas relações mais diretas entre as pessoas e o espaço. A territorialidade é o qualitativo de qualquer fenômeno territorial, independente da escala dele. A distinção entre territórios oriundos da dimensão vivida e a territorialidade está no papel que a dimensão vivida tem dentro destas noções (PAULA, 2011, p.109).

Ou seja, os territórios, a princípio, possuem uma mesma base constituidora, ou variáveis que os definem como tal, o que os diferencia entre si são seus aspectos qualitativos, as dinâmicas sociais, os símbolos, o sentido de pertencimento da população, que levam ao entendimento sobre como cada território se comporta e

¹³ Como também pode ser visto na obra de Sack (1986) e Haesbaert (2011).

quais são suas características que garantem sua “personalidade”. Conforme refletido por Haesbaert: “As múltiplas “tribos” a que cada um pode pertencer revelariam múltiplas territorialidades, efêmeras, que assumiríamos ao longo de nosso cotidiano” (HAESBAERT, 2011, p.226).

Assim, muito da característica do indivíduo, comunidade ou aglomerado populacional que vive neste território, passa a influenciar sobre como serão estabelecidas estas noções de territorialidade. Como bem coloca Paula (2011): “que do próprio devir da dimensão vivida surjam territórios: o poder que delimita e influencia as dinâmicas socioespaciais vem das ações dos indivíduos que vivem a/em uma porção do espaço” (PAULA, 2011, p.109). Importante destacar que esta característica da população é também um índice identificador dos territórios.

Os autores que aqui se apresentam transcrevem esta característica do grupo ou comunidade sobre o território de formas distintas. Haesbaert (2011) se remete a um sentido de “privatopia” – que inclusive em alguns momentos se confunde com o conceito de lugar defendido por Duarte (2002) –, em que os territórios seriam caracterizados por um determinado grupo, que se apropria de um determinado espaço e envolvendo alto grau de dominação sobre este.

Este sentido de ‘mando’ ou domínio de um grupo é muito presente em todas as teorias estudadas sobre o conceito nesta pesquisa, se mostrando como outro elemento essencial – assim como muitos até aqui ilustrados – para a construção de qualquer dimensão ou tipologia da ideia de território.

Soja (1971), por outro lado, não inclui em sua discussão sobre território um olhar mais próximo do coletivo, do grupo que o definiria. Para ele, o território se construiria muito mais a partir de um indivíduo que o carrega consigo livremente e domina a sua forma de apropriação e defesa do espaço que o contém. Isto se faz claro quando argumenta:

cada ser humano está rodeado por uma série de espaços “bolhas” portáteis, que afetam a comunicação interpessoal e comportamentos, e em certas circunstâncias podem funcionar para regular espaço e densidade (SOJA, 1971, p.20).¹⁴

¹⁴ Original: each human being is surrounded by a series of portable space “bubbles” which affect interpersonal communications and behavior and in certain circumstances may work to regulate spacing and density (SOJA, 1971, p.20)

Ou seja, a ideia de grupo tão clara em Haesbaert (2011), no seu entendimento sobre território, já não está presente na obra de Soja (apesar de considerar a territorialidade humana), o que, no entanto, não desmerece sua influência no estudo da temática, pois diversos autores, como bem ressalta Paula (2011) o tem como um dos pioneiros em encarar o território a partir da dimensão vivida, e não apenas aquela perspectiva tradicional do território como Estado-Nação tão difundida anteriormente.

Esta reflexão de Soja, apesar de se remeter ao indivíduo como um território móvel, auxilia sobre a leitura de que um território independente de sua escala possui limites por vezes intangíveis – a exemplo da “bolha de Soja” – que inibem diversos usos do espaço ou determinam como este deve ser experimentado a partir de determinações que vêm daquele(s) que o domina(m).

Sack (1986) também colabora com um exemplo das possibilidades de manifestações territoriais em uma micro-escala, desatando as amarras que normalmente vinculam o território a uma perspectiva macro ou como extensão terrestre: “presente durante o dia, mas dissolvido a noite, são as repartições territoriais internas de escritórios e estações de trabalho que separam trabalhadores e níveis de funcionários” (SACK, 1986, p.17).¹⁵

Neste exemplo, além do autor mostrar a possibilidade da territorialidade se manifestar mesmo nos espaços mais rotineiros do homem, demonstra também sobre a capacidade itinerante do território, ou seja, ele não necessariamente é fixo uma vez instituído e nem sempre expõe limites (barreiras) físicos, o que relaciona a sua perspectiva com a de Soja (1971).

Ainda, este território pode estender-se de forma fragmentada sobre o espaço. Um exemplo que o próprio autor traz é o fato dos sistemas de comunicações (e que hoje são muito mais abrangentes e invisíveis), que permitiriam uma secretária, deste determinado escritório, exercer sua atividade laboral em outra localidade, como em sua própria casa, fazendo com que o exercício da força territorial do trabalho atue aí também. Isto esclarece que além de ser escalar e por vezes intangível, o território nem sempre é contíguo (DUARTE, 2002; FIRMINO, 2011), podendo se manifestar em pontos isolados ou distantes um do outro.

¹⁵ Original: “Present at day but dissolved at night are the internal territorial partitions of offices and work stations that separated workers and levels of personnel” (SACK, 1986, p.17).

Isto também se conecta ao seu caráter homogêneo, pois tal dominação, leis, condições acabam por definir uma porção do espaço com características específicas, e fazer com que aqueles que dele fazem parte tenham modos muito comuns de uso do espaço.

Esta homogeneidade, com graus e matizes variáveis, pode se estender ao perfil econômico, cultural, social, não sendo necessário, claro, que todos estes sejam necessariamente comuns entre os indivíduos para que o território se determine, mas sendo muito natural esta ocorrência. Como bem relaciona Gaspar (2004): “O conceito de território implica uma apropriação, um ordenamento, uma **identificação** por parte **de um grupo social**” (GASPAR, 2004, p.179, grifo nosso).

Alcançadas as diversas interfaces do território, sua síntese pode se encontrar nas reflexões de Duarte:

[...] o território é como uma porção de espaço codificada, onde os símbolos e suas ordens tendem a imantar o espaço, organizando o regime de forças que nele habitam ou que por ele passam, não necessariamente controlados apenas por um poder soberano, mas também por valores de determinada sociedade” (DUARTE, 2002, p. 46).

Nesta contribuição do autor é possível verificar o sentido mais próximo do qual a pesquisa se aproxima. Quando iniciada a subseção com a etimologia de território trazida por Haesbaert (2011), foram identificados alguns elementos básicos na sua composição que novamente aparecem na construção teórica de Duarte, mas com algumas questões mais elaboradas: **estrutura espacial** delimitada (física ou não), **controlada** por leis **ou** por uma comunidade a qual se **apropria** desta porção do espaço que (especialmente ressaltada na última citação) passa a ganhar **símbolos** originários dos valores sociais.

Este fechamento permite a continuidade da discussão por justamente completar o sentido que satisfaz a intenção desta pesquisa, ao ressaltar que o território ainda que contenha características básicas está altamente vinculado a relações sócio espaciais e em muito depende da forma como estas se comportam em sua formação.

Cabe, após este entendimento, diferenciar as matrizes espaciais lugar e território, de modo a consolidar as características próprias de cada manifestação espacial.

3 “LIMITES” ENTRE LUGARES E TERRITÓRIOS

O encargo de diferenciar as matrizes espaciais (DUARTE, 2002) anteriormente discutidas, é tão desafiador como refleti-las individualmente abarcando todas as questões que lhes são inerentes. No entanto, neste momento parte-se do princípio que os diferentes conceitos anteriormente refletidos já estejam incorporados, e como não seria possível apresentar a totalidade das diferenças entre eles caberá, a esta seção, delinear sucintamente questões-chave que respondam, minimamente, a intenção da pesquisa.

Ao retomar o título desta breve seção se notará a palavra limites entre aspas, o que é proposital. É proposital porque ao constatar que ambos os conceitos definem manifestações espaciais de forma ‘ilimitada’, ou, de difícil delimitação (física e escalar), assim também se apresentaria a tentativa de dividir as teorias entre si.

Como bem diz Duarte: “o limite entre aceitar-se o lugar e pleitear-se o território é nebuloso” (DUARTE, 2002, p.113), e para tornar um pouco mais clara esta abstração, em saber até onde vai um e onde termina o outro, e vice-versa, serão utilizadas as contribuições do próprio autor que, na revisão bibliográfica foi um dos poucos – para não dizer o único que empreita esta missão de forma mais contundente – em avançar sobre o desafio de definir os “limites” teóricos entre lugar e território.

A importância desta distinção reside no fato de que a discussão posterior, a partir dos dados levantados no objeto de estudo – condomínio horizontal –, em muito depende deste entendimento, pois definir qual manifestação espacial se evidencia no espaço, só será possível se a diferença entre lugar e território estiver muito bem delineada. Ainda, ao exercitar esta diferenciação entre os conceitos, também será possível sintetizar as variáveis que os determinam, compondo um “filtro” teórico-prático.

Apesar de valiosa contribuição na construção do título anterior, bem como grande visibilidade quando o tema é território, Haesbaert (2011, p.40) resgata e considera importante a perspectiva de teóricos que, como Brunet (1983), entendem o território como uma rede de lugares ou a composição destes de forma contígua.

Para não adentrar em críticas maiores sobre alguns autores que parecem confundir os conceitos em diversas obras prefere-se acreditar que este “olhar

distinto”, como colocado na obra de Haesbaert, ocorre muito mais por aquele ato comum de igualar ‘lugar’ a ‘local’ no vocábulo do que por se aceitar que uma das matrizes espaciais, no caso de Haesbaert, o território, se constitui a partir da outra, o que diminui toda a qualidade epistemológica dos conceitos.

Apesar disto, seria necessário uma revisão de leituras sobre estes recorrentes erros para valorizar adequadamente as diferentes questões que envolvem o estudo de lugares e territórios sem, erroneamente, desmerecer a importância de uma em relação à outra.

Paula (2011) argumenta em seu texto que existem estudos práticos sobre a dimensão vivida cotidiana do território, mas que há uma carência de maiores abordagens que clareiem os caminhos teórico-metodológicos para o tratamento do fenômeno em campo: “Há carência de obras (ou de difusão de obras já realizadas) que ofereçam bases teórico-metodológicas para a abordagem do fenômeno territorial em questão” (PAULA, 2011, p.114). Considerando ser uma recente publicação, isto reafirma a necessidade da busca de entendimento sobre como se manifestam estas relações espaciais (tanto lugar como território) no espaço em si, o que justifica novamente a validade epistemológica desta pesquisa.

Revendo a obra de Duarte encontra-se que:

O território, assim como o lugar, é uma porção do espaço significada, a cujos elementos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo. Entretanto, na constituição de um território, essa significação é uma forma de marcar esses elementos com certos valores culturais, de modo que qualquer outro objeto, ação ou indivíduo que se encontre nessa porção do espaço deva se guiar, ou mais, deva se submeter a essa medida cultural imposta ao espaço (DUARTE, 2002, p. 76).

E aqui está uma das diferenças básicas – ou um dos “limites” conceituais – entre lugares e territórios: enquanto o primeiro se refere muito mais à experiência do homem com o espaço, onde determinada porção espacial passa a significar sua cultura, seus valores e com o tempo, a refletir o próprio indivíduo ou grupo, o segundo, por outro lado, tem mais proximidade com uma questão simbólica, um domínio, em que este indivíduo ou grupo se vê identificado, mas não se apropria livremente deste recorte espacial, ou seja, não o experimenta com a liberdade proporcionada pelo lugar, pois já possui determinações estabelecidas sobre o seu uso.

Como claramente expõe Firmino:

Nessa visão, assim, o controle sobre uma porção do espaço define toda diferença entre os dois conceitos. Ao território vinculam-se necessariamente leis, documentos, instituições, regras de convivência para a manutenção de seus limites, do poder e da dominação. Ao lugar podem-se vincular esses instrumentos de controle, mas apenas se isso for condição para a convivência comum, para o pertencimento (FIRMINO, 2011, p.4).

O mesmo autor ainda sustenta:

enquanto o conceito de lugar admite porções do espaço carregados de valores culturais compartilhados entre pessoas com algum tipo de afinidade (étnica, temática, religiosa, política, topológica, etc.), o conceito de território pressupõe a busca por controle sobre uma determinada parcela do espaço (delimitada) (FIRMINO, 2011, p.4)

E neste entendimento chega-se à compreensão de que “resumidamente, tem-se que lugar está mais próximo da experiência, enquanto o território é fundamentalmente simbólico” (DUARTE, 2002, p.85). Os valores do lugar estão sempre em potencial, ou seja, podendo ser alterados, reconstruídos, agregados, e é esta riqueza que o lugar revela, como descreve Castello:

por trás da identificação de um lugar encontra-se presente todo um processo de valoração do espaço, que pode muito bem ser atribuído à percepção que as pessoas têm (ou que virão adquirir) a respeito desse espaço (CASTELLO, 2007, p.12).

Enquanto que o território já é construído de forma mais determinada e estática quanto aos seus símbolos, significados, valores, pois estes têm a ‘missão’ de ordenar o modo de apropriação desta porção do espaço.

Deste modo, após ladeados, é possível concluir esta diferenciação entre os limites conceituais traçando, a partir da seção anterior e das breves contribuições deste, um quadro que bem ilustra e sintetiza seus antagonismos, o qual também servirá de base metodológica para a identificação das variáveis a serem analisadas sobre o objeto de estudo da pesquisa empírica:

Lugar	Território
Heterogeneidade	Homogeneidade
Valores culturais, simbólicos etc, construídos em uma determinada porção do espaço.	Valores culturais, simbólicos etc, determinados sobre uma determinada porção do espaço.
Apropriação dinâmica do espaço.	Rigidez na possibilidade de apropriação.
Sistema mutável, onde a dinâmica de fluxos e fixos se apresenta mais dependente do Uso do espaço feito pelo usuário	Sistema definido pelo grupo participante, determinando a dinâmica de fluxos e fixos
Espaço de trocas	Espaço de domínio
Espaço indeterminado fisicamente	Delimitação física da porção do espaço na maioria dos casos (não em todos)
Se constrói pelo processo de significação, organização e hierarquização dos elementos espaciais, através do substrato cultural	Regras, leis, condições exercem força impositiva sobre o espaço
Compartilhamento (hierárquico) de valores	Relações de dominação e poder

Quadro 01: Diferenças/limites conceituais entre lugar e território
 Fonte: elaborado pelo autor com base nas referências, 2012.

Santos (2006) ainda auxilia no fechamento conclusivo deste quadro:

Por enquanto, o Lugar - não importa sua dimensão - é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a designios mais amplos e escalas mais altas[...].

O território [...] envolve [...] todas as pessoas.[...]O território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2006, p. 174).

3.1 (RE)DESENHANDO ESPACIALIDADES: Lugares e Territórios na cidade

A abrangência e escalas que podem chegar os lugares e territórios são amplas e por vezes desconhecidas. Neste sentido, os conhecimentos antevistos podem se aplicar nas mais diversas espacialidades, mas cabe aqui o

direcionamento de forma pertinente com o objeto de estudo, o qual se encontra no ambiente urbano.

Este espaço – urbano – é construído e, claro, não apenas se constitui de materialidades, mas através destas permite explorar os mais diversos fenômenos sociais por mais abstratos que se apresentem, como é o caso dos lugares e territórios.

Quando realizada a leitura do espaço construído nitidamente se identifica a estrutura proposta por Santos: objetos e ações, ou, fixos e fluxos. Fica evidente também a influência das ações sobre a conformação física e histórica do espaço percebido.

Santos, ao construir sua teoria fundamenta ao mesmo tempo uma metodologia de compreensão e construção do espaço capaz de abarcar as mais diversas definições ou contextos. Espaços construídos, imaginários, virtuais, digitais etc, podem ser lidos a partir desta estrutura, pois todos sem exceção possuem em sua formação determinados objetos e fluxos que os definem.

Espaços distintos, como os acima citados, são compostos (logicamente) por objetos distintos. O espaço construído como tipologia mais próxima do tangível (ou expressão mais sensível à percepção direta do indivíduo) se manifesta e edifica com maiores possibilidades de representação (ao menos no campo material), de acordo com a evolução tecnológica empregada na sua composição, pois, na medida em que se amplia o arrojio das técnicas que se empregam sobre os objetos, o espaço se potencializa quanto a expressão e resposta às necessidades do meio social.

Como visto em Duarte (2002), a evolução social influi diretamente nas formas de representação do espaço.

Se pareada à leitura do referido autor ao estudo de Le Goff (1996), entende-se que as possibilidades de representação se ampliam com o passar do tempo, não apenas porque neste período as tecnologias evoluem, mas principalmente porque se a representação carrega em si um 'tempo plural' (como esclarece Le Goff). Quanto mais se avança a história, mais rica se tornaria seu potencial de representação, já que poderia reunir em um único objeto ou espaço uma maior variedade de tempos sociais.

Entendido de forma breve sobre a representação do espaço retoma-se o olhar ao presente momento da pesquisa: o espaço construído. Apropriando-se ainda do trabalho de Duarte (2002):

A história da humanidade é marcada pelas transformações nas ferramentas usadas para se aprender, conhecer e controlar o mundo. Nossa história pode ser contada pela história das tecnologias (DUARTE, 2002, p.57).

No momento em que o espaço construído está atrelado às tecnologias que o configuram, ele se torna também instantâneo. Se as ferramentas utilizadas na sua construção – com a evolução (praticamente diária) das linguagens que as definem – estão em movimento incessante, o espaço que se conhece hoje certamente não será o mesmo contemplado amanhã, deixando a dúvida inclusive sobre o nosso nível de interação/domínio sobre o contexto concreto. Como descrevem Eichenberg e Barbieri (2004): “não nos é tão fácil reconhecer o quanto essas tecnologias modificam constantemente os modos e meios de organizar nossas vidas, e também os nossos agenciamentos com o espaço circundante” (EICHEMBERG E BARBIERI, 2004, s/p).

Este espaço, mesmo que construído, físico, não está composto apenas de materialidade, mas também de intangibilidades, estas podendo ser os lugares e territórios que aqui se busca desvelar. Significados, símbolos, tecem um espaço imaginário que se superpõe àquilo que é visto influenciando diretamente sobre sua leitura.

Neste sentido toma-se o espaço urbano como análise. Primeiro por bem representar a materialidade conhecida e reunir um espectro muito amplo de potenciais imaginários, visto que abriga diversas relações sociais de vários níveis e formas de manifestação, como prevê Souza (1997): “Ora, a cidade, então, é, por excelência, o lugar [ou local] que melhores condições tem de produzir um ambiente fértil para o desenvolvimento das ideias, imagens e das representações” (SOUZA, 1997, p.109). Segundo por ser o campo por onde a pesquisa caminha.

Leite (2005, s/p) constata que “Os signos da nova cultura urbana, a cidade moderna, são identificados e articulados numa sintaxe própria, elaborando um discurso específico sobre a cidade”. Partindo do discurso do autor, pode-se resgatar a conotação que se quis dar ‘àquele hipertexto’, sugerido na primeira seção da pesquisa – página 22 –, como característica inerente dos componentes formadores do espaço construído e mais especificamente, nesta narrativa, da cidade, na medida

em que estão em um processo de construção e articulação paralelos tornando a cidade cíclica, e não sistêmica.¹⁶

Quando ensaiou-se o entendimento do espaço construído, conforme visto em Leite (2005), impossível se torna falar apenas da materialidade, pois mesmo esta dimensão do espaço permanece carregada de signos e fruto de representações que revelam uma identidade cultural própria. Pesavento (2007, p.01) ressalta o valor dos signos no espaço percebido e sugere, inclusive, que inexistente hoje a divisão entre o imaginário urbano – composto pelas formas de representação e por este rol de significados e cultura –, e o real, ou concreto nas cidades, pois as representações se encontram tão fortes em sua identidade que já decalcam sobre aquilo que entende-se como real a sua marca.

E aqui se percebe a dificuldade anteriormente demonstrada de se definir claramente os lugares ou territórios no espaço urbano, posto que este está imantado de relações abstratas.

Esta riqueza que a cidade agrega, como espaço construído de concretudes e imaterialidades, determina um campo e escala rica de análise das matrizes espaciais que aqui importam, justamente porque estas dependem da relação social, e da cidade ser o espaço que melhor representa esta reunião. Como destacado por Massey: “as ‘cidades’, podem, certamente, colocar a ‘questão geral do nosso viver juntos’ de uma maneira mais intensa do que muitos outros tipos de lugares¹⁷” (MASSEY, 2005, p.239), por suas possibilidades de usos, e ao mesmo tempo pela ampla diversidade social, antagônica e dinâmica da qual participa.

Todas estas dimensões da cidade – especialmente a social, estão atreladas de alguma maneira ao modo como se dispõe o espaço, ou seja, como ele é previsto, planejado, executado de forma a propor seus usos, fluxos e até a significação natural a partir da presença da sociedade –, influem significativamente sobre a constituição de lugares e territórios.

Outro ponto importante é reflexionar sobre o processo de planejamento em si deste ambiente. Como é sabido: algumas cidades, ao menos as contemporâneas, não nascem de forma espontânea sem um desenho prévio, e mesmo as já consolidadas continuamente passam por alterações em seu traçado. E qual seria a

¹⁶ No sentido de processo com princípio e fim lógicos e conhecidos ou previstos. Ressalta-se que esta característica aqui adotada sobre o termo “sistêmica” não é a única.

¹⁷ No sentido de local, e não do aporte teórico utilizado no presente trabalho sobre “lugares”.

profundidade alcançada por este traço? até onde o peso do projeto da cidade redesenha também os novos lugares e territórios contemporâneos?

Claro, não se pode ter a ilusão romântica de que a arquitetura e urbanismo ou o desenho urbano tenham o poder central capaz de modificar todas as lugaridades e territorialidades urbanas, mesmo porque, como antevisto, estas dependem muito mais do que apenas do espaço concreto para se constituírem. Mas, de todo modo, uma coisa poderia se arriscar mencionar: o desenho das cidades, projetado ou espontâneo, contribui em algum momento na alteração dos limites dos territórios e lugares urbanos. Como reflexiona Souza:

Longe de imaginar que o desenho urbano poderia ter o poder e/ou o papel de transformador da sociedade a desempenhar. Inocente seria a perspectiva de se pensar nesta possibilidade visto que ao funcionamento da sociedade perpassa inúmeras interfaces sobre as quais não teria o desenho urbano alcance suficiente para alterá-las substancialmente ao ponto de modificar a estrutura social, o que, no entanto, não desmerece a capacidade do mesmo desenho urbano de propor alterações no espaço e com isso o seu próprio uso e apropriação, modificando, até determinado nível, as relações socioespaciais, atribuindo importante função, portanto, da estrutura espacial que irá comportar tais mudanças (SOUZA, 2003, p.72).

Souza (2003) ainda exemplifica o fato acima descrito ao revisitar cidades como Roma, que ao alterar o uso das edificações para receberem comércio no térreo e habitações superiores, altera a compreensão de rua como apenas um corredor de passagem e, inclusive, fomentando novas relações sociais de diferentes ordens em um mesmo local. Isto mostra, portanto, que a alteração do espaço pode, em muito, contribuir com transformações sociais que, ainda que não plenas, se incorporam no cotidiano localmente vivido.

Nesta mesma tratativa, Castello enriquece a discussão:

[...] antes de qualquer elaboração, é apropriado lembrar que são as pessoas e o uso que essas pessoas fazem do ambiente construído o quê, com o tempo, pode conferir o status diferenciado que os lugares urbanos desfrutam nas cidades (CASTELLO, 2007, p.21).

Se as pessoas 'mais' o **uso** que elas fazem do espaço é o que confere ou não o 'status' de lugar (e território) urbano, é evidente que de alguma forma o modo como se intenciona o desenho urbano (que define justamente o uso) pode de alguma maneira firmar a consolidação destas matrizes espaciais.

E aí existe outro questionamento: sobre as diversas vocações dos diferentes locais que se configuram como lugares ou territórios. Se considerado o quadro

exposto na conclusão da seção anterior é possível entender o porquê, por exemplo, alguns autores defendem com tanta veemência a permanência do uso do espaço público para a ‘saúde’ da cidade¹⁸, garantindo que esta porção – ampla e indefinida – se caracterize muito mais como lugares do que territórios urbanos, já que o primeiro permitiria uma espontaneidade muito própria da intenção dos planejadores dos espaços abertos.

Neste sentido, vale a pena ao menos uma rasa imersão na discussão sobre a importância da “permanência” do espaço público, tão defendida por vários autores e a presença dos espaços privados em meio a esta malha que confere uma relação dual, percebendo sobre como estes espaços então, nas diversas perspectivas, se organizam e inferem sobre a constituição dos lugares e territórios urbanos.

3.1.1 Entre o espaço público e o privado: onde estariam os lugares e territórios?

Não se objetiva defender uma tipologia de espaço ou matriz espacial em detrimento do outro, o que se quer é ilustrar como estas questões relativas a espaço público e privado têm estado, durante muito tempo, presente nas discussões entre diversos teóricos que estudam o meio urbano e, logo, influenciando as manifestações de fenômenos dele participantes: neste caso os lugares e territórios.

O desenho das cidades, historicamente, evoluiu de acordo com as necessidades despontadas em cada civilização, isto é notório quando se estuda a história do urbanismo. Souza (2003) bem reflete sobre isto:

Todas as mudanças que ocorreram no espaço ao longo dos séculos, tanto no âmbito do urbano, como no âmbito da edificação, acabaram por se definir como mudanças de ordem local na sociedade, intervindo, portanto, diretamente no comportamento das pessoas. Da casa à cidade, a grande diferença em termos de projeto está na mudança de escala, de complexidade da estrutura social (SOUZA, 2003, p.73).

Na Grécia, por exemplo, o espaço da praça, ou *plateo* – significando “largo” – era proposto para reunir os diversos pensadores da época que lá discutiam desde questões políticas até outras relacionadas ao cotidiano. Em outras civilizações muralhas eram construídas em torno das cidades para promover proteção, e os

¹⁸ Movimento este talvez mais enfatizado por Jacobs (não apenas por ela, mas notoriamente simbolizado em sua obra) em sua defesa ao uso da cidade de forma mais incisiva para garantir a manutenção e vitalidade dos espaços públicos.

espaços públicos, como nas cidades medievais, eram reduzidos (estreitos) para garantir maior segurança da população no caso de invasões, onde os inimigos se perderiam mais facilmente em meio a cidade enquanto os cidadãos que dominavam seu desenho sabiam os locais mais estratégicos de fuga e proteção.

Traços, neste sentido, definem distintos espaços urbanos (como o religioso, habitacional, político etc), e se consolidam ao longo da história da cidade na medida em que esta cresce. O ambiente antrópico começa a tecer a sua malha desenvolvendo um desenho urbano que explicita a morfologia da cidade desejada (ULTRAMARI, 2009).

Os modos de produção alteram tanto a interface física ou concreta da cidade, como influenciam no próprio modo de ver e viver neste meio. Isto se nota quando se compara, por exemplo, a cidade medieval e contemporânea. O tempo destas duas cidades são distintos, mas não somente isto: o próprio imaginário social, a concepção de cidade e o que a compõe e dinamiza são diversos (GOMES, 2002).

Habermas (1984) argumenta que o espaço público deve ser entendido tanto sociologicamente como historicamente, ou seja, que o público (como o privado) possuem tempos e sociedades que o constituem, e todo estudo deve relacionar a sociedade – que estrutura a esfera pública observada – com sua história.

O autor ainda reflete em sua obra que o entendimento de esfera pública (que, na sua perspectiva, é composta pela burguesia que detêm a informação e o poder de opinião pública), passa pela compreensão de que o espaço público é regido pelo exercício de atores privados, ou seja, a questão pública é composta por interesses privados de importância coletiva.

Os espaços de domínio público na idade média (retomando o exemplo já citado) estavam envolvidos por um valor cultural: a igreja católica. A sociedade em si, mesmo os descrentes, se viam vinculados às determinações desta instituição tanto sobre a sua vida privada como sobre sua vida pública. O próprio modo de se apropriar do espaço público era fortemente influenciado por este valor cultural e simbólico.

Já na cidade contemporânea, especialmente pela influência pós-moderna e abertura das fronteiras internacionais (ALVES, 2006, 2010; MINTON, 2006; KERN, 2010), a dinâmica urbana, incluindo a existente entre espaço público e privado, se vê manejada por outro valor: o de consumo, ou, econômico.

Com isto, as relações de poder mudam de “mãos” como também de dimensão. O poder aquisitivo amplia a dominância de indivíduos (ou instituições) sobre os espaços e também sobre o uso destes. Neste momento se constata que possivelmente se vive (atualmente) um novo entendimento de ressignificação do espaço público e privado, em que o segundo contribui para descaracterização do primeiro com o sombreamento de atividades de cunho privado.

Se antes a rua era o local da reunião entre vizinhos, amigos ou mesmo do encontro casual, hoje ela funciona muito mais como uma estrutura de articulação de fluxos entre diferentes regiões da cidade. Se o espaço privado antes se apresentava claramente demarcado e constituído, hoje muito dele se vê incorpora(n)do no espaço público (GOMES, 2002). Na perspectiva habermasiana, o público e o privado se entrecruzam no próprio homem cidadão que é ao mesmo tempo o homem como indivíduo privado, por vezes confundindo-se (HABERMAS, 1984).

Os shopping centers são exemplos esclarecedores desta “convivência”, contudo, estruturam simulacros de espaços públicos¹⁹. Por um lado são centros comerciais e por outro abrigam áreas de circulação e uso públicos, como as “praças” de alimentação e setores de convivência. Mas qual público participa nestas estruturas?

Koulioumba (2010), analisando o comportamento dos espaços públicos, observa São Paulo como exemplo e mais especificamente o shopping Pátio Higienópolis. O autor relata a mudança contemporânea da ideia de espaço de trocas públicas. Segundo ele, este shopping se tornou a “praça” ou “a rua da frente de casa” para os moradores do entorno. Koulioumba levanta estatísticas que mostram que a maioria do público usuário do shopping é composta de residentes locais, constatando a incorporação dos valores capitais pela população e o seu reflexo no uso da cidade:

uma inicial objeção ao shopping center nesta área foi transformada em uma das principais opções de entretenimento no bairro. Algumas estatísticas mostram que a maioria dos usuários são residentes, ao contrário da maioria de outros shopping centers em São Paulo que tem um público muito diferenciado (KOULIOUMBA, 2010, p.9).

É curioso analisar, neste caso, os mecanismos de significação utilizados para que o shopping, desde seu princípio, seja encarado como um espaço público, ao

¹⁹ Já que são espaços privados de uso coletivo.

levar no seu nome a expressão “pátio”. Isto evidencia o capital infiltrado na cidade, o qual se apropria de símbolos já presentes no imaginário urbano e monta uma nova mensagem que deturpa a real função do espaço.

Neste caso, substitui o espaço público enquanto tal e incorpora um símbolo de um ambiente de trocas sociais, heterogeneidade, espontaneidade – pátio – em um espaço altamente seletivo, com função de trocas econômicas e que tem algumas determinações para seu uso – o shopping.

Na realidade não apenas os shoppings propõem uma relação híbrida entre o público e o privado. Mesmo ruas, praças, parques, muitas vezes, simulam uma noção de plenamente público em sua proposta, mas ao mesmo tempo desenham fortes traços de privatização em algumas atividades, ou seleção de público para o uso (GONDIM, 2011).

Estas noções sobre o comportamento dos espaços urbanos envolvem, assim, os fenômenos aqui estudados: lugares e territórios. Estes fenômenos influenciam tanto por se tratarem de matrizes espaciais, como por serem, antes de tudo, construções sociais sobre o espaço. As “lutas” ou sobreposições entre a ideia de espaço público e privado em muito se aproximam da relação entre lugaridades e territorialidades.

Se lugar é um espaço apropriado, heterogêneo, com expressões culturais espontâneas (CERTEAU, 1994; DUARTE, 2002; MASSEY, 2005; SANTOS, 2008; CASTELLO, 2007), o território é um espaço codificado, organizado de forma homogênea, com regulações de uso, legislado (SOJA, 1971; SACK, 1986; DUARTE, 2002; BOZZANO, 2004; HAESBAERT, 2011; FIRMINO 2011). O primeiro se aproxima, a princípio, muito da ideia que se tem de espaço público, já que este seria o palco das trocas sociais, das culturas múltiplas, da opinião democrática. O segundo, deste modo, da ideia de espaço dominado, o qual limita, restringe o uso a determinados padrões de ocupação, seleciona o público para o ingresso²⁰.

Os cidadãos da Idade Média, por exemplo, não apenas conheciam o desenho da cidade: marcavam a territorialização sobre ela, pois visando a segurança cerceavam o espaço urbano com grandes fortificações.

²⁰ Lembrando que esta restrição do território não necessariamente define o contorno (físico) exato de determinada porção do espaço.

Acerca das diferenças de perspectivas sobre a constituição do espaço urbano desenvolvidas entre as diversas correntes históricas do urbanismo, resgata-se brevemente aqui uma em específico que chama atenção por dois principais motivos: primeiro por ser a corrente imediatamente posterior àquela que vigorou (e ainda permanece influenciando) sobre o cenário urbano brasileiro (o ambiente desta pesquisa) – o modernismo – e, por isto, ter emergido em forte embate aos seus postulados²¹; e segundo pelo fato de haver sido analisada por Harvey (1990) de modo que sua obra continua como referencial acerca do tema, valendo o breve resgate das reflexões do autor sobre a referida corrente – pós-modernismo – as quais, de certa forma, demonstram a (tardia) permanência deste modo de pensar o espaço no período atual em algumas práticas urbanas.

Sobre isto Harvey descreve:

os pós-modernistas vêem o espaço como algo independente e autônomo, a ser moldado de acordo com objetivos e princípios estéticos, os quais, não tem necessariamente nenhuma relação com objetivos sociais abrangentes, salvo, talvez, a realização da beleza atemporal e 'desinteressada' como um objetivo em si (HARVEY, 1990, p.66).²²

A denúncia de Harvey em relação a este modelo de pensamento sobre o espaço, que desconsidera o viés social em sua constituição, é contundente e extremamente válida, pois se na reunião dos teóricos aqui presentes se visualiza que o espaço depende em alto grau das relações sociais para sua definição, estas, portanto, deveriam vir em primeira instância na relação das preocupações relativas a sua construção .

É válida esta reflexão também porque demonstra certas situações espaciais (o entendimento do espaço como autônomo, sem considerar seus princípios funcionais, apenas estéticos), ainda mal resolvidas na relação público-privado que, certamente, de algum modo, receberam influências deste modelo de pensamento pós-modernista.

Interessado também sobre a análise destas questões entre o público e o privado nas cidades, e de como isto rebate sobre os lugares e territórios urbanos,

²¹ E que, contudo, não apresentou maiores respostas plausíveis aos problemas urbanos contemporâneos a ela.

²² Original: "the postmodernists see space as something independent and autonomous, to be shaped according to aesthetic aims and principles which have nothing necessarily to do with any overarching social objective, save, perhaps, the achievement of timeless and 'disinterested' beauty as an objective in itself" (HARVEY, 1990, p.66).

Castello (2007) faz uma inteligente sugestão sobre uma nova maneira de pensar a transformação do espaço, a partir da interessante expressão anunciada por Arjen Mulder: “*transurbanismo*”.

Castello se apropria do termo e o utiliza em uma relação de substituição ao pós-urbanismo tentando, por exemplo, escapar de uma forma de pensar: “então, o que deveria vir depois do ‘pós-modernismo’ em resposta as necessidades da cidade?”, argumentando que o prefixo *trans* associado a *urbanismo* traria a ideia de transgressão ou “a inserção no processo *em ação* nas cidades, permitindo-nos acompanhar *paripassu* as grandes transformações, o enorme incremento em complexidade que avoluma diariamente nas cidades” (CASTELLO, 2007, p.140), ao contrário de se pensar sobre um “pós-pós-urbanismo”, que nos remeteria a uma reflexão póstuma, ou seja, após um momento vivido pela cidade, uma contínua reflexão sobre aquilo que a cidade costumava ser, não propondo um avanço na discussão e solução sobre o continuum próprio do ambiente urbano.

Ao fazer isto Castello questiona, junto a Harvey, aquela ideia do social descolado do espaço propondo a verificação do contínuo que é, logicamente, articulado pelas relações sociais. O autor também se insere como indivíduo formador e formado deste espaço, o que o aproxima dos fenômenos urbanos com maior nitidez e o permite observá-los sendo elemento também participante.

Isto conduz a reflexão que, quando participa-se mais ativamente dos espaços públicos e privados, chegamos também na vivência dos seus possíveis territórios e lugares com maior “exatidão”. Sobre este aspecto existem autores que questionam, por exemplo, a falta de aproximação dos planejadores urbanos com o seu objeto, o que resulta em projetos deslocados de diversas realidades que deveriam ser tratadas no processo de pensar a cidade (e talvez esta era, também, a crítica de Harvey).

Como bem enfatiza Certeau: “Planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber poder articular” (CERTEAU, 1994, P.172). Quando este processo é inibido ou podado, o público e o privado passam a se efetivar seguindo outras regulações ou interesses, nem sempre interessantes ao bom funcionamento da cidade, por vezes unilaterais, como, por exemplo, as determinações do mercado imobiliário.

Estas exercem, atualmente, clara mudança no espaço urbano e, junto a isto, alteram as dinâmicas sociais que dele e nele se definem mostrando, portanto,

grande força na construção de novas territorialidades e lugaridades urbanas, já que tais matrizes espaciais se veiculam às pessoas ‘mais’ o uso que elas fazem do espaço, e o mercado atua justamente ao ‘como’ e ‘onde’ estes usos passam a se distribuir.

Claro, não se pode relegar ao mercado imobiliário o papel do grande algoz das cidades, mas em grande escala ele acaba limitando – como se verá em alguns dos casos a serem estudados posteriormente – usos potenciais do espaço urbano.

Quando não limita, esta promoção do ‘viver sem fronteiras’, própria da perspectiva imobiliária (em que se perde o desenho característico das cidades), espalha a ocupação territorial gerando um movimento de dispersão urbana que, por mais poder que tenha o gestor sobre o desenho urbano, normalmente “se dá a conhecer através das ações de atores sociais, como os do setor imobiliário. Este se traduz pela atuação e produção concreta, em que viabiliza o acesso a áreas afastadas, pouco densas” (COSTA, 2011, s/d).

Esta prática de gestão altera profundamente a visão sobre a cidade e sua apropriação, gerando:

[...] um fenômeno mal percebido pelos cidadãos, com implicações e consequências sobre seus cotidianos, interferindo, segundo diferentes naturezas e dimensões, escalas de vivência, paisagens regionais e locais, e meio ambiente, na troca acelerada de valores consolidados, pari passo às compartimentações e segregações generalizadas, cada vez mais identificadas pela exclusividade de certos extratos sociais, praticadas numa lógica distante do discurso universal (COSTA, 2011, s/p).

Alguns autores sustentam que a prática imobiliária altera aquele sentido próprio do espaço público de apropriação e reunião coletiva, ao promover (ou prometer?) que no espaço privado – normalmente relacionado a condomínios – se pode alcançar este mesmo grau de coletividade, enaltecendo a força do ambiente privado, e desequilibrando esta relação antes ambivalente (entre público e privado). E o que deveria participar de um equilíbrio passa a se revelar como um embate em disputa sobre qual destes espaços (abertos ou fechados) têm maior importância, ou melhor se comporta para as preferências sociais.

Claramente, se apresentam o caso dos condomínios fechados²³ como uma tentativa de incorporar uma sensação de espaço coletivo ao propor sobre o seu desenho a “rua” interna. Coloca-se entre aspas o caso da “rua” dos condomínios porque, analisando-a, não deveria, ela, ser o espaço público? E, ora, o condomínio não é um espaço fechado? Então como pode ser um espaço, a princípio, de caráter público ser incorporado e camuflado como tal (na perspectiva de diversos teóricos) internamente aos condomínios? Como sustenta Delicato (2007):

A rua interna privada é um simulacro da rua pública antiga onde “as crianças podiam brincar e os pais podiam deixar as portas de casa abertas”. Imaginar poder recriar uma versão idealizada de um estilo de vida passado em um espaço artificialmente tranqüilo, controlado e perfeitamente planejado para a felicidade de pessoas semelhantes é o ilusionismo compartilhado por grande parte dos moradores (DELICATO, 2007, p.2).

Estes questionamentos são instigantes, e espera-se que ainda rendam interessantes pesquisas e maiores análises futuras. Mas por enquanto se observa o que alguns autores têm a contribuir nesta discussão. Souza (1997) argumenta:

Uma das imagens mais fortes e mais concretas da cidade é rua, espaço **plurifuncional**, onde os mais variados fatos ocorrem, do comércio à circulação, do ponto de encontro ao local de desfile. Ela, juntamente com a praça, sempre representaram o espaço da liberdade, o espaço do cidadão, o espaço de fora, o **espaço público**, enfim, o espaço da coletividade **que se contrapõe ao espaço de dentro** (SOUZA, 1997, p.117, grifo nosso).

Sobre a leitura de Souza: percebe-se claramente a inquietação do autor em defender a rua como um espaço da totalidade, e não de uma porção pontualmente privilegiada da população. Como um espaço que, como bem ele coloca, “se contrapõe ao espaço de dentro”, identificando o claro contraste do público e privado.

Este espaço da rua forma uma das imagens mais fortes e mais concretas da cidade com sua multifuncionalidade em que os eventos como comércio, circulação, manifestações, enfim, as mais variadas trocas sociais são passíveis de ocorrer, e neste sentido, representa um local de liberdade, de cidadania, de convite ao encontro com as possibilidades (SOUZA, 1997).

Lefebvre se apresenta como outro autor que bem responde ao convite nesta discussão, ao trazer que: “A rua? É o *lugar* do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas)

²³ Que não gratuitamente foram eleitos aqui como exemplo, pois este será o objeto de pesquisa sobre o comportamento dos fenômenos lugares e territórios, já que naturalmente são espaços controlados por regulações e estrutura física, apresentando certa ‘vocação’ para o estudo de lugaridades e territorialidades.

[...] Nela efetua-se movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada” (LEFEBVRE, 1999, p.29).

Talvez ao chegar aqui exista uma tendência a aceitar, então, o espaço público como muito mais rico, interessante e importante à cidade do que o privado. Pode ser, mas cabe uma avaliação mais cuidadosa. Se fosse então o espaço público a ser resguardado, intocado e tido como ‘a salvação das relações sociais’ – em uma visão exacerbada sobre sua importância nas cidades –, onde então estariam os abrigos? Onde estariam situados os comércios e serviços que respondem às necessidades rotineiras? E os escritórios, empresas, indústria? que espaço sobriaria para eles?

Todas estas perguntas, retóricas, levam justamente a direcionar aos espaços seus devidos valores. Não se quer chegar ao ponto de rechaçar o espaço privado ao posto daquele culpado pelos insucessos do espaço público em manter a sua vida social ativa, ou, ingenuamente, elevar o espaço público a posição que deveria sobressair ao espaço privado. A intenção aqui muito mais se aproxima em uma tentativa de levantar questões, e demonstrar a importância que elas exercem na identificação dos conceitos que interessam a esta pesquisa.

Como observado em Castello (2007), Duarte (2002), Gaspar (2004), Haesbaert (2011), e muitos outros autores que até aqui contribuíram: se a consolidação de lugares e territórios passa, necessariamente, pela relação que o usuário ou comunidade estabelece com o espaço, seria importante refletir como então o próprio espaço se relaciona e se apresenta ao usuário, e por este motivo se construiu este momento para se inserir na pesquisa.

Não cabe, e nem é o objetivo, definir onde estão os lugares e territórios urbanos, mas sim gerar um impulso para a discussão destas questões na avaliação dos resultados da pesquisa, e seria um equívoco apontar de antemão, sem nenhuma análise contextual, alguma tendência de lugares ou territórios para o espaço público ou privado.

O que permanece claro, por hora, é que entre eles, estas manifestações (lugar e território) se ‘consolidam’, e esta descoberta só será possível após realizadas as devidas leituras contextualizadas de relações entre espaços públicos e privados.

Portanto compete inserir a pesquisa, de forma ainda teórica, no campo de análise que ela irá se desenvolver: condomínios horizontais fechados. Como muitas são as contribuições teóricas relativas ao objeto, falho seria o passo de direcionar

diretamente a pesquisa em campo, pois se avançaria em uma etapa sem antes ter o domínio das diversas leituras potenciais em observação do fenômeno.

Assim, inicia-se um momento mais próximo do objeto condomínio horizontal buscando, primeiramente, elucidar as questões que o envolvem a partir das perspectivas de estudiosos (especialmente da geografia e arquitetura e urbanismo), e a partir daí completar um aporte teórico suficiente ao estudo de contextos específicos que relacionem a configuração de lugares e territórios urbanos a partir da presença de condomínios horizontais.

4 CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

É curioso observar como os trabalhos que têm o condomínio horizontal fechado como objeto estudo, encaram essa forma de parcelamento do solo urbano (ainda que não reconhecido como tal pela legislação federal), em sua maioria: ou como um fenômeno urbano – que ao se instalar promove a segregação social pelo alto grau de homogeneidade cultural e econômica que, muitas vezes, possui a população habitante deste espaço em contraste com sua vizinhança –; ou também como uma instalação que pode alterar substancialmente a relação do desenho urbano e de seu entorno – bem como de toda a cidade, já que, condomínios mais recentes têm buscado espaços locados mais à periferia urbana pelo modelo ideal criado pelo mercado imobiliário da “volta ao verde” –, gerando maiores gastos de infraestrutura urbana que devem chegar neste espaço. Como questiona Polli (2006):

O contraditório é como esses loteamentos [ou condomínios] fechados vendem a imagem de qualidade de vida associada à natureza, sendo este um dos principais atributos do empreendimento. No entanto, essas áreas são legalmente públicas. Além disso, a implantação desses grandes empreendimentos em áreas periurbanas pressiona os recursos naturais preservados, por meio da abertura de vias, do direcionamento do crescimento e do estímulo à instalação de novas atividades em áreas anteriormente virgens (POLLI, 2006, p.104).

Esta constatação também é de fácil leitura a partir de uma das autoras que tem se destacado na temática (Sposito), ao demonstrar que os condomínios atuam:

Redefinido a lógica de estruturação de seus espaços urbanos, revertendo as relações entre o centro e a periferia, bem como seus conteúdos sócio-culturais, tornando a articulação entre as diferentes frações do tecido urbano mais complexa (SPOSITO, p.1, 2003).

As palavras de Sposito bem demonstram o que se quis dizer anteriormente sobre o perfil comum dos estudos dedicados à temática condomínios horizontais. É clara, e necessária, neste excerto da autora a preocupação com a estrutura urbana e o peso sobre mudanças socioculturais (e também socioespaciais) articuladas pelo condomínio.

Contudo, mesmo que ricas e abrangentes grande parte das pesquisas voltadas ao comportamento dos condomínios em relação ao espaço urbano, ainda carece de um olhar sobre alguns fenômenos que podem resultar desta relação entre o espaço aberto da cidade e o fechado dos condomínios horizontais.

Sobre isto este trabalho objetiva traçar um olhar um pouco distinto. A busca parte, portanto, na tentativa de perceber como os condomínios horizontais passam a influenciar as ambiências urbanas, ou os novos sentidos de lugar e território urbanos. Isto se justifica, em grande parte, por tudo que já relatou-se até aqui, dada a riqueza epistemológica presente neste campo de relações entre o público e o privado.

Desta forma, mostrando-se o condomínio um espaço sobre o qual pouco se adentrou²⁴, de fato, em estudos que verifiquem sua relação com o entorno que o recebe, objetiva-se pleitear este desafio e trazer maiores contribuições dos fenômenos que o cerca, bem como abordar novos métodos de estudo sobre as manifestações de lugares e territórios, contribuindo com uma nova perspectiva teórico-metodológica.

É necessário o entendimento sobre o objeto que se explora. Neste sentido, será esclarecido inicialmente, em conceito, o condomínio horizontal fechado.

Lopes e Monteiro (2007) buscam a origem do uso do termo:

A definição do termo condomínio vem de co-propriedade, designa um espaço físico indivisível que tem duas ou mais pessoas como proprietárias, isto é, “**domínio** exercido conjuntamente com outrem; co-propriedade” (Holanda, 2004). Na sua origem designa a **igualdade entre os pares** na propriedade privada, todos são donos, todos tem os mesmos **direitos** tanto das unidades de uso privado como nas de uso coletivo (LOPES; MONTEIRO, 2007,p.2, grifo nosso).

Nesta definição existem alguns traços marcantes que definem território, a esclarecer: o **domínio** de um grupo, ou comunidade sobre um espaço, sobre o qual se **determinam** direitos (e deveres), que devem ser obedecidos independente do grau de “pertencimento” do usuário sobre este espaço (ou seja, o público visitante possui a obrigação de obedecer os mesmos regramentos para o uso do espaço), e ainda o perfil **homogêneo** da população deste espaço. Também Haesbaert ilustra uma relação de território que bem se encaixa com a intenção dos condomínios em se protegerem:

A relação entre território e defesa, que se encontra nas origens do termo e que se difundiu também por meio da concepção neodarwinista de territorialidade, não é uma característica ultrapassada, presente em diversas concepções contemporâneas (HAESBAERT, 2011, p.68).

²⁴ Vale comentar que a partir da revisão bibliográfica realizada no trabalho de Caldeira nota-se esta intenção.

Lopes e Monteiro ainda inserem em suas reflexões, a partir de Blakely e Snyder, o entendimento do comportamento dos condomínios horizontais em relação ao espaço público como uma área de acesso restrito, onde mesmo os “espaços públicos” – os espaços coletivos dentro do condomínio – são “na verdade privatizados” (LOPES; MONTEIRO, 2007, p.4), recaindo sobre as questões que anteriormente se indicou relativo ao paradoxo em se pensar, por exemplo, uma “rua” para os condomínios.

Uma interessante contribuição realizada sobre a definição foi a de Cruz e Pinho (2009), trabalho este que foi um dos poucos encontrados que partem para uma preocupação mais assumida em bem definir o conceito sobre condomínios antes de se debruçar em uma posição sobre a temática. Para eles condomínio horizontal se traduz em:

uma ou mais edificações, em sua maioria residenciais, formando um conjunto habitacional limitado por um muro, ou qualquer outro tipo de cerca, com acesso restrito através de um sistema de controle de segurança, administrado sob um acordo de condomínio e normalmente (mas não necessariamente) aprovado através de um único alvará (CRUZ; PINHO, 2009, p.3)²⁵

A importância deste recorte é demonstrar, novamente, sobre a afirmação prévia do condomínio como um território urbano, dadas as características que ele reúne, como a questão da forma de acesso, “até onde posso ou não ir”, o regimento interno (leis) e a própria questão do fechamento físico, funcionando praticamente como uma fortificação, ou como Caldeira (2000) prefere intitular: enclaves urbanos.

Cruz e Pinho (2009) ressaltam, inclusive, esta assertiva, dos condomínios horizontais como territórios, ao dizer que se comportam “como fractais, territórios urbanos resultante de territórios dentro de outros territórios” (CRUZ; PINHO, 2009, p.4), mostrando, inclusive, as diversas escalas territoriais (local, regional, nacional).

Sobre os mencionados enclaves, Sposito (2003) se apropria do termo a partir dos estudos de Caldeira (2000) – quando esta faz referência aos loteamentos fechados na Região Metropolitana de São Paulo –, e atribui ao termo especialmente a áreas de um padrão específico e uniformizado de ocupação que possuem uma

²⁵ Original: “one or more buildings, mostly residential, forming a housing development limited by a wall, or any other type of fence, with restricted access through a security control system, administered under a condominium agreement and usually (but not necessarily) approved through a single planning permit” (CRUZ; PINHO, 2009, p.3).

homogeneidade social, se destacando pelo contraste que estabelece com o seu entorno imediato (normalmente heterogêneo em desenho e perfil social).

Esta reunião de ideias entre diferentes obras denotam – ainda que em suas interfaces –, como o entendimento do condomínio como um território urbano se repete entre as mais diversas abordagens reforçando, portanto, este ‘caráter preliminar’ assumido por este espaço privado.

No entanto, o que poucos autores trabalham, ou questionam, é sobre o porquê da escolha do cidadão em morar em condomínios horizontais. Afinal, o que o estimula a participar deste meio que institui suas leis, determina o uso, e, a princípio, interrompe a relação com o espaço público ao se constituir como um enclave?

A busca por esta resposta é instigante, pois em meio a esta descoberta podem se revelar algumas variáveis importantes na constituição de lugar e território, e assim se iniciaria desde já uma análise teórica entre o usuário e o espaço, já que esta relação, como anteriormente visto, é o que identifica a presença de lugares ou territórios urbanos.

4.1 CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS: FENÔMENOS URBANOS

Discutir sobre cidade é, anteriormente, discutir sobre um modelo de desenvolvimento em que a cidade se apresenta como sua maior expressão: modo de vida urbano. Este, a partir de Lefebvre (1999) – um dos maiores expoentes da geografia do século XX –, estaria carregado de aspectos culturais, sociais e econômicos, formadores do substrato da forma urbana.

Talvez o modo de vida urbano (LEFEBVRE, 1999) tenha alterado com o passar do tempo e com isto, também, o uso da cidade se modificou.

Se antes a composição morfológica da cidade se dava de maneira muito mais ‘aberta’, hoje, ao contrário, depara-se com uma paisagem urbana muito mais estanque, em que a relação entre os espaços fechados e abertos já são altamente nítidos e demarcados.

Antigamente se observava o uso em diversas vizinhanças, de casas unifamiliares ocupando os lotes urbanos, cada um com a característica específica da

família que o habitava, e ainda uma característica sensação de vizinhança presente na prática diária da convivência comunitária ocorrida nos quintais e calçadas.

Longe de fazer uma apologia ao “antigamente as coisas eram diferentes”, se destaca que de algum modo existiam lugares urbanos no mínimo mais visíveis (pois não se pode afirmar se em quantidade eram mais significativos), justamente pelo fato destas apropriações comunitárias se mostrarem mais permeáveis e reentrantes no desenho das cidades, nos seus diversos setores, sem a imposição de leis ou domínio, simplesmente atuando como ‘estares’ públicos como a extensão da casa – ou lar, que logo se remete ao sentido afetivo com o espaço.

Com o tempo e a evolução urbana, o modo de morar, ocupar, viver a cidade se alterou, muito em decorrência das novas tecnologias como bem menciona Duarte: “a introdução de um objeto técnico pode influenciar a própria organização de uma sociedade” (DUARTE, 2002, p.91), pois, claro, se as tecnologias possibilitam uma capacidade de interação ampliada com o meio, este meio passará por uma reorganização alterando o ‘alcance’ das suas relações com a sociedade.

O que ocorre é, se estas possibilidades de interação se ampliam, os problemas também, e em grande velocidade.

Obviamente a tecnologia não apenas influencia para a recorrência de crimes e a dispersão do medo social, mas ela alterou também substancialmente o modo como as próprias habitações começaram a se comportar, exibindo diversos aparatos como câmeras, gradis cortantes, fios de alta tensão dispostos nos muros, e muitos outros, em uma tentativa de resposta ao temor citadino ‘do que vem do espaço público’, reconfigurando a interação (antigamente mais despreocupada e espontânea), entre o usuário e o espaço público, ou melhor, entre o público e o privado.

Neste momento, a cidade ‘pedia’ silenciosamente por respostas sobre então como restabelecer sua organização espacial. Como seria o “novo viver na cidade”? Os condomínios horizontais entram em cena e propõem um novo conceito de morar. Junior (2005) contribui ajuda a entender sobre como os condomínios passam a se incorporar na cultura urbana:

[...] a violência e o medo, além de se constituírem enquanto referências para a mudança de hábitos, horários, trajetos etc., também aglutinam pessoas em torno de ideias comuns sobre o uso dos espaços públicos e, mais especificamente, sobre a constituição física dos espaços privados, o que,

grosso modo, remete à difusão do que se pode pertinentemente chamar de “arquitetura do medo” (JUNIOR, 2005, p.88).

A resposta à cidade violenta parece ser um dos maiores motivos que estimulam a população à procura de condomínios, pois estes passam a se isolar da malha urbana, com grandes muros e limites, e estabelecendo um perfil único de comunidade em seu ‘organismo’, onde qualquer outro membro estranho a este contexto já passa a ser suspeito e observado por todos.

Como Junior (2005) bem argumenta, o medo passa a reunir a comunidade em torno de ideias na tentativa de resolver esta ‘intempérie’ urbana, e direciona as tomadas de decisões e preferências sociais sobre o uso do espaço urbano. Ainda, Delicato (2007) trata sobre o medo entendendo que este influencia a segmentação social, e na adoção de muitos aparatos tecnológicos que simulam uma segurança aos moradores de condomínios horizontais (DELICATO, 2007, p.1)

O que se busca, claro, é poder se manter no ambiente urbano resguardando os bens e a tranquilidade social. Como bem ilustram Lopes e Monteiro (2007): “Os enclaves pretendem principalmente criar espaços de proteção contra a violência e a criminalidade, especialmente nas áreas urbanas”(LOPES; MONTEIRO, 2007, p.3), e assim prometer resguardar aquela tranquilidade de habitar antes existente.

Pode-se com isto até minimizar a sensação de medo vivida pelo cidadão, mas e as causas? E aquilo que realmente traz os perigos sociais? Seria o condomínio capaz de cauterizar os pontos que permanecem construindo a efetiva marginalidade e atos ilícitos²⁶ responsáveis por estas preocupações?

Caldeira (2000) questiona, em sua obra, o tratamento dos conflitos sociais a partir de mecanismos físicos de defesa, sendo eles móveis ou fixos, como as barreiras (muros, gradis, cercas) ou mesmo o patrulhamento policial²⁷, que influencia a criação de um medo coletivo ao atuar violentamente no tratamento dos perigos urbanos:

[...] a questão central não é se há formações sociais com princípios e práticas contraditórios, [...], mas sim como devemos interpretar essas contradições (CALDEIRA, 2000, p.141).

²⁶ Como furtos, assaltos, assassinatos, tráfico, uso de drogas e sequestros.

²⁷ Aqui a autora traça esta análise a partir das práticas governamentais exercidas em São Paulo.

Para a autora estas medidas se opõem ao sentido de coletividade, inata do espaço público e, neste sentido, os condomínios horizontais se comportariam justamente como enclaves urbanos (anteriormente esclarecidos).

Jacobs (2009) já esboçava um embate de forma preventiva a este ato de se fechar ao espaço público, argumentando que isto o tornaria mais inóspito e temido. A resposta, para a autora, seria justamente a volta do uso descomprometido do ambiente urbano tão próprio de uma história perdida, ou póstuma. Para ela, voltar os “olhos” para a cidade, dispor a edificação de modo que ela vigie o espaço urbano, utilizar este de forma contínua e assumida, seriam formas de mitigar os medos urbanos.

Muito se questiona esta alteração do espaço urbano pela presença dos condomínios por outro motivo: até que ponto ele conseguiria resgatar esta liberdade na cidade? Já que ele é um espaço fechado e com regramentos que determinam seus usos, não seria um contrassenso pensa-lo como uma panaceia para os conflitos urbanos?

Alguns autores argumentam que a democracia, presente no espaço público, passa a ser velada e (dis)simulada no espaço interno do condomínio. As regras, leis e posturas presentes no arcabouço deste, não são somente aplicadas por um indivíduo específico na figura de síndico, por exemplo, mas são incorporadas como responsabilidades pelos próprios atores que a elas estão subjugados e, paralelamente, delas se utilizam para observar o outro. Isto instaura uma falsa privacidade, e ainda, estabelece uma “democracia relativa” (SPOSITO, 2003, p.9), em que os significados atribuídos a esta nova forma de habitar são altamente direcionados e pouco espontâneos como no caso dos espaços efetivamente coletivos da cidade: ruas, praças etc.

Sobre isto Sposito (2003) também demonstra certa inquietude, e denuncia:

A liberdade segmentada que se quer nos loteamentos fechados pressupõe que a privacidade não é apenas a privacidade individual, aquela que se deseja ter dentro da moradia [...], em relação aos outros. Tal leitura parece ser confirmada, a nosso ver, pela inclusão do atributo “segurança” no conjunto de quesitos positivos associados a esses imóveis (SPOSITO, p.9, 2003).

A autora tem enfoque mais específico sobre os condomínios de alto padrão, e agrega a sua discussão à crítica sobre o ato de se isolar do ambiente urbano como uma ‘alternativa capital’, ou seja, como um modo de estar em meio a um mesmo

perfil social e proteger os bens capitais. O que se pode extrair da autora para o presente contexto, é a questão do cisalhamento que se estabelece entre o condomínio e seu entorno, não apenas em termos econômicos, mas também de troca social.

Polli (2006) sustenta esta reflexão ao descrever as inúmeras negações promovidas pelos condomínios incluindo, inclusive, a negação do lugar como característica própria desta tipologia de empreendimento: a negação do espaço público, das “raízes e história”, das “relações de vizinhança”, do convívio, e especialmente do aspecto distinto que tem “o outro” e que causaria medo e discriminação (POLLI, 2006, p. 115).

O que chama a atenção é a argumentação sobre a negação do lugar que Polli identifica em seus estudos sobre os condomínios. Por um ponto de vista pode-se realmente assumir esta perspectiva, por tudo que foi ilustrado, já que os possíveis (re)significados trazidos pelo condomínio no contexto em que se implanta podem – além de alterarem o aspecto simbólico do entorno de que se apropria para se compor –, modificar substancialmente a própria paisagem natural da cidade, onde a presença destes enclaves, como argumenta Polli, “pressiona os recursos naturais preservados, por meio da abertura de vias, do direcionamento do crescimento e do estímulo à instalação de novas atividades em áreas anteriormente virgens” (POLLI, 2006, p.104).

No entanto, ocorre uma hipótese que, justamente, o que faz o usuário a privilegiar a compra de um imóvel no condomínio, é a capacidade que este artefato tem em vender ‘a ideia de lugar’.

O irônico deste processo é que muitos condomínios têm em seu próprio marketing mercadológico a associação da qualidade de vida garantida em seus espaços à proximidade com áreas verdes, enquanto isto na realidade não necessariamente se efetiva, já que o uso de recursos para sua implantação, como ilustrado, seria altamente ostensivo.

Os condomínios horizontais têm o seu “par” nesta mesma lógica: os loteamentos. Isto é evidenciado nas reflexões de Sposito:

Do ponto de vista dos empreendedores, e moradores dos loteamentos que incorporam o discurso de quem os produz, a cidade é um apêndice de seus enclaves murados, pois não é vista como totalidade, mas apenas como portadora, nas proximidades dos empreendimentos fechados, dos bens e

serviços de que necessitam os moradores da *edge city* (SPOSITO, p.13, 2003).

Diariamente os anúncios de condomínios ou loteamentos²⁸ se comportam pretensiosamente. Basicamente, sempre mencionam qualidades como: aconchego, proximidade de áreas verdes, espaços de convívio e, adicionando estrategicamente, o aspecto de segurança. A segurança é uma das características mais tardiamente adicionada no marketing mercadológico, mas interessante avaliar como as questões anteriores a esta, desde muito antes, participam como meio de convencer a compra deste espaço como um novo lar.

Resgata-se sobre isto – de forma breve – no estudo de Barbosa (2008) situações que evidenciam esta hipótese (ou no mínimo justificam-na). Como se vê na Figura 01, um projeto da Companhia City de 1928 de um loteamento (que muito se aproxima da ideia de condomínio) que anuncia: “Clima de campo ou montanha, em plena Capital e com todo o conforto das grandes cidades”, revelando claramente aquela relação que anteriormente argumentou-se.



Fig. 01 - Engenho Publicitário do empreendimento Jardim América. Cia City, 1928
Fonte: Barbosa, 2008, apud CiaCity, 2000.

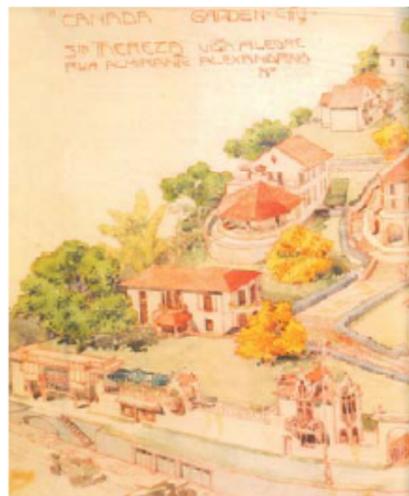


Fig. 02 - Rio de Janeiro, 1932
Fonte: Barbosa, 2008, apud REIS Filho, 2005.

²⁸ Importante aqui diferenciá-los. O loteamento diz respeito ao fracionamento de uma gleba em lotes individuais, sendo o lote o objeto de propriedade, individualizado e caracterizado com seus limites onde as ruas, praças e espaços livres são compostos por uma fração do terreno destinada ao domínio público. O condomínio horizontal implica na comercialização de frações ideais do terreno, compostas pela unidade residencial, por uma parte do terreno para utilização exclusiva do proprietário e por uma fração das áreas comuns, onde ruas, praças e espaços livres são e propriedade compartilhada dos condôminos (ZANDONADI, 2009).

Já na Figura 02, acima, verifica-se uma ilustração do projeto no cartaz de marketing do condomínio, demonstrando certa tranquilidade e especialmente relacionado ao aspecto da proximidade ou incorporação de espaços verdes, tendo, inclusive, no próprio nome do empreendimento (Garden City) – prática que ainda vigora na contemporaneidade – a relação com um ambiente bucólico.

Se pareadas estas propagandas com o já entendido sobre o lugar e suas características, é perceptível que de algum modo além do aspecto de segurança promovido pelos anúncios, existe este lado de se vender um mundo ideal, como se ao viver neste espaço todos os conflitos sociais não o atingiriam, se mostrando assim o lugar ideal para a família, para a constituição do lar, construção da história e das relações com o espaço, com a livre apropriação permitida neste ambiente, diferente de tudo que se vive no ambiente urbano corriqueiro.

Na verdade não necessariamente isto tudo seria ilusão, porque o lugar, de certo modo, não tem limites para sua composição, mas o que se identifica é que na publicidade este lugar já parece estar consolidado e garantido para aqueles que lá forem viver, basta adquirir o imóvel e “seu lugar estará garantido”.

Como sustentado por Castello (2007) não há lugar sem a relação do usuário e o ambiente, e por isto que aqui foi argumentado que na verdade se vende nestes anúncios, de forma apelativa, a ideia de lugar e não este propriamente dito, pois a tessitura dos lugares passa necessariamente pela **relação** existente entre indivíduo e determinada porção do espaço.

Aqui encontra-se um dos pontos que mais incita a realização da pesquisa: como se sabe que lugares e territórios urbanos não se definem necessariamente por limites, e não têm local certo para sua constituição, existe uma certa confusão na leitura destas manifestações espaciais pois estão imbricados em diversos sentidos e possuem uma linha muito tênue que os diferenciam.

E então ensaia-se: vivemos uma “lugarização” de territórios, ou uma “territorialização” dos lugares?²⁹

²⁹ FIRMINO, Rodrigo José. **Manifestações e implicações de uma vida urbana ampliada**. Curitiba, 2011. Notas de aula da disciplina Cidades e Tecnologia, professor Rodrigo José Firmino, Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Assim como de difícil resposta, a questão se apresenta provocativa. Pensar em territórios se transformando em lugares? Ou, em lugares se aproximando de um comportamento territorial? Isto se torna um tanto confuso pela própria proximidade que estas manifestações possuem entre si, e por isto também, oxigena a curiosidade da busca científica.

Se adotado o condomínio horizontal fechado como objeto de pesquisa, como é o caso desta dissertação, esta incerteza se amplia bem como as possibilidades de discussão, pois se por um lado este ambiente privado – que reúne todas as características até aqui elencadas – conduz a sua vocação como um território urbano, por outro tem-se o mesmo ambiente constituído de uma concentração social onde se constroem relações específicas, com um potencial de significação do espaço ocupado de forma espontânea e gerando um sentido de pertencimento.

Logo, não poderia aí também se construir um lugar? Ou todo aquele que vive em condomínios não terá a chance de desfrutar de um espaço significado por seus valores e culturas? Não terá este usuário uma possibilidade de construir seu lugar?

Ao deparar-se com estas dúvidas, é que novamente se argumenta que ainda existem questões tangentes ao condomínio pouco exploradas no ambiente acadêmico, e que motivaram a escolha deste objeto.

Muito desta abordagem se aproxima da questão de segregação social, por vezes, promovida pela presença dos condomínios no espaço urbano. Mas não se encerra aí. Como o objetivo é tratar sobre lugaridades e territorialidades urbanas, existe um esforço que deve ser submetido sobre a relação da concentração social mais o uso que esta comunidade passa a desenvolver sobre o espaço, buscando revelar nuances de lugares ou territórios.

Neste sentido, como os condomínios são fortes ‘antônimos’ do espaço público, parece no mínimo curioso tentar discutir onde estariam os lugares e territórios urbanos em relação a ele – condomínio horizontal –, já que este “espaço fortificado” (SPOSITO, 2003) como tal, poderia influenciar fortemente na reconfiguração do seu entorno a partir de sua presença no desenho urbano.

Se por um lado os condomínios podem ser vistos como territórios urbanos, será que em alguns contextos este espaço não poderia atuar como um articulador de novas relações em seu entorno, e com isto fomentar relações de lugaridades? Ou ainda, mesmo que assumido como um território a princípio, será que ao se

implantar, em outro contexto, não poderiam existir relações de lugaridades no seu entorno, fortes a ponto de ‘derrubar’ os muros que instituem o limite deste território?

Para a busca destas respostas, não se podem lançar especulações generalistas que descartem toda a qualidade presente na análise de contextos socioculturais específicos, que revelam o comportamento de fenômenos de formas inteiramente distintas uma das outras. Como bem recomenda Junior (2005):

o tratamento do tema “condomínios fechados” requer, indubitavelmente, encaminhamento mais rigoroso tanto no que toca aos valores que lhe são subjacentes quanto à pretensão e à extensão analíticas que este tratamento abrange (JUNIOR, 2005, p.46).

Ainda que hajam semelhanças entre as variáveis de lugares ou territórios, o aspecto social – que é o articulador e a única variável que, incontestemente, não se pode replicar igualmente em diversas porções do espaço – deve ser considerado em grande proporção, pois a dinamicidade e o grau de apropriação ou domínio de um espaço se modificará dado ao tipo de comunidade, grupo ou indivíduo que se relaciona com este meio.

São os usuários que definem o modo de uso do ambiente, por mais que existam atividades pré-estabelecidas, eles que irão determinar o ritmo e forma das relações que neste espaço ocorrerem.

Como bem se comentou e justificou anteriormente, existem hipóteses que direcionam o questionamento de afirmativas como a de Barbosa (2008):

Do culturalismo, de sua parte, veio o “mundo fechado”, controlado e cercado, com construções que obedecem a regras prefixadas: número de moradias e população cuidadosamente previstas. **Este limite, que torna o espaço físico predeterminado e inflexível**, é o elemento morfológico que anuncia a exclusividade e escancara a separação, o isolamento (BARBOSA, 2008, p.8, grifo nosso).

Na verdade, além daquilo que já se explanou sobre o ‘porque não’ existir a possibilidade de se constituírem lugares ou territórios a partir dos condomínios horizontais, ou em direção a eles, existe outra justificativa que sustenta a permanência na busca destas questões. Quando Barbosa (2008) determina em sua explicação sobre a “inflexibilidade do espaço” enxerga-se, de certa forma, uma contradição em relação a tudo o que foi discutido e encontrado sobre a essência do espaço, especialmente a partir das contribuições dos trabalhos de Milton Santos.

Se o espaço é um sistema indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, ou fixos e fluxos, como poderia este se tornar inflexível dado que a presença social que dinamiza as ações pode, continuamente, alterá-lo e modificar mesmo a porção espacial mais isolada e exclusiva, dando a este um novo caráter, significado e comportamento?

O objetivo não é entrar em defesa aos condomínios horizontais, mesmo porque esta possibilidade de alteração que acima se constrói não exige o fato de que, naturalmente, este é um espaço que se fecha a algumas relações coletivas, especialmente com o espaço público. Mas como bem alerta Moura (2005):

Os condomínios horizontais, como espaços que vêm proliferando em nossas cidades produzem, sim, estilos de vida que podem ser decifrados e, com a devida cautela, generalizados. Porém, o estudo minucioso e aprofundado de um caso específico, seguindo os moldes dos trabalhos antropológicos, também pode demonstrar a possibilidade de resignificação e produção simbólica em meio a processos amplos que afetam populações urbanas em diversos pontos do globo (MOURA, 2005, p.5).

Neste sentido, é necessário tratar o tema com uma metodologia mais rigorosa e bem afinada com o arcabouço teórico construído, capaz de extrair do objeto observado condições suficientes para a verificação, de territorialidades ou lugaridades urbanas a partir da relação dos condomínios horizontais com seu entorno.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia é desenhada a partir da reunião de modos de observações de fenômenos que sejam capazes de abarcar toda a profundidade presente no entendimento de lugar e território, e extrair isto para a aplicação prática.

A pesquisa iniciou acreditando-se que se serviria de um estudo de caso tão pertinente em pesquisas de caráter qualitativo, que como define Gil (2002), permite: “explorar situações da vida real, preservar o caráter unitário do objeto, descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; formular hipóteses ou desenvolver teorias e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno” (GIL, 2002, p.54).

Contudo, o estudo de caso se aplica, normalmente, a situações específicas, em que se almeja discutir o comportamento de dado fenômeno para ‘aquele’ caso, aquele local em especial, o que aqui não ocorre, mesmo porque não é a intenção identificar um condomínio horizontal específico, mas, pelo contrário, explorar como lugares e territórios se comportam no espaço urbano de acordo com contextos de condomínios horizontais distintos.

A pesquisa tem proximidade com o estudo de caso por ter uma metodologia também qualitativa. Mas apenas utilizar o estudo de caso como método não responderia as intenções presentes. Sendo assim, verificou-se a necessidade de se portar do uso de multi-métodos para a análise de lugares e territórios urbanos a partir de condomínios horizontais. Neste sentido, como a pesquisa se utiliza da coleta de dados com uma população considerável e sobre um questionário com muitas variáveis (como se pode verificar nas próximas seções), estes dados coletados são agrupados em gráficos de forma que se possa condensar as informações para a discussão, assim como ocorre em alguns momentos na obra de Castello (2007) em sua investigação sobre o lugar.

Os condomínios poderão ser os mais variados possíveis, mas existirá um filtro de variáveis mínimas, a serem explicadas no método, que demonstrem a possibilidade da existência de lugares ou territórios entre o espaço público e o privado, direcionando os contextos específicos.

Assim, os objetos por fim adotados, serão analisados segundo mesmos critérios a serem determinados nos mais variados contextos, revelando o caráter exploratório desta pesquisa (YIN, 1994).

5.1 CONSOLIDANDO UM MÉTODO PARA LUGARES E TERRITÓRIOS

O grau de abstração que pode ser conferido a lugares ou territórios levanta uma preocupação sobre como encontrar seus rastros na materialidade vivida.

Nas pesquisas realizadas, não foi encontrado um método consolidado conhecido capaz de identificar lugaridades e territorialidades e, ainda, diferenciá-los entre si no espaço.

Contudo, um caso específico apresentou um constructo que chama a atenção para a identificação de lugares (mas não territórios) urbanos. Castello (2007) aprofunda sobre a caracterização do lugar no espaço urbano, extraíndo do campo teórico um modo de indicar o comportamento deste fenômeno, mais especificamente, na cidade de Porto Alegre.

Como direciona o autor:

Conhecendo-os, vivenciando-os, conferindo-lhes valorações, referenciando-os, os usuários estarão armando uma estrutura de leitura de seu ambiente: estarão reconhecendo os componentes da estruturação ambiental. É assim que se percebe a cidade: um **conjunto de estímulos** que se apresentam à percepção dos indivíduos como elementos constitutivos de um ambiente antropizado (CASTELLO, 2007, p.130, grifo nosso).

Neste excerto, o autor realça sobre um conjunto de estímulos no ambiente urbano capaz de gerar as sensações, valores, referências, vitalidades aos usuários. Isto, paralelamente, norteia algumas questões: quais seriam os estímulos capazes de definir lugares ou territórios urbanos? Quais são as variáveis necessárias para que no mínimo haja a vocação de determinada porção espacial para o lugar e/ou território? Como é possível identificar relações entre espacialidades urbanas específicas empiricamente, a ponto de classificá-las como lugar ou território?

Castello (2007) também traz outra contribuição. Ele sugere um filtro metodológico para a pesquisa de **lugares**, anunciando três tipologias de análise: “estrutural, perceptual e experiencial” (CASTELLO, 2007, p.153), as quais serão utilizadas para este estudo.

A perceptual consiste no uso de mapas mentais elaborados pelos usuários pesquisados e, desta forma, espacializa a utilização do usuário pelo espaço.

A análise estrutural é definida por Castello como de natureza morfológica, ou seja, as informações da pesquisa sobre lugares são adquiridas a partir da estrutura

urbana física, sendo necessário avaliar o que é provido neste espaço para seus usuários em termos funcionais, relacionais (com o meio natural que o envolve e sua sustentação neste meio), e sua capacidade de ampliar o grau de coletividade.

Já na análise experiencial se avaliam as relações comportamentais dos usuários com o espaço, investigando as práticas da “população e os lugares onde tais práticas predominam, bem como o grau de afeição (ou rejeição) que se estabelece a partir da interação entre os usuários e os lugares onde se processa sua experiência de vida” (CASTELLO, 2007, p.155). Ainda, esta tipologia também se preocupa em entender as sensações estimuladas por elementos subjetivos, invisíveis, mas presentes no ambiente construído.

Sobre esta construção metodológica de Castello são, no presente estudo, realizadas algumas inserções, já que perdura o interesse em analisar a construção de territórios urbanos (vividos) além dos lugares.

A ocorrência destas manifestações se dá especialmente (como já revisado na discussão teórica), quando da existência de uma estrutura espacial capaz de reunir relações sociais bem como a experiência do usuário com este meio – diferenciando apenas o modo de uso para a distinção de lugares e territórios –, e considerado isto, o método de Castello parece realmente eficaz.

Resta, entretanto, encontrar o que define aquele ‘conjunto de estímulos’ para a manifestação das matrizes espaciais.

As situações-chave relativas a lugares e territórios são utilizadas no direcionamento e estruturação de um questionário, a ser aplicado para o usuário do condomínio e o público do seu entorno, pois é necessário também avaliar como estes utilizam o espaço e estabelecem relações com ele, resgatando a análise experiencial definida por Castello.

Para os estudos de condomínios horizontais e sua relação com o espaço público na definição de lugares ou territórios, são abaixo descritas situações que direcionam a escolha dos objetos a serem analisados. Primeiro as que pertencem ao eixo **estrutural**:

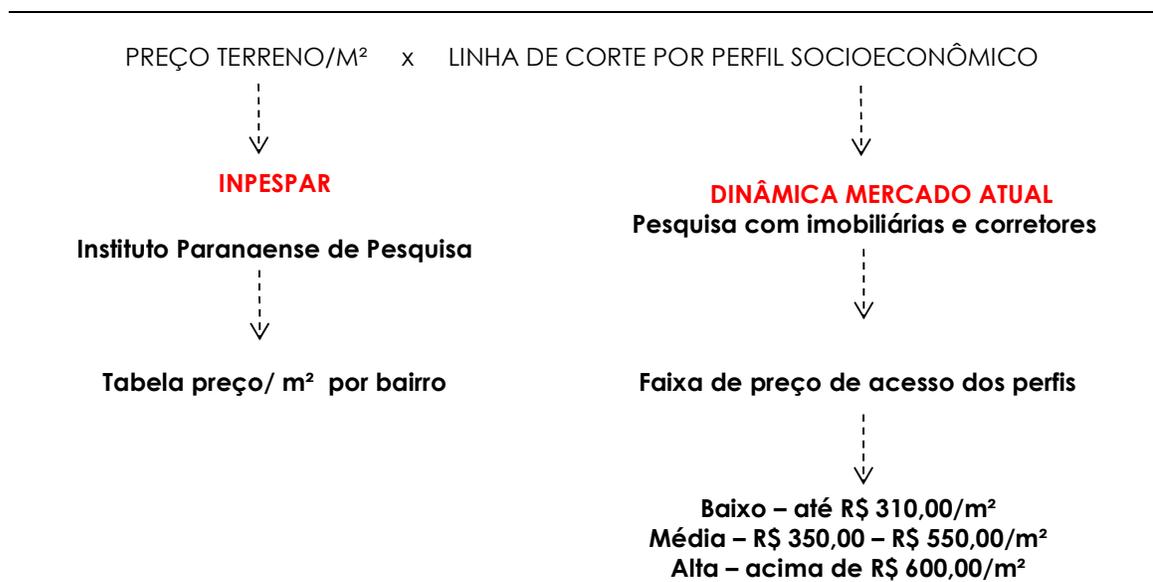
- a) *levantamento do perfil socioeconômico dos bairros de Curitiba segundo a prática de mercado*: o poder econômico pode influenciar na relação da população com o espaço. No caso dos condomínios

- horizontais, desde a escolha do seu local até as facilidades (usos) oferecidas de acordo com o perfil econômico;
- b) *identificação dos bairros contrastantes em perfil econômico e presença de condomínios*: uma forma de estabelecer uma linha de corte para a adoção dos condomínios específicos;
 - c) *adoção de condomínios horizontais com perfis socioeconômicos distintos*: permite confrontar dados e estabelecer análises capazes de comparar como os diferentes extratos sociais utilizam o espaço e estabelecem seus lugares ou territórios. A escolha de condomínios horizontais distintos, com entornos diferenciados, oportuniza a verificação sobre a eficiência do método aplicado em padrões distintos;
 - d) *escolha de 1 tipologia de cada perfil econômico – baixa e alta renda*: Os perfis populacionais analisados são apenas de baixa e alta renda, por se admitir que nos grandes contrastes se tem maior nitidez entre as diferenças de uso do espaço³⁰.
 - e) *Identificação de contextos que possuam tendência a relações de lugaridades e territorialidades*: se verifica na malha urbana os condomínios que demonstram potenciais manifestações de lugares e territórios, considerando especialmente a presença de espaços públicos como praças, em um raio de 500 metros do condomínio. Isto se apresenta como um direcionamento a observação da relação da população com o espaço aberto;
 - f) *presença e condições de arborização, iluminação, mobiliário urbano e pavimentação*: a partir dos condomínios escolhidos, demonstrar as condições dos seus distintos contextos. Como Castello (2007) bem recorda, a estrutura urbana tem forte relação como o modo de apropriação ou não do usuário com o espaço.

³⁰ Já que, como alguns estudiosos do campo sociológico apontam, a classe média estaria caminhando continuamente entre os dois extratos, não tendo uma “posição assumida” da sua relação com o espaço.

Deste modo, além de se utilizar a observação indireta para a análise dos contextos, os itens explicados estarão presentes em questionário (em apêndice) na tentativa de avaliar o aspecto de percepção do usuário do contexto que o cerca.

Em relação ao item “a” deste eixo, se ilustra abaixo um esquema sobre sua lógica:



Quadro 02: Esquema ilustrativo sobre primeira fase de identificação dos objetos
Fonte: elaborado pelo autor, 2012. ^{31 32}

Com base no esquema acima, muitos são os bairros de Curitiba que se encaixam no perfil de alto padrão econômico como Cabral (terreno por R\$ 1534,99 /m²), Alto da Glória (terreno por R\$ 1508,81/m²), Bigorriho (terreno por R\$ 1452,05/m²)³³, etc. No entanto, o mesmo não ocorre com os bairros de baixo padrão econômico, restando apenas os seguintes bairros (de acordo com o esquema estabelecido): Bairro Novo (A, B e C - R\$ 100,00 – 200,00/m²), Augusta (R\$ 294,00/m²), Campo de Santana (R\$ 314,00/m²).

Para a efetiva escolha dos referidos bairros deverão, ainda, ser aplicados os demais filtros previstos nos subitens “b” a “f”. A seguir é sintetizada as informações sobre os itens:

³¹ Tabela utilizada de preço do terreno/m² - Anexo A.

³² Intervalos de preços de acesso dos perfis econômicos obtido a partir de entrevistas com corretores imobiliários. Este preço tem, segundo os corretores, margem de 20% de variação.

³³ Valores com base na tabela do Anexo A.

FASE		RAZÃO
a	Levantamento do perfil socioeconômico dos bairros	Considerar sobre como os valores do solo pode estar vinculado às facilidades e/ou usos oferecidos
b	Identificação de bairros em contrastes econômicos com presença significativa de condomínios	Reunir contextos possíveis para adoção dos objetos, pela relevância que a tipologia "condomínio" tem sobre o bairro
c	Perfis econômicos distintos	Confronto de padrões distintos de ocupação e verificação de sua influência na composição dos fenômenos
d	1 exemplar de cada perfil econômico	Elenco de amostras suficientes para a análise comparativa (permite o aprofundamento em cada caso)
e	Contextos condomínios com possíveis relações com o entorno	Identificar localidades com relações de lugaridades e territorialidades em potencial
f	Verificação da estrutura urbana dos condomínios elegidos	Apreensão dos elementos urbanos que podem influenciar no modo de apropriação do espaço

Quadro 03: Quadro síntese do eixo estrutural
Fonte: elaborado pelo autor, 2012.

Enquanto o levantamento estrutural direciona a escolha dos locais a serem analisados, o eixo experiencial contribui para avaliar as relações de lugaridades e territorialidades que estimulam a busca da pesquisa.

Todas as relações, a serem listadas abaixo, passarão por uma função dupla: a primeira de formular itens para a observação indireta visando uma aproximação inicial com o fenômeno a ser estudado, analisando, sem interferência ou ponto de vista dos usuários do espaço, o comportamento dos mesmos no contexto. A segunda de fundamentarem uma pesquisa semi-estruturada, que extraia dos usuários suas percepções e relações com o espaço, permitindo a análise e discussão dos resultados.

Situações do eixo experiencial:

- a) *frequência de uso e/ou permanência dos usuários em locais do entorno*: se verifica o grau de uso da população moradora do condomínio e da população passante, buscando índices de lugaridade ou territorialidade em relação ao condomínio;
- b) *identificação dos locais de maior uso da população*: permite identificar as 'manchas' de lugares ou territórios a partir dos condomínios horizontais, considerando os usos mais buscados pela população;

- c) *verificação da distância dos locais utilizados*: define a abrangência da “mancha” de lugares ou territórios a partir do condomínio;
- d) *verificação do(s) (não) estímulo(s) para o uso deste(s) local(is)*: através dos motivos apresentados pela população, que estimulam o uso dos espaços, se inicia o esclarecimento das razões das manifestações dos fenômenos estudados;
- e) *modo de acesso a estes locais e estímulos para o uso deste modal*: demonstra o grau de interação do usuário com o espaço. Avalia se o que importa é apenas o ponto de partida e o de chegada, ou se o percurso é valorizado pela forma como o indivíduo acessa os locais;
- f) *opinião do usuário sobre arborização, pavimentação, iluminação e mobiliário urbano*: permite discutir se as condições da estrutura urbana oferecida para os distintos contextos contribuem para os resultados encontrados sobre os lugares e territórios;
- g) *análise de elementos específicos de cada contexto*: padronizar a pesquisa nos distintos contextos a torna frágil. Frente a um estudo fenomenológico, que tem relação direta com o uso de um indivíduo ou grupo do espaço, situações específicas podem denotar as maiores riquezas a serem exploradas, por justamente a especificidade de cada localidade diferenciar os estímulos da manifestação de lugares e territórios.

A seguir a síntese dos itens:

FASE		RAZÃO
a	Frequência de uso e/ou permanência dos usuários em locais do entorno	Verificar o grau de uso ou não da população, identificando índices de lugaridade ou territorialidade.
b	Identificação dos locais de maior uso da população	Identificar as 'manchas' de lugares ou territórios a partir dos condomínios horizontais
c	Verificação da distância dos locais utilizados	Definir a abrangência da "mancha" de lugares ou territórios a partir do condomínio
d	Verificação do(s) (não) estímulo(s) para o uso deste(s) local(is)	Esclarecer as razões das manifestações dos fenômenos estudados;
e	Modo de acesso a estes locais e estímulos para o uso deste modal	Demonstrar o grau de interação do usuário com o espaço.
f	Opinião do usuário sobre arborização, pavimentação, iluminação e mobiliário urbano	Discutir as condições da estrutura urbana oferecida para os distintos contextos;
g	Análise de elementos específicos de cada contexto	Denotar a especificidade de cada localidade que diferenciam os estímulos da manifestação de lugares e territórios

Quadro 04: Quadro síntese do eixo experiencial
 Fonte: elaborado pelo autor, 2012.

Por fim, o eixo **perceptual** conta com apenas um item, mas responsável por revelar da extensão da mancha de lugaridades e territorialidades construídas graficamente pelos entrevistados a partir de um mapeamento gerado pelos mesmos na entrevista.

A partir destas variáveis foi construído um questionário semi-estruturado³⁴ utilizado após aproximação do pesquisador com os contextos definidos. O número de entrevistados de cada contexto será dado pela repetição de amostragem, ou seja, quando os dados pesquisados entre diferentes entrevistados começarem a apresentar certo padrão de comportamento, neste momento se admitirá que a pesquisa alcançou a observação suficiente sobre a manifestação dos fenômenos estudados.

Na **organização** dos dados coletados são reunidos pares distintos, em termos de:

- a) **uso**: são agrupadas as questões que dizem respeito às funções dos locais utilizados pelos entrevistados (lazer, comércio, circulação etc);
- b) **estímulos**: se reúnem as diferentes características apontadas pelos entrevistados como as que estimulam o uso e permanência de determinados locais;

³⁴ Ver Apêndice A

- c) **abrangência:** é considerado o mapa presente no questionário (completado pelo entrevistado), bem como o modo e o alcance dos fluxos realizados pelos usuários no espaço analisado.

A **análise** destes dados obedecerá esta estrutura, a qual será agrupada e analisada a partir do cruzamento necessário entre estes três itens que devidamente avaliados, com base no referencial estudado, serão capazes de demonstrar:

- a) quanto ao uso: quais as funções que fomentam a manifestação de lugaridades ou territorialidades. No uso do espaço será observado o nível de interação que o indivíduo estabelece com o seu meio e quais os usos mais recorrentes nesta relação;
- b) quanto aos estímulos: quais são as principais características no espaço que influenciam na construção de lugares ou territórios urbanos. A partir da comparação entre os casos será possível observar se, por exemplo, aqueles que obtiveram melhores indicadores sobre a qualidade do espaço ou relações sociais, se comportam de forma distinta na manifestação dos fenômenos (em relação à apropriação do usuário pelo espaço);
- c) quanto a abrangência: onde se encontram estes lugares ou territórios urbanos; se eles se manifestam de forma mais contígua ou fragmentada demarcando os “rastros” de territorialidades ou lugaridades e ainda, se a forma de interação do usuário com o espaço (sobre o modo como ele acessa este) influi sobre esta composição.

Além destes apontamentos, será considerado o filtro estruturado na seção 3 – página 47 – relativo aos limites conceituais entre lugar e território que, acredita-se, podem ser rebatidos na avaliação empírica propriamente dita. Este filtro acompanhará a aplicação e organização dos dados, sendo consideradas suas variáveis de modo a tecer uma conclusão conjunta sobre o que se observa no espaço e como os usuários entendem/relatam esta interação.

Entendido o funcionamento do método, se faz necessária a melhor explicação sobre o questionário. Este é composto por questões que pretendem ilustrar a

relação de uso do entrevistado com o entorno do condomínio, verificando especialmente quais os locais mais acessados, seus motivos, bem como um mapeamento a ser traçado pelo usuário dos seus trajetos realizados. A partir destes, é possível denotar os índices de territorialidades ou lugaridades, restando identificar como se dão as relações entre os diferentes fenômenos.

Este questionário resulta no levantamento igualitário para todos os contextos. Contudo, como se ressaltou no item “g” da explicação do eixo experiencial, existe a necessidade de se considerar questões que ocorrem mais especificamente em cada localidade.

Como alerta Santos: “a questão não é, pois, de levar em conta causalidades, mas contextos” (SANTOS, 1992, p.11). Santos elucida e reforça a necessidade de se avaliar o fenômeno atrelado ao entorno que o envolve, considerando as variáveis próprias, e intransferíveis, de cada localidade.

Isto, claro, não significa dizer que um arranjo de variáveis determinadas não possa se replicar em diversas situações distintas entre si. No entanto, ainda que uma localidade contenha variáveis próximas e/ou iguais à outra, o filtro cultural composto pela interface social é muito específico e genuíno de cada contexto, fazendo com que os elementos se reorganizem continuamente de modo a (re) compor o espaço, suas apropriações, significados etc, exigindo um olhar com maior acuidade sobre os fenômenos pesquisados, evitando classificá-los como causalidades.

6 LUGARIDADES E TERRITORIALIDADES DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS

Reunindo os critérios anteriormente apresentados foram realizados levantamentos de dois contextos de condomínios: um de baixa e outro de alta renda. O método de estratificação inicialmente proposto encontrou dificuldades, pois os bairros que apresentavam o valor do terreno correspondente ao extrato de baixa renda (até R\$ 310,00/m²), não dispunham de situações mínimas para o estudo dos fenômenos, tais como:

- a) não apresentavam presença significativa de condomínios horizontais;
- b) nenhum dos condomínios encontrados nestes bairros (Bairro Novo A, B e C; Augusta e Campo de Santana) tinham relações externas próximas (praças, locais de reunião coletiva, etc) que apresentassem algum potencial para a espacialização de lugares ou territórios. Como estes fenômenos participam de um campo fenomenológico (CASTELLO, 2007; PAULA, 2011), é necessário que este local proporcione interações socioespaciais em potencial para que possam ser avaliadas.

Neste sentido foi necessário encontrar um novo filtro operacional para a escolha de um bairro que reunisse as condições necessárias para a análise do fenômeno em um contexto de baixa renda. De acordo com o filtro inicial o valor de terreno/m² classificado como padrão baixa renda é de até R\$ 310,00/m². A partir das limitações em encontrar um condomínio nos bairros com este intervalo de preço, admitiu-se que esta estimativa de valores poderia ter uma margem de erro de 20%³⁵ para mais ou para menos, o que abriria possibilidades de novos bairros se encaixarem na classificação para o estudo do contexto de baixa renda.

A partir desta nova consideração, dentre os bairros que se encaixam neste perfil, o bairro Boqueirão (R\$ 371,86/m² do terreno) foi adotado por ter apresentado um contexto específico muito diverso (em termos de usos) na relação condomínio x

³⁵ Porcentagem esta baseada em pesquisa realizada com corretores de imóveis em Curitiba acerca valores de mercado de terrenos para compra/venda e sua margem de variação.

espaço externo propício para a análise, e por ter um número de 1264 lotes configurados como condomínios no bairro.³⁶

6.1 CONDOMÍNIO OURO FINO

O primeiro condomínio em estudo, Condomínio Ouro Fino, está situado no bairro Boqueirão, classificado como baixa renda de acordo com perfil socioeconômico.

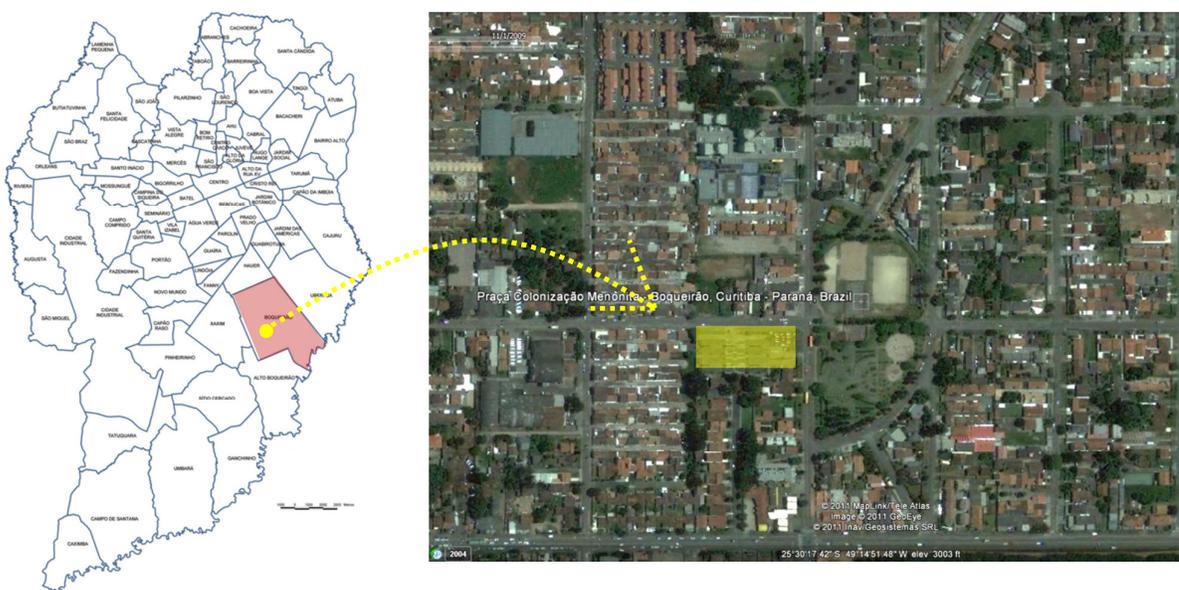


Figura 03: Localização do condomínio Ouro Fino e entorno imediato
Fonte: elaborado pelo autor com base no GoogleMaps e IPPUC 2012.

Como mencionado no capítulo metodológico, uma vez adotado o contexto de estudo foi realizada inicialmente observação indireta antes da aplicação do questionário, possibilitando perceber especificidades que pudessem ser consideradas na análise, e identificando locais onde os usuários mais se concentravam para a aplicação do questionário.

No caso do condomínio Ouro-Fino, no Boqueirão, foram percebidas algumas situações específicas, tais como:

³⁶ Dado presente no mapeamento em ArcGis de lotes configurados como condomínios fornecido pelo IPPUC 2012.

- a) praça com usos diversos: playground, áreas de descanso, área de alongamento, pista de caminha e corrida, quadras poliesportivas e quadra de areia;
- b) presença de bares voltados para a praça;
- c) via coletora próxima ao condomínio e ladeando longitudinalmente a praça;
- d) comércio e serviços vicinais próximos ao condomínio e a praça;
- e) perfil etário populacional diverso;
- f) praça a menos de 50 metros do condomínio;
- g) presença de um módulo policial na praça.

A partir desta observação inicial foram mapeados estes locais e incluídos no questionário:



Figura 04 – Mapeamento contexto condomínio Ouro Fino
Fonte: elaborado pelo autor com base no GoogleMaps 2012.



Condomínio Ouro - Fino



Mercado Local



Petshop local



Panificadora



Escola



Academia

Continua

Figura 05 – Imagens entorno condomínio Ouro Fino
Fonte: acervo do autor.



Módulo Policial



Quadras Esportivas



Área de alongamento



Playground



Área de descanso



Bares

Conclusão.

A partir dos dados levantados foi elaborado um questionário³⁷ estruturado em variáveis de uso, estímulos e abrangência, obedecendo a metodologia pré-estabelecida. O questionário foi aplicado a moradores e não moradores do

³⁷ Apêndice B.

condomínio registrando como os diferentes “grupos” de entrevistados entendem as relações socioespaciais neste contexto. Os locais de entrevistas foram determinados pela identificação, na observação indireta, de onde se concentravam majoritariamente os usuários:

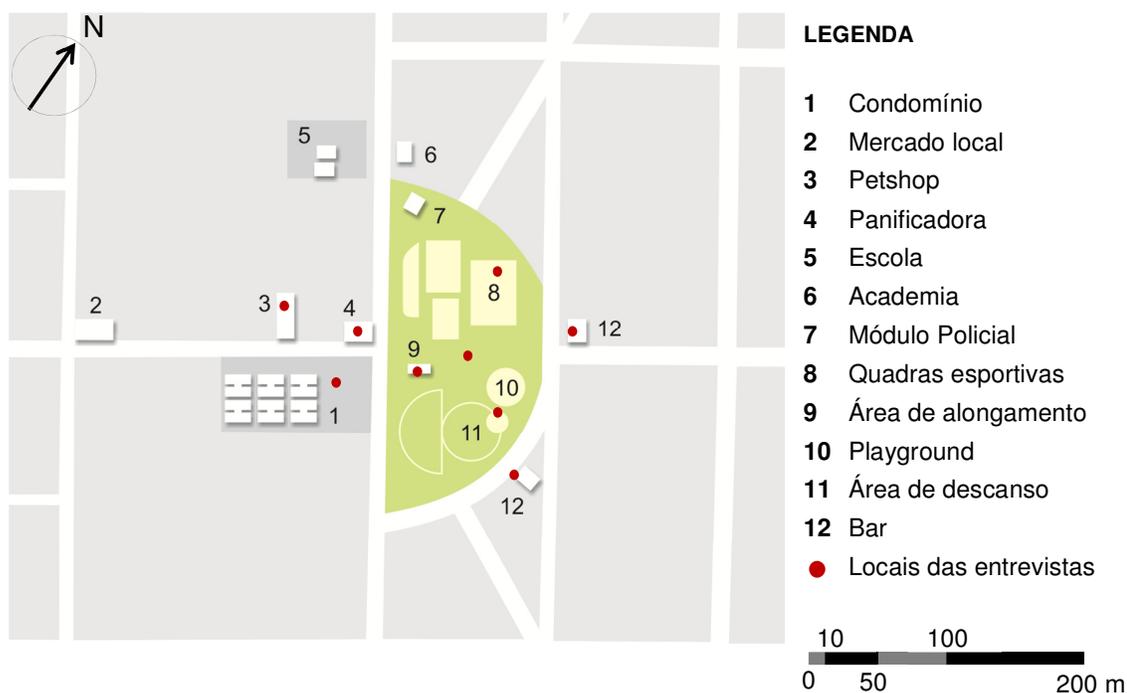


Figura 06 – Mapeamento dos locais de entrevista no contexto do condomínio Ouro Fino
Fonte: elaborado pelo autor com base no GoogleMaps 2012.

A linha de corte da amostragem foi estipulada quando os resultados passaram a apresentar padrões de repetição. Considerando este pressuposto, foram entrevistados 44 não condôminos e 46 condôminos do residencial Ouro-fino, totalizando uma população de 90 pessoas. As entrevistas ocorreram no mês de setembro de 2012, em períodos matutinos e vespertinos, durante duas semanas em diferentes dias: terça-feira, quinta-feira e sábado.

A organização dos dados coletados na entrevista se deu da seguinte maneira:

- a) questões relacionadas ao **uso**: questão 02 (sobre quais os locais que o usuário costuma utilizar) – demonstra quais tipologias de uso são mais recorrentes no contexto. As respostas serão agrupadas em: uso de comércio e serviços, lazer, circulação e emprego (alguns entrevistados trabalham no comércio local); questão 10 (relacionada

- a qual tipo de público utiliza a praça) – demonstra como os entrevistados classificam o tipo de usuário da praça: de vizinhança em geral; do condomínio ou vizinhança e público externo;
- b) questões relacionadas aos **estímulos**: questão 07 (relacionada a qualidade de arborização, pavimentação, iluminação e mobiliário urbano) – identifica a qualidade atribuída aos diferentes componentes da estrutura urbana, e colabora na análise quando cruzado com outras variáveis para perceber se estes componentes influenciam no uso e permanência do espaço; questão 05 (estímulo vinculado ao modal de transporte utilizado) – identifica a relação dos estímulos associados ao modal de transporte adotado pelo usuário, verificando se estes diferentes estímulos influenciam no modo de uso do espaço; questão 08 (percepção do grau de importância da praça local conferido pelos usuários) – esclarece o grau de interação dos entrevistados com a praça, dado este que revela a maior ou menor apropriação deste espaço; além destas questões, são consideradas falas dos usuários (imprevistas no questionário) que demonstrem estímulos diversos para o uso e permanência deles no espaço;
- c) questões relacionadas à **abrangência**: questão 04 (modal de transporte utilizado) – pode ilustrar a relação do modo de transporte adotado com o índice de uso do espaço. O modal de transporte está relacionado ao tempo de percepção da paisagem e, logo, à valoração dos componentes: arborização, iluminação, mobiliário e pavimentação; questão 06 (mapeamento dos trajetos e pontos de permanência no contexto estudado) – é o que permitirá “espacializar” as manchas de uso do espaço pelos usuários. Possibilita identificar padrões de comportamento e, quando relacionado com o restante do questionário, constatar o tipo de fenômeno que se espacializa no contexto estudado (lugar e/ou território), a partir da análise conjunta dos dados.

Todas as questões acima descritas são sistematizadas em gráficos, com exceção da questão 06 que resulta em um mapeamento elaborado pelos usuários. As questões 03 e 09, por serem abertas, não são classificadas em porcentagens, mas são analisadas descritivamente com o resultado do mapa e dos gráficos.

6.1.1 Resultados das entrevistas Condomínio Ouro Fino e entorno

6.1.1.1 Quanto ao uso

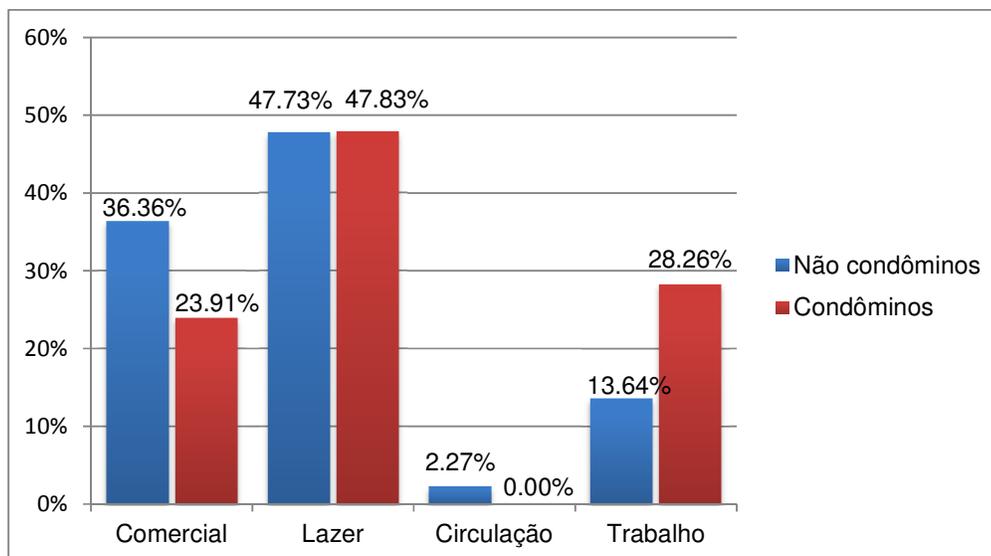


Gráfico 01 – resultante da questão 02: ilustra os tipos de uso dos usuários
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Observando o gráfico gerado pela questão 02 (que identifica o tipo de uso recorrente dos usuários no espaço) nota-se que tanto condôminos como não condôminos, em sua maioria, tem o lazer (representado pela praça) como o uso mais significativo no contexto do estudo.

Importante notar também que a porcentagem de não condôminos que utilizam o comércio do entorno imediato é maior do que a dos moradores do condomínio Ouro Fino. Estas características do gráfico poderão ser visualizadas nos mapeamentos ilustrados posteriormente.

Note-se que 28% dos condôminos apontam o trabalho como o seu uso mais praticado neste contexto, o que pode influenciar no resultado dos fenômenos aqui estudados, já que além de morador o entrevistado desta categoria torna-se atuante em uma condição mais ampla de interação com outros usuários deste contexto.

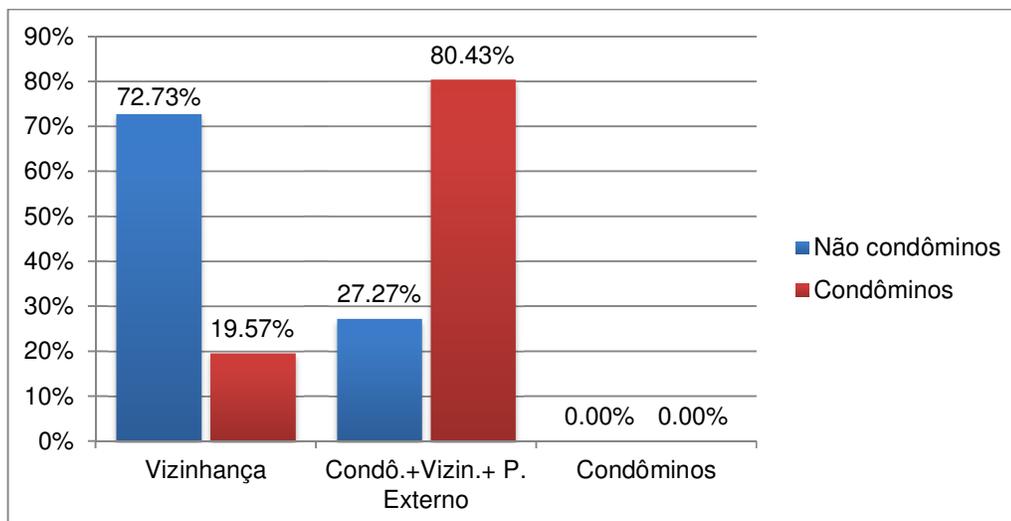
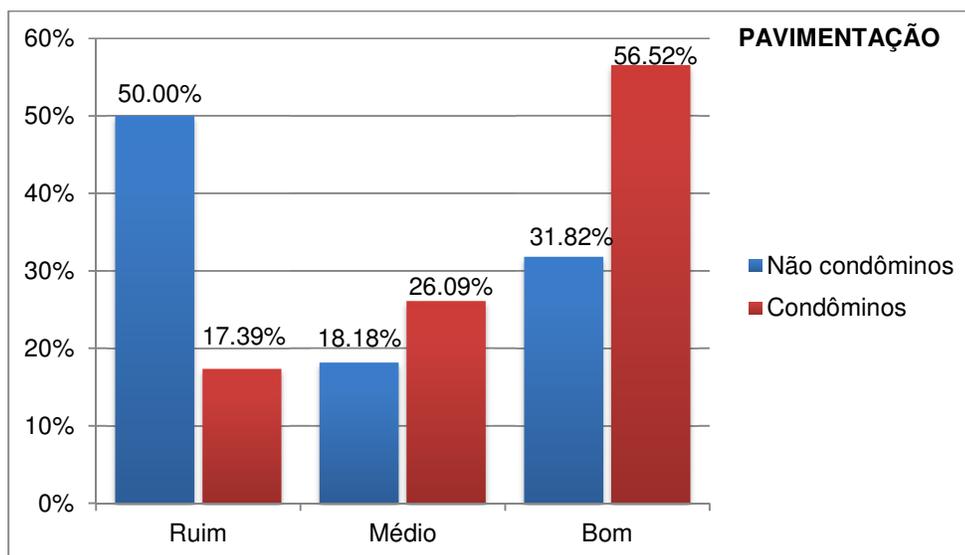
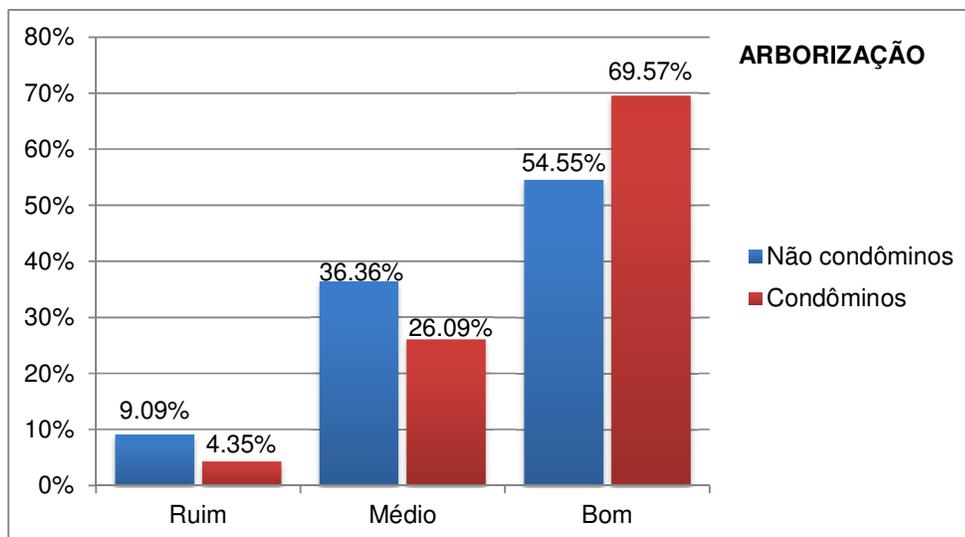


Gráfico 02 – resultante da questão 10: como o público identifica os usuários da Praça
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

O gráfico da questão 10 (referente à como o público identifica os usuários da praça local) revela que os dois universos entrevistados percebem a praça sendo utilizada por um público diverso: envolvendo a vizinhança em geral e usuários externos a este local. Este dado caracteriza o espaço como receptor de um público heterogêneo, pois condôminos, vizinhança e pessoas externas partilham este ambiente.

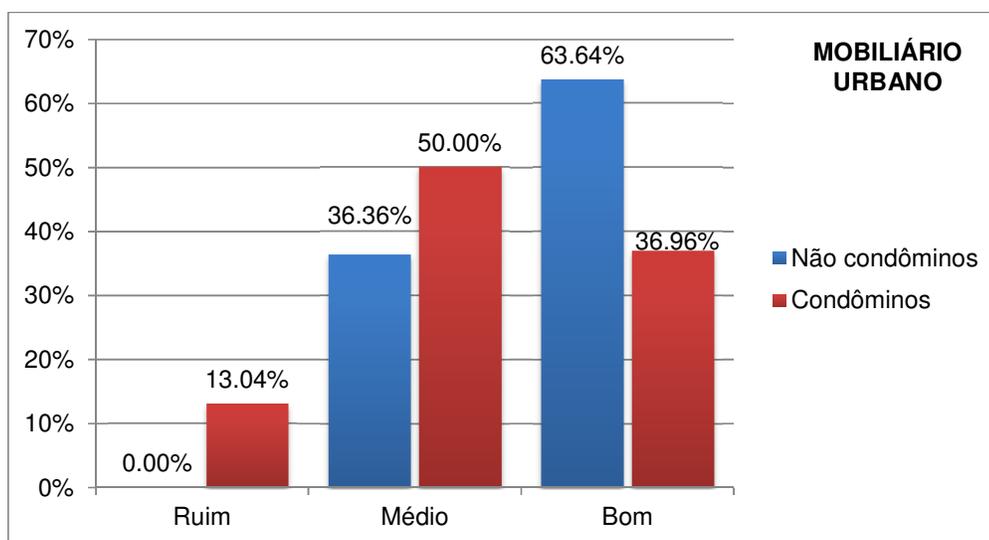
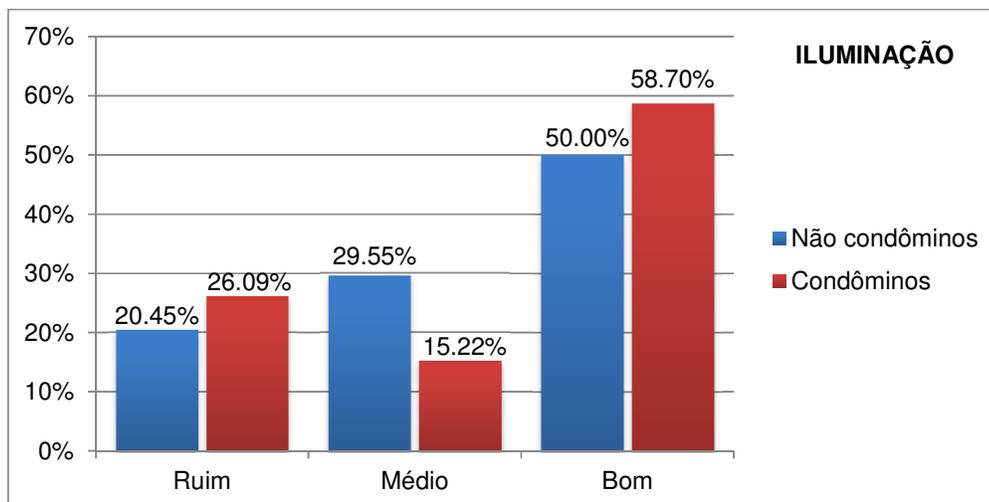
Outro ponto importante é identificar que mesmo entre os condôminos não houve respostas que identificassem o uso da praça como apenas desta categoria, o que, a princípio, traduz que os moradores do Ouro Fino não se isolam das relações sociais com o contexto. Isto, no entanto, só poderá ser verificado a partir do cruzamento com os mapeamentos gerados pelos diferentes extratos populacionais pesquisados.

6.1.1.2 Quanto aos estímulos



Continua

Gráfico 03 – resultados da questão 07: qualidade de componentes do espaço urbano
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.



Conclusão.

Estes gráficos da questão 07 (referente à qualidade de componentes do espaço urbano) mostram que a população interna e externa ao condomínio atribuíram 'bom' para a arborização e iluminação. Quanto à pavimentação se percebe uma inversão de valores entre o público externo e os condôminos: o primeiro qualifica como "ruim" a condição da pavimentação e o segundo como "bom", o que pode ter relação com o modal de transporte utilizado.

Sobre o mobiliário urbano também existem diferenças entre os dois públicos: o condômino percebe este item como de média qualidade; o não condômino atribui alta valoração. Neste caso, o fato do condômino estar em contínuo contato com o seu entorno pode influenciar no seu grau de utilização do espaço, e assim na percepção sobre a necessidade de uma maior manutenção deste item, enquanto

que os não condôminos, talvez por menor frequência ao local, percebam mais a quantidade do mobiliário do que a qualidade e por isto atribuam maior qualidade.

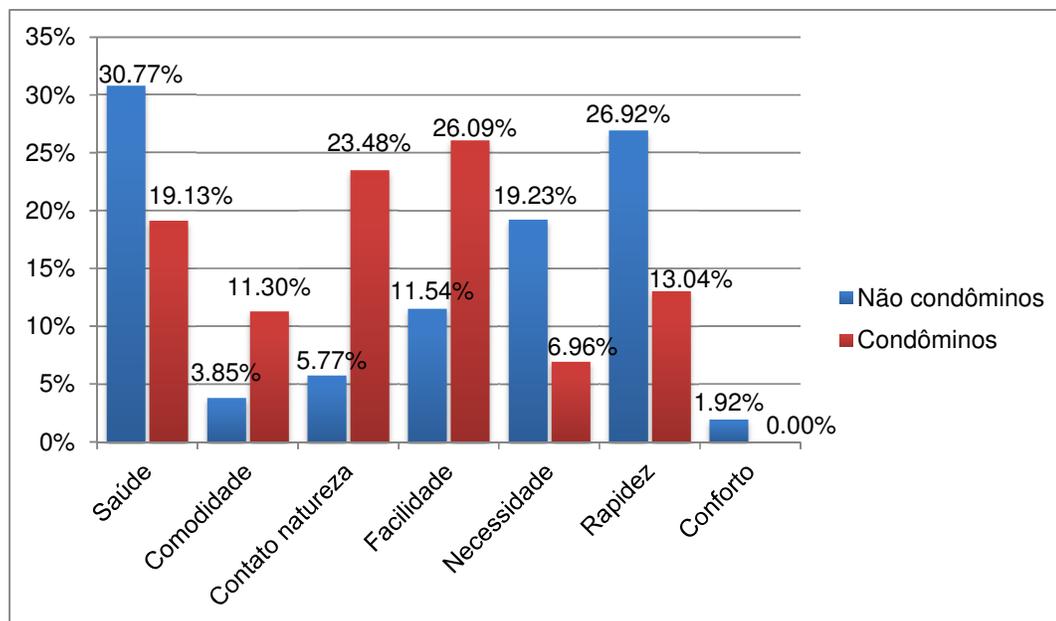


Gráfico 04 – resultante da questão 05: estímulos relacionados aos modais de transporte
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

A questão 05, que diz respeito ao que estimula o usuário a circular com determinados tipos de modais de transporte, resulta em um equilíbrio entre saúde e rapidez como estímulos apontados por não moradores do condomínio.

Vale salientar que esta questão abriu possibilidade ao usuário de apontar mais de um fator que o motivava a utilizar determinado modal de transporte, e por isto o número de respostas é maior do que o número de entrevistas. Ao analisar as fichas dos entrevistados se percebeu que os mesmos que indicam o acesso de modo peatonal selecionam como estímulos, de maneira geral, os itens saúde e necessidade.

Em um mesmo sentido, os itens rapidez e facilidade também se relacionaram nas respostas dos usuários que indicaram o automóvel particular como modal de transporte mais utilizado (no gráfico 06).

Já para os moradores do condomínio, nesta mesma questão, os principais estímulos são o contato com a natureza, facilidade e saúde, os quais se correlacionam com a circulação por meio pedestre apontada por este grupo como principal modal (ver gráfico 06).

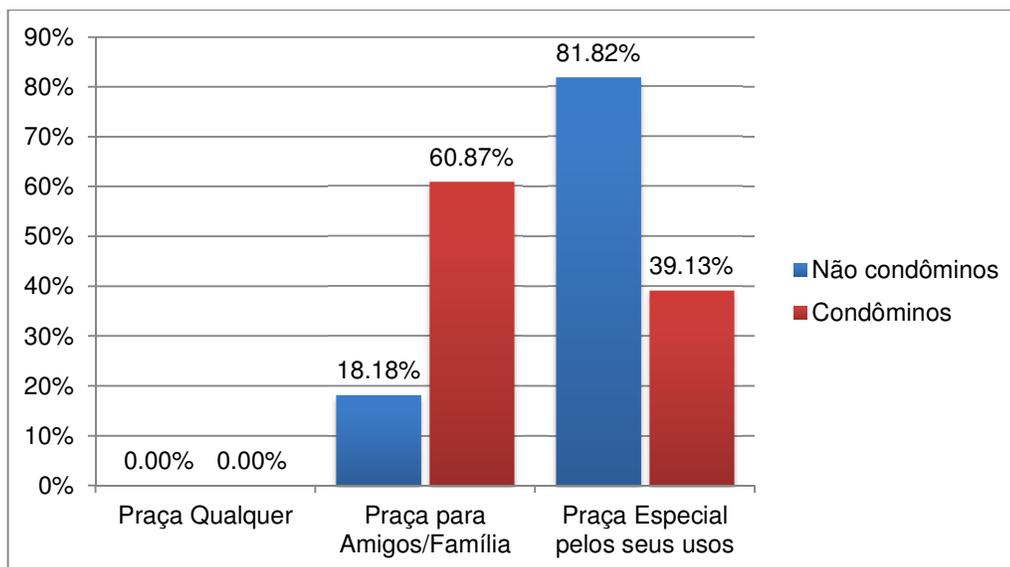


Gráfico 05 – resultante da questão 08: diferença de percepções sobre os usuários da praça
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Ainda referente aos estímulos se considera a questão 08. Os não condôminos classificam a praça Menonitas como especial, por sua variedade de oferta de atividades e qualidades espaciais, enquanto os condôminos majoritariamente a veem como uma praça para se ir com amigos e família.

A variedade de uso presente na praça (playground, aparelhos de exercícios, áreas de descanso, quadras de areia, quadras poliesportivas e pista de caminhada) está relacionada com o valor atribuído à qualidade deste espaço pelos não condôminos. Os condôminos, em especial, demonstram ter certa identidade com este local, e isto se esclarece ao responderem que ele é ideal para ir com família e amigos.

6.1.1.3 Quanto a abrangência

O modo de acesso e circulação no espaço urbano pode influenciar no contato do usuário com o meio, na medida em que as velocidades de percepção mudam de acordo com o tempo de apreensão que o indivíduo tem com o ambiente. Neste sentido, ao circular como pedestre a percepção é diferenciada em relação a quando se circula como motorista.

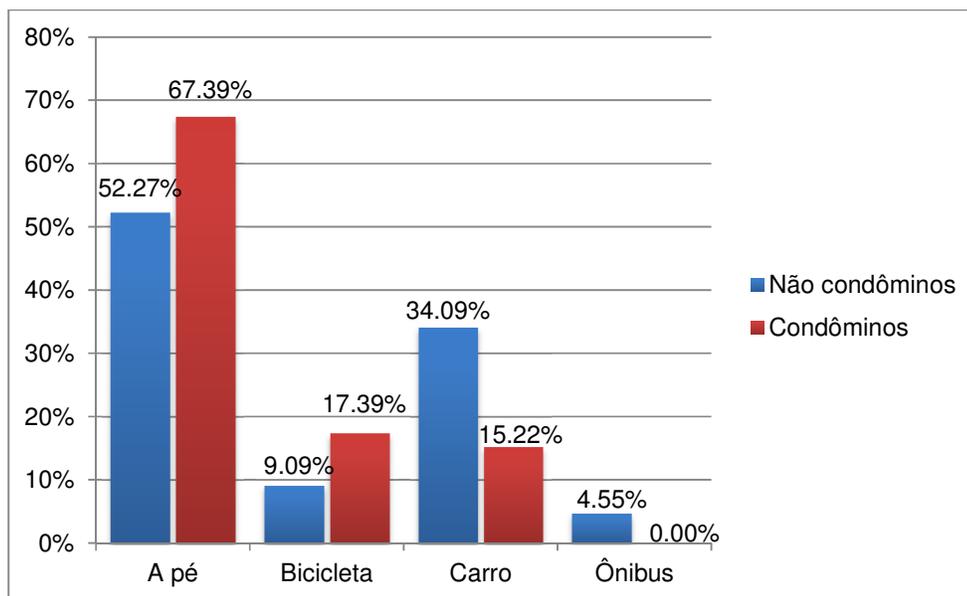


Gráfico 06 – resultante da questão 04: modais de transporte utilizados
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

O gráfico da questão 04 (relativo aos modais de transporte utilizados pela população) aponta que grande porcentagem dos entrevistados em geral circula por este espaço como pedestres. No entanto, os não condôminos possuem 34,09% de representantes que se utilizam do automóvel particular como meio de locomoção neste contexto.

Este fato pode estar relacionado ao gráfico de qualidade da pavimentação, na medida em que este público externo classifica como ruim a qualidade deste item (gráfico 03), por, provavelmente, circularem em maiores distâncias para chegar neste local. Estas largas distâncias percorridas podem influenciar na construção de referências pessoais, já que o indivíduo passa a conviver cotidianamente com outros contextos de qualidade de asfalto e calçadas, enquanto os moradores locais, que possivelmente permanecem mais tempo em um raio menor de circulação, constroem localmente sua referência de qualidade, o que poderia explicar a diferença da qualificação da pavimentação entre os dois grupos.

A questão 06, relativa aos mapas desenhados pelos entrevistados, revelaram padrões distintos de comportamento de uso do espaço de acordo com:

- a) categorias: condôminos e não condôminos;

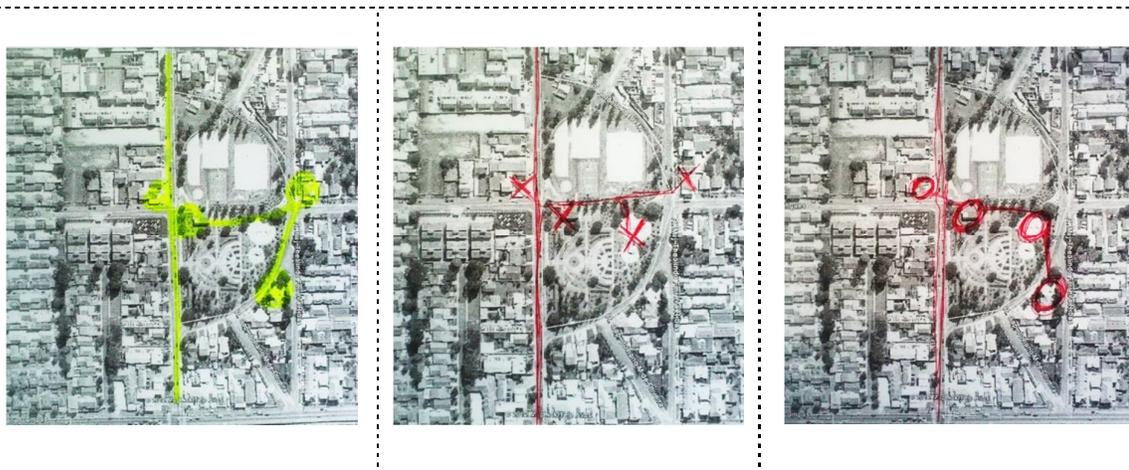
- b) distância percorrida pelo usuário para chegar ao local (expressa na questão 03);
- c) faixa etária.

Desta forma as respostas foram agrupadas de acordo com suas similaridades. O item considerado para o agrupamento foi o próprio perfil do desenho: locais e trajetos que repetidamente foram demarcados pelos usuários de uma mesma categoria. A partir desta reunião de desenhos similares verificou-se que eles, de forma coincidente, foram desenhados por pessoas de mesma faixa etária.

A distância percorrida também é um fator que, conforme será discutido nas análises, influencia no uso do espaço, especialmente quanto ao percurso utilizado. A diferença entre público condômino e não condômino também está expressa no resultado desta espacialização do uso.

Para o caso do condomínio Ouro Fino o resultado obtido destes padrões de comportamento revelaram 5 distintos mapas: 3 deles relacionados ao público não morador do condomínio, e 2 ao público condômino. As reflexões acerca dos mapas são realizadas isoladamente chegando, ao final, em uma síntese sobre o comportamento de lugaridades e/ou territorialidades a partir do cruzamento destas construções parciais.

O primeiro perfil agrupado apresentou similaridades de uso do espaço que pode ser representado pela reunião dos três exemplares do quadro abaixo³⁸:



Quadro 05: Croquis de entrevistados do Perfil 01
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.

³⁸ Os quadros que representam os perfis não são compostos pela totalidade de entrevistas realizadas. Apenas são demonstrados croquis de três entrevistados da categoria de forma que o leitor compreenda a partir de quais dados que são gerados os mapas de cada perfil.



Figura 07 – Perfil 01: Mapeamento da mancha de usos de não condôminos
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

O mapa denominado “Perfil 01” é o resultado da expressão gráfica de entrevistados de 25 – 35 anos (total de 12 pessoas), não moradores do condomínio. Nas fichas de entrevista deste público se nota que todos (na questão 03) relatam trafegar mais que 15 quadras além do entorno do condomínio, em que a maioria utiliza como meio de transporte, para este trajeto, o automóvel particular.

Este caso demonstra uma distribuição espacial verticalizada em função especialmente do uso da Rua Paulo Setúbal como percurso, que se configura como via coletora. Se ladeada a resposta da questão 03 (onde todos os entrevistados deste perfil demonstram que seu ponto de origem é fora do entorno imediato), com a constatação de que a maioria destes usuários utiliza automóvel particular para acessar o local, o uso desta via se justificaria já que ela conecta o bairro com vias arteriais. Neste sentido, a espacialização do fenômeno em mancha verticalizada foi fortemente influenciada pela distância e modal de transporte.

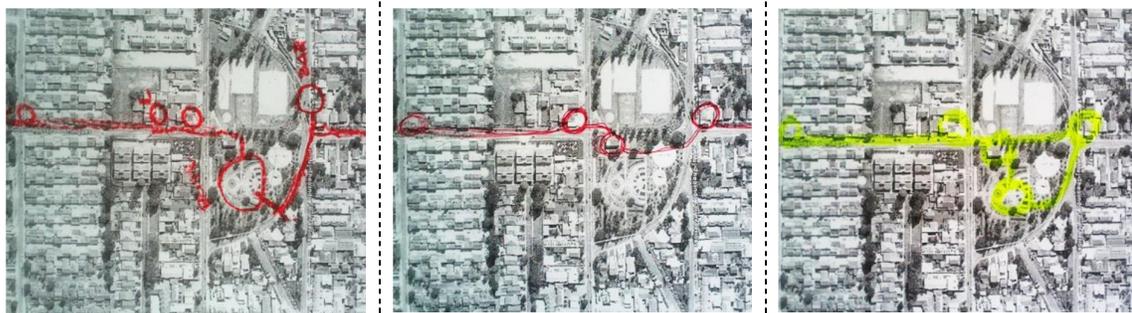
No mapeamento também é possível notar que a panificadora, bares, playground da praça e a área de alongamento são focos de permanência e uso destes usuários no espaço. Por se tratar de um público jovem, os bares possivelmente estimulam o fluxo deste perfil no local, e isto se confirma nos relatos presentes nas fichas originais de entrevista.

Entrevistado 01: *“gostamos dos bares aqui porque tem um público diferente e animado”* (entrevistado 01, condomínio Ouro Fino, 2012) e também: entrevistado 02 *“é muito gostoso vir aqui na praça porque depois do exercício a gente dá uma passada no bar pra conversar com o pessoal e tomar uma ‘cervejinha’ em dias de calor”* (Entrevistado 02, condomínio Ouro Fino, 2012).

Apesar de poucos usuários estarem com crianças no momento da entrevista acredita-se que grande parte desta fração tenham filhos, já que o playground da praça foi outro setor que se destacou como foco de uso nos seus croquis.

O resultado da questão 09, referente à sensação que o módulo policial traz, ilustra insatisfação deste grupo, pois as respostas se repetiram em expressões como: *“eles não fazem nada”*, *“não traz sensação de segurança”*, *“é indiferente o módulo policial na praça”*.

Um fator curioso é que outro grupo de praticamente mesma faixa etária revelou distinto padrão de uso do espaço, gerando o “Perfil 02”. Este é o resultado da entrevista com não moradores do condomínio de 20 – 30 anos (14 pessoas).



Quadro 06: Croquis de entrevistados do Perfil 02
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.

Abaixo o mapa que o representa:



Figura 08 – Perfil 02: Mapeamento da mancha de usos de não condôminos
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

À diferença do perfil anterior, as fichas de entrevista deste revelam que todos os usuários acessam o local caminhando. Além desta distinção, este perfil declara na questão 03 percorrer entre 3 e 12 quadras a partir do contexto da entrevista, o que possivelmente está relacionado com o fato de não utilizarem veículos motores para o acesso.

O desenho final deste público é horizontalizado, em contraste ao anterior. Muito deste resultado é devido ao uso da rua Gabriel Corisco Domingues, de hierarquia local. Neste sentido, assim como no perfil 01, a mancha de uso do espaço pelos usuários está vinculada à distância que percorrem (menos que 12 quadras) e ao modal de transporte que utilizam (pedestre).

Os pontos focais de uso demonstram que este recorte populacional possivelmente participa mais da vizinhança que o público do perfil 01, pois além da panificadora se utilizam dos serviços de PetShop e Mercado local. Ainda, se percebe que utilizam área de descanso (ou convívio), o que denota uma permanência de tempo maior na praça em relação ao perfil anterior. As declarações dos usuários sobre o uso do local se revelam em frases como:

Entrevistado 03: *“a gente gosta de se reunir aqui embaixo das árvores para conversar”*; Entrevistado 04: *“tem uma galera de amigos nossos que não moram por aqui, mas que vêm fazer exercícios e daí ‘a gente fica’ depois descansando nesta parte da praça”* (Entrevistado 03; Entrevistado 04, condomínio Ouro Fino, 2012).

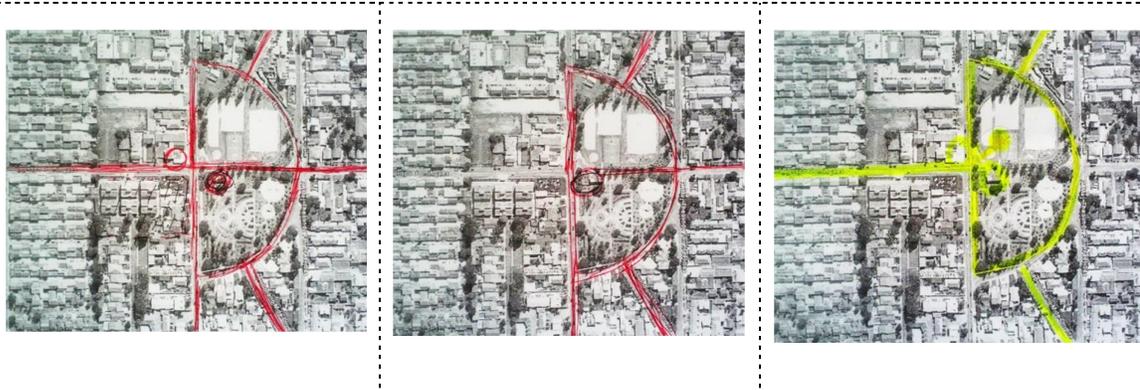
Apenas um dos bares é utilizado por este grupo. Na tentativa de sanar a questão da diferença de uso de bares deste para o primeiro grupo (que utiliza os dois bares), os donos dos estabelecimentos também foram entrevistados e questionados sobre o tempo de existência dos mesmos. Um deles existe há 4 anos e o outro há 5. Portanto, a tradição não seria a justificativa para que o Perfil 02 utilize apenas um dos bares, levando a considerar a probabilidade da diferença de qualidade de serviço/atendimento como influência na preferência deste grupo por um bar em específico.

Quanto à presença do módulo policial na praça o resultado também foi distinto. Este perfil alega, em sua maioria (baseado nas respostas contidas nas fichas originais de entrevista), que o módulo influencia na sensação de segurança o que contrasta com o resultado do perfil anterior, relatando, inclusive, que os policiais do módulo fecham a rua do entorno da praça Menonitas nas terças-feiras e domingos para o fluxo apenas de pedestre a partir das 20:00 horas.

Isto demonstra que o grupo do perfil 02 conhece e, portanto, utiliza mais cotidianamente o local e, considerando que o seu percurso é de 3 a 12 quadras, é possível concluir que participam da vizinhança do entorno. O primeiro perfil, por outro lado, possivelmente é composto de um público externo ao cotidiano das dinâmicas deste local, explicando a diferença de manifestações espaciais e respostas do questionário mesmo que os perfis sejam de faixa etária semelhante.

O “Perfil 03” desta categoria é representado por 18 pessoas de 45 – 60 anos que expressaram o seu uso de forma também semelhante entre si. Este grupo, em contraposição aos dois anteriores, relata caminhar menos de 5 quadras para o acesso ao local. Todos eles, sem exceção, marcaram a panificadora e a área de alongamento como os pontos focais mais utilizados.

A espacialização do uso deste grupo se deu de forma radial. Relacionando este fator com o fato de caminharem menos de 5 quadras, pode-se afirmar que são moradores locais e que circulam pelas ruas de forma mais espontânea e menos direcional, distinguindo-se dos dois grupos anteriores:



Quadro 07: Croquis de entrevistados do Perfil 03
 Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.

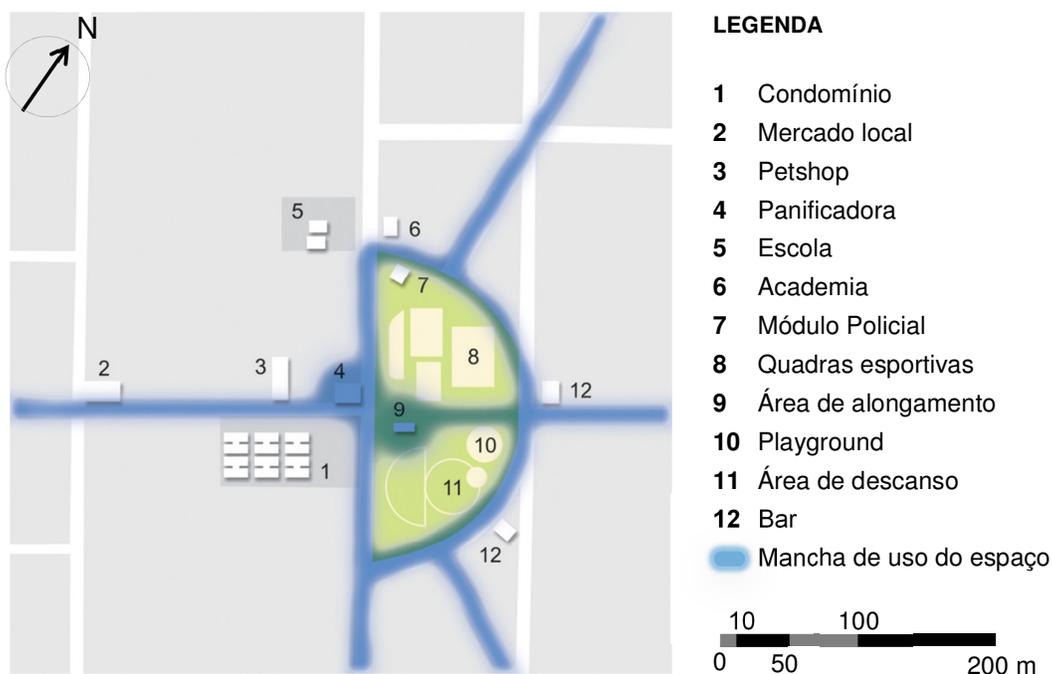


Figura 09 – Perfil 03: Mapeamento da mancha de usos de não condôminos
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Enquanto nos dois primeiros perfis o uso comercial e de serviços são mais acentuados, no Perfil 03 os percursos são mais valorizados do que os pontos de permanência, ou de “parada”. Como relatam participantes deste perfil dizem:

Entrevistado 05: “a praça é o nosso lugar de encontro e divertimento”;
 Entrevistado 06: “lá encontramos nossos amigos e pessoas diferentes, é bom ficar lá” e “na praça a gente vê o movimento, a ‘criança’ brincando e ficamos lá fazendo nossos exercícios e conversando” (Entrevistado 05; Entrevistado 06, condomínio Ouro Fino, 2012).

Ao perceber que a mancha final determina o perímetro da praça como percurso utilizado e, além deste, apenas a área de alongamento é também foco de uso interno à praça, é possível concluir que os estímulos de uso do espaço para este grupo é tanto a prática de exercícios físicos como aqueles revelados nas falas dos entrevistados sobre a variedade de público, o lugar de encontro e divertimento.

O módulo policial, a partir das respostas dos entrevistados, foi considerado como um elemento que traz a sensação de segurança e que, além disso, intimida o vandalismo. De acordo com o entrevistado 07 deste grupo: *“com a polícia ali diminui o uso de drogas e vandalismo”*, outro entrevistado ainda relata: *“eu me sinto tranquilo em utilizar a praça porque me sinto seguro com os policiais por perto”* (Entrevistado 08, condomínio Ouro Fino, 2012).

Ao avaliar estes três perfis de uso dos não condôminos, podem ser sintetizadas algumas informações:

- a) a panificadora se apresenta como um elemento frequentado por todos os perfis;
- b) a área de exercício da praça Menonitas também é um espaço que recebe os diferentes perfis desta categoria;
- c) pelos gráficos percentuais, este grupo, em geral, aponta que a qualidade da pavimentação é ruim, enquanto a qualidade da arborização, iluminação e mobiliário urbano é alta. Com base nisto é possível entender que mesmo que os usuários considerem a infraestrutura de circulação ruim, isto não inibe o uso e permanência deles no espaço, pois outros fatores contribuem para o uso;
- d) o lazer está como a tipologia de uso mais representada tanto no mapa como nos gráficos do questionário, e o comércio em segundo plano, denotando os tipos de uso que podem influenciar significativamente para a vitalidade dos espaços urbanos;
- e) o módulo policial recebe avaliações distintas entre os três grupos da categoria. Os dois últimos avaliam que o módulo traz a sensação de segurança enquanto para o primeiro grupo não. Os dois últimos grupos vivem mais próximos do local pesquisado, podendo isto ter influenciado na percepção, pois os entrevistados do perfil 01 (mais

distantes deste contexto) expressaram percepção distinta acerca do módulo.

Além dos três diferentes perfis dos não condôminos, foram percebidos outros dois padrões de comportamentos distintos do público morador do condomínio Ouro Fino. Pode-se adiantar que um item em específico se apresentou padronizado entre os dois grupos de condôminos: ambos utilizam mais o meio pedestre para a circulação do que o meio motorizado e percorrem aproximadamente 3 quadras cotidianamente.

O primeiro perfil (figura 10) expressado pelos condôminos resulta da repetição de comportamento de entrevistados entre 20 e 40 anos (25 pessoas). Esta fração representa no seu mapa o uso intenso de comércios e serviços (caracterizados pelo petshop, panificadora e bares), assim como de atividades de lazer (uso das quadras, playground e o perímetro da praça), resultando em uma mancha de uso mais concentrada.



Quadro 08: Croquis de entrevistados do Perfil 04
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.

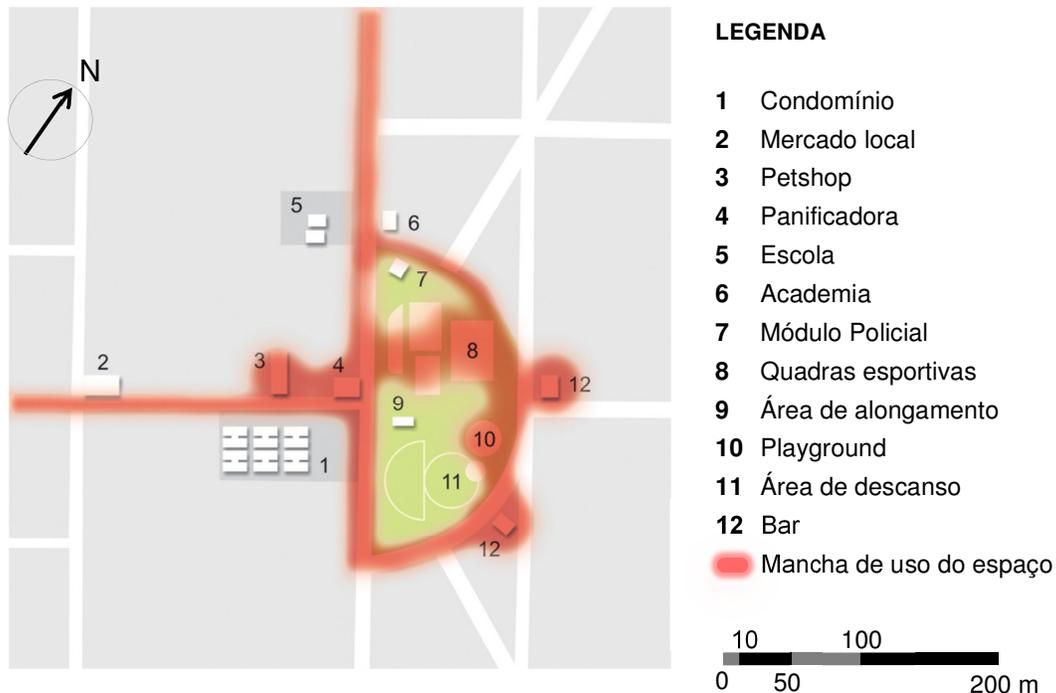


Figura 10 – Perfil 04: Mapeamento da mancha de usos de condôminos
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Uma informação relevante é que muitas pessoas deste grupo estavam com cães durante a entrevista e declaram passear muito com o cão pelas ruas e praça local, o que poderia explicar o uso corrente do petshop. A opinião deste perfil em relação ao módulo policial na praça (baseado nas falas dos entrevistados) é de que apesar dele passar a sensação de segurança não age efetivamente. Muitos ainda comentaram que durante o dia não ocorrem atividades ilícitas, mas que usuários de droga se concentram nas quadras esportivas no período noturno, ao lado do módulo, e nenhuma medida é tomada.

As quadras poliesportivas e de areia são pontos que diferenciam esta categoria da outra. Nenhum dos perfis do grupo de não condôminos apontou estes locais como utilizados por eles. Possivelmente o fato dos condôminos serem vizinhos diretos da praça contribua para que eles utilizem mais intensamente este espaço.

O segundo perfil da categoria dos condôminos é caracterizado por 21 pessoas com mais de 45 anos. Estes demonstram uso semelhante aos não condôminos de 45 a 60 anos, talvez pela própria semelhança da faixa etária. A única diferença em relação ao perfil 03 dos não condôminos, é que este grupo se

concentra também na área de descanso da praça, fator este que pode demonstrar certa familiaridade com o ambiente e um uso mais cotidiano deste espaço.



Quadro 09: Croquis de entrevistados do Perfil 05
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.



Figura 11 – Perfil 05: Mapeamento da mancha de usos de condôminos (> 45 anos)
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Ainda, este grupo manifesta, em suas falas, ter a sensação de segurança com a presença do módulo policial, em consonância com o primeiro perfil dos condôminos. Os dois perfis possuem similaridades:

- a) se utilizam do perímetro da praça provavelmente como local de exercício, já que é uma pista de corrida e caminhada;
- b) a panificadora é utilizada por ambos;
- c) pelos gráficos obtidos a arborização, pavimentação e iluminação possuem alta valoração pelos dois perfis, enquanto o mobiliário urbano permanece com nota média;
- d) lazer tem uso preponderante em relação ao comércio de acordo com os mapeamentos;
- e) o módulo policial para ambos traz a sensação de segurança, ainda que um dos perfis admita que traz apenas a sensação mas não age efetivamente.

6.1.2 Síntese Avaliativa Condomínio Ouro Fino

Após as constatações parciais sobre a relação da população com o espaço estudado, dividindo nas categorias condôminos e não condôminos e, ainda, encontrando diferentes perfis de percepção internos a cada uma delas, é possível direcionar de forma mais precisa a análise sobre a manifestação de lugares e territórios neste espaço urbano.

Para realizar a leitura dos fenômenos, os mapeamentos das duas categorias foram agrupados identificando como se dão as relações entre eles.



Figura 12 – Síntese mancha não condôminos (esquerda-azul) e condôminos (direita-vermelha)
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Inicialmente, ambos apresentam uso intenso do contexto analisado. Ladeando os mapas, é interessante observar como a maioria dos espaços utilizados é igual às duas categorias, indicando que este recorte espacial é utilizado por um público heterogêneo em termos de origem (público interno ao condomínio, público do entorno e público externo à vizinhança).

Um fator que deve ser considerado em especial é a relação que os condôminos possuem com o espaço. O curioso é analisar que nenhum grupo da categoria marca no mapeamento o próprio condomínio como espaço de permanência. Este dado ilustra que o condômino se vê inserido na vizinhança local e

não como um público específico, e isto também é perceptível na comparação dos dois mapeamentos.

Neste caso a mescla entre as categorias pesquisadas é tal que os limites físicos do condomínio tendem a desaparecer: pelo uso intenso dos residentes; por eles se perceberem como integrantes de uma vizinhança em geral e não se classificarem como um tipo de público específico.

Claro, o muro como fronteira entre o espaço público e privado permanece dividindo estas duas categorias. No entanto, este se esmaece enquanto barreira de interações sociais, demonstrando as tensões discutidas no aporte teórico entre as manifestações de lugar e território e, ao mesmo tempo, a sobreposição dos fenômenos.

Ainda, o uso intenso de condôminos neste contexto pode ser influenciado pela ausência de atividades internas ao condomínio semelhantes às oferecidas no entorno, principalmente as relacionadas ao lazer.

O comportamento das manifestações espaciais são melhor explicadas abaixo de acordo com os eixos metodológicos que conduziram as constatações até então:

- a) quanto ao **uso**: a Praça Menonitas representa um papel preponderante na apropriação espacial, na medida em que congrega atividades utilizadas por diversas faixas etárias de ambas as categorias entrevistadas. Além disso, o fato de ser rodeada de pontos de comércio e serviços reforça o uso contínuo deste espaço, pois o torna articulado com outros tipos de usos além do lazer. O lazer (representado pelos setores da praça) junto ao comércio receberam destaque no uso a partir da observação do Gráfico 01.

Esta pluralidade de usos e a verificação de que eles realmente são valorizados pela população, confirma uma das características essenciais de lugar apontadas por Castello (2007, p.18) como antevisto na discussão teórica, pois constrói possibilidades de experiências indispensáveis à dimensão social para que esta se aproprie do espaço. Importante frisar também, a partir da fala dos entrevistados, que se evidencia a mescla e troca de relações sociais entre a vizinhança imediata do contexto estudado com um público externo que frequenta este local.

O Gráfico 02 junto à síntese dos mapeamentos, demonstra a mesma constatação: condôminos e não condôminos convivem neste local, sem diferenciação de tipo de público. Isto remonta a característica de heterogeneidade apontada por Duarte (2002), Castello (2007), Firmino (2011), como própria das relações de lugaridades, onde um espaço não é dominado por um grupo específico, com modos de uso delimitado, mas sim participa de uma apropriação espontânea e plural. O mesmo gráfico ainda mostra como a praça exerce influência nesta construção de lugaridade. Para os condôminos este local é ideal para estar com família e amigos, sinalizando vestígios de familiaridade e, logo, de apropriação e significação.

Para os não-condôminos a diversidade de uso foi mais valorizada para a frequência no local, o que novamente depõe a favor das constatações de Castello (2007) acerca da importância de um local prover variedades de uso para a constituição de um lugar.

Ainda, uma questão que estava ausente inicialmente do modelo de análise metodológica, mas que se mostrou determinante sobre a apropriação do espaço foi a diferença de faixa etária. Esta determina padrões de uso e percepção da população em relação ao espaço. Ao mesmo tempo a partir desta característica é possível reafirmar as palavras de Firmino (2011) quando argumenta que o lugar é uma porção do espaço carregado por valores e usos compartilhados por diferentes tipos de afinidade. Neste caso, a faixa etária se mostra como variável que incide sobre o modo de apropriação confirmando, portanto, o que o autor apontava como outra característica do lugar.

No entanto, ainda que diversas constatações permitam identificar fortes traços de lugaridade, não se pode negligenciar o fato de que o território (condomínio) enquanto espaço cerceado continua ali, componente desta materialidade.

Ao mesmo tempo, esta apropriação natural do espaço reúne um público heterogêneo em termos de categoria, mas possivelmente homogêneo em padrões socioeconômicos e interesses de uso que, novamente, neste sentido demonstra uma tendência de hibridização

entre relações de lugaridades e territorialidades neste recorte, ainda que os traços de lugaridade tenham relevo no resultado da pesquisa;

- b) quanto aos **estímulos**: as duas categorias apresentam satisfação quanto a arborização e iluminação, podendo estes serem indicadores de estímulos à permanência e apropriação do local. Existe uma diferença na perspectiva dos usuários quanto à pavimentação e mobiliário urbano, em que os não moradores valorizam menos o primeiro e mais o segundo, e os moradores do condomínio assumem posição contrária. Contudo, mesmo que mobiliário e pavimentação não tenham sido itens avaliados positivamente, esta deficiência não demonstra interferir na apropriação do espaço visualizada nos mapas e corroborada por falas dos entrevistados.

Como estímulos do modal de transporte, os itens saúde e rapidez foram ressaltados pelos não-condôminos. Sendo saúde o item que atingiu o maior índice, é possível concluir que os usos que o espaço fornece são mais relevantes para sua apropriação que as condições físicas (de conservação/manutenção) do mesmo.

Um ponto comercial em específico foi demarcado como local frequentado por todos os grupos das duas categorias: a panificadora. Isto percebido foi realizada a entrevista com o dono do estabelecimento na tentativa de encontrar um ponto que indicasse o motivo da frequência assídua dos entrevistados. Nesta pesquisa, além do questionário pré-estabelecido, foi perguntado ao dono o tempo que seu comércio está funcionando no local. A informação obtida é que ele está ali, com o mesmo dono, há 30 anos, fator que provavelmente influencia no fluxo de ambas categorias. Este dado mostra que a tradição aliada à familiaridade construída ao longo do tempo pode ser um quesito que estimula o uso de determinados locais no espaço urbano, como mesmo já dispunha a teoria de Castello (2007) acerca da composição de lugares.

Contudo, a presença do módulo policial pode também influenciar nesta apropriação e também como estímulo. Neste momento se tem novamente uma tensão entre a lugaridade e territorialidade neste

contexto. Quando os condôminos revelam que têm a sensação de segurança com a presença do módulo (ainda que alguns relatem que efetivamente ele não age), demonstra que o grau de interação com o espaço público pode estar associado ao “controle de ordem imaginária” que este elemento exerce sobre a praça. Assim, mesmo as apropriações mais espontâneas podem ocorrer porque, de algum modo, o módulo “permite” que elas ocorram, ou seja, as apropriações podem ser diretamente dependentes deste sentido de controle e segurança do espaço representado pelo módulo policial;

- c) quanto a **abrangência**: os modais de acesso das diferentes categorias influenciaram na espacialização do uso. Apenas um perfil dos não condôminos declara utilizar mais o automóvel como meio de transporte, os demais perfis são preponderantemente pedestres no acesso ao local o que confirma as estatísticas construídas no gráfico 06. Se analisados os mapeamentos-síntese das duas categorias, é perceptível que os não condôminos têm uma abrangência maior de uso, já que nem todos participam da vizinhança local.

Mesmo aqueles utilizam o automóvel como modal (perfil 01 dos não condôminos), mapeiam a utilização de pontos específicos (como bares e a praça), mostrando que o meio de transporte não influenciou em um menor índice de apropriação do espaço.

A mancha resultante deste perfil é diretamente vinculada ao modal utilizado. Portanto o modo de acesso influencia na composição espacial desta apropriação, ou seja, de certa forma desenha “por onde” o indivíduo se apropria e incide sobre a abrangência desta apropriação. Neste sentido existe um limite expresso pela hierarquia da via, considerando que é apenas através dela que o usuário pode acessar o local, não lhe sendo facultado outros trajetos de acesso quando o modal utilizado é o automóvel particular.

Este primeiro caso revela uma relação em tensão entre lugar e território, pois ainda que em alguns momentos existam fortes vestígios de lugaridade – como a sensação de familiaridade (CASTELLO, 2007), a heterogeneidade de tipos de

público (DUARTE 2002; FIRMINO, 2011) –, estes parecem depender de elementos referenciais de controle, como o caso do módulo policial, representando o traço de territorialidade neste local na medida em que “controla” as relações sociais, ou seja, regula o espaço (SOJA, 1971; SACK, 1986; HAESBAERT, 2011; FIRMINO, 2011).

Nota-se que especialmente o eixo de **uso** (de acordo com a classificação metodológica desta pesquisa) é responsável pela atração de público diverso para o local, por compor múltiplas possibilidades de apropriação. Ainda que os estímulos e o modo de transporte contribuam para a composição dos rastros do fenômeno, o uso determina sua efetiva manifestação, e isto se pôde verificar a partir da reunião e sistematização das respostas dos usuários tanto expressas em declarações verbais como nos gráficos compostos a partir das questões fechadas do questionário.

A praça Menonitas é, neste sentido, um local que passa a ter significado especialmente para os moradores locais. A panificadora, por sua tradição, tem fluxo acentuado. Estes são os dois locais mais apropriados pela população no todo.

Os traços de lugaridade, ainda que se reúnam em especial na praça, se manifestam de formas distintas. Enquanto os moradores locais apresentam tendência mais concentrada de apropriação, os não moradores tem um desenho mais radial provavelmente em função do seu ponto de origem.

No caso do condomínio Ouro Fino e seu entorno, o modo de apropriação se revela em traços contíguos, sendo a praça elemento articulador entre comércio, serviços e ponto de origem dos usuários. É importante frisar que os mapas demonstram rastros e/ou sombreamentos, e não o limite específico do fenômeno estudado já que esta nebulosidade do contorno é uma característica que lhe é própria (DUARTE, 2002; FIRMINO, 2011), e as relações sociais propriamente ditas (muitas delas evidenciadas pelas falas dos entrevistados), não podem ser aferidas com exatidão no espaço.

Por fim, se nota que espacialmente o lugar se evidencia mais pelas apropriações e expressões (verbais e gráficas) dos usuários neste caso, mas que a virtualidade do território (expressa especialmente pela **sensação** de segurança relacionada a presença do módulo e mesmo pela presença do condomínio como um local de referência dos moradores), confirma a convivência em tensão entre os fenômenos nesta localidade.

6.2 CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILA ISABEL

O segundo condomínio avaliado é o Residencial Vila Isabel, situado no bairro Vila Isabel, onde o preço de terreno é de R\$ 1.252,68/ m², considerado, portanto como local de alta renda de acordo com o filtro metodológico.



Figura 13: Localização do condomínio Vila Isabel e entorno imediato
Fonte: elaborado pelo autor com base no GoogleMaps e IPPUC 2012.

No condomínio Residencial Vila Isabel, a observação indireta anterior à aplicação do questionário identificou como situações específicas:

- a) praça com playground, área de alongamento e uma quadra esportiva;
- b) entorno do condomínio com dois estabelecimentos de comércio;
- c) o condomínio é rodeado por vias locais;
- d) parque linear próximo ao condomínio (5 quadras);
- e) praça a 100 metros do condomínio.

A partir destas relações é construído o mapa que localiza os elementos que compõem o questionário:



Figura 14 – Mapeamento contexto condomínio Residencial Vila Isabel
 Fonte: elaborado pelo autor com base no GoogleMaps 2012.



Condomínio Residencial Vila Isabel



Mercado Local

Continua

Figura 15 – Imagens entorno condomínio Vila Isabel
 Fonte: acervo do autor.



Panificadora Local



Praça Local



Praça Local 02



Centro Comercial



Parque Arthur Bernardes

Conclusão.

O procedimento para a elaboração do questionário é o mesmo adotado para o caso anterior, sendo, portanto, estruturado em variáveis de uso, estímulos e abrangência, obedecendo a metodologia pré-estabelecida. Os locais de entrevistas se espacializam no mapa abaixo:

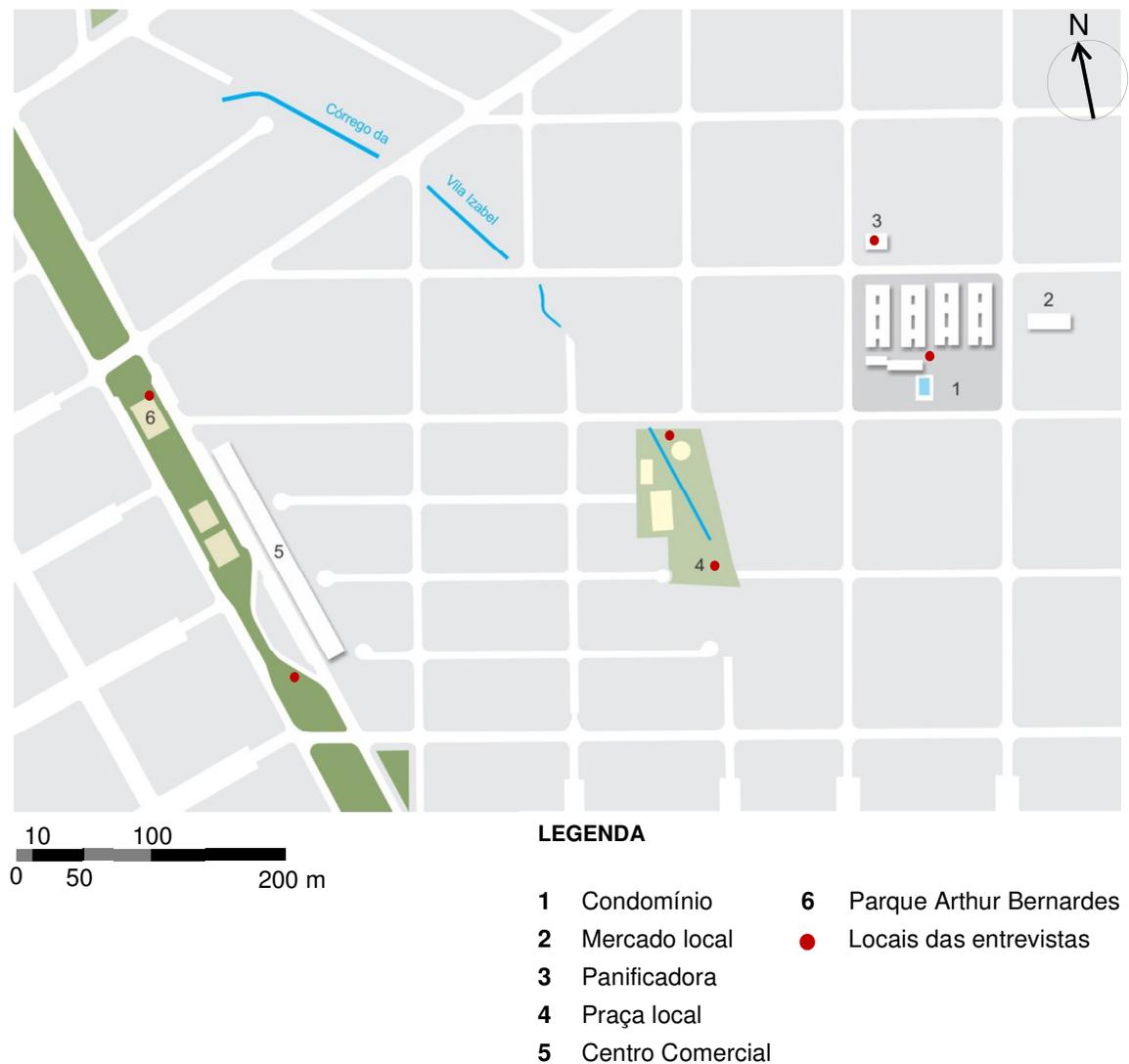


Figura 16 – Mapeamento dos pontos de entrevista do contexto condomínio Residencial Vila Isabel
Fonte: elaborado pelo autor com base no GoogleMaps 2012.

O questionário foi aplicado a moradores e não moradores do condomínio registrando como os diferentes “grupos” de entrevistados entendem as relações socioespaciais neste contexto, assim como no caso anterior. A linha de corte por

padronização das respostas resultou em um universo de 42 não condôminos e 38 condôminos, totalizando 80 entrevistados.

As entrevistas ocorreram no mês de outubro e novembro de 2012, nos períodos matutino e vespertino. A pesquisa se realizou em uma semana de cada mês na segunda-feira, terça-feira e sábado.

A organização dos dados coletados foi realizada na mesma estrutura do estudo de caso do condomínio Ouro Fino: classificadas em questões de uso, estímulos e abrangência, e por este motivo não será descrito novamente este procedimento. Apenas duas questões diferem do questionário aplicado ao estudo do primeiro caso: 11 e 12.

As questões 11 e 12 serão analisadas dentro do eixo **estímulo**, pois dizem respeito aos motivos que fazem o usuário escolher entre utilizar o parque Arthur Bernardes ou a praça local.

Como no primeiro caso, os resultados deste levantamento são representados em gráficos com exceção da questão 06 que resulta em um mapeamento. A questão 12 é uma pergunta aberta de dois momentos: terá um gráfico construído relacionado à escolha da população entre praça e parque, e a análise textual dos motivos relatados pelos usuários da sua preferência.

6.2.1 Resultados das entrevistas Condomínio Residencial Vila Isabel e entorno

6.2.1.1 Quanto ao uso

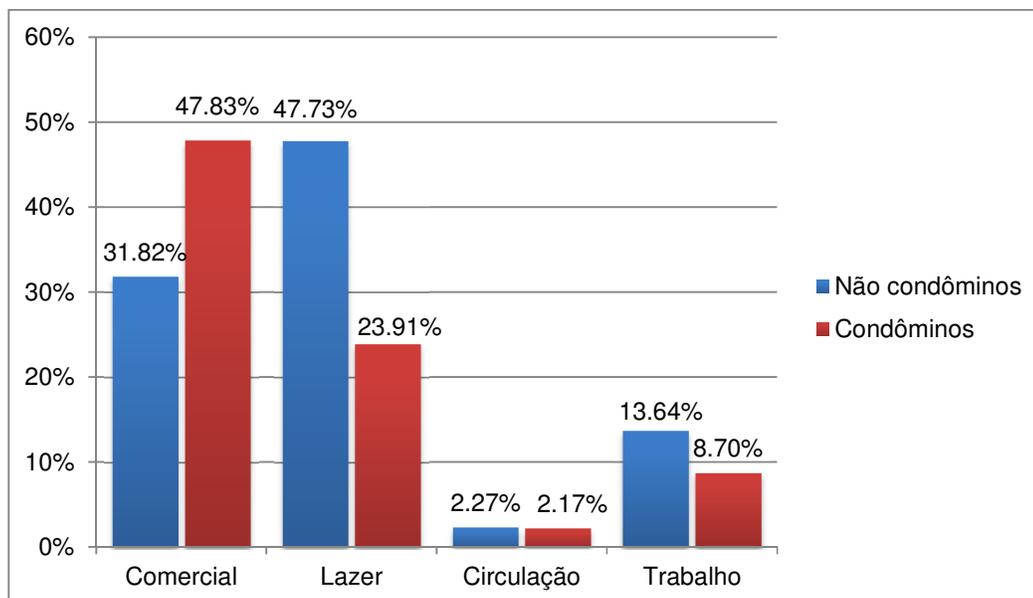


Gráfico 07 –resultante da questão 02 aplicado ao condomínio Vila Isabel e entorno
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

No gráfico da questão 02 aplicada no condomínio Vila Isabel e entorno existe uma relação inversamente proporcional entre o lazer e o uso comercial como os mais utilizados pelos entrevistados. Enquanto condôminos se utilizam mais de locais com atividades comerciais, os não condôminos frequentam locais de lazer. Os outros quesitos são praticamente diretamente proporcionais. Neste sentido, a princípio, as atividades dos espaços públicos (praça e parque) do entorno não atraem tanto os condôminos como os não condôminos.

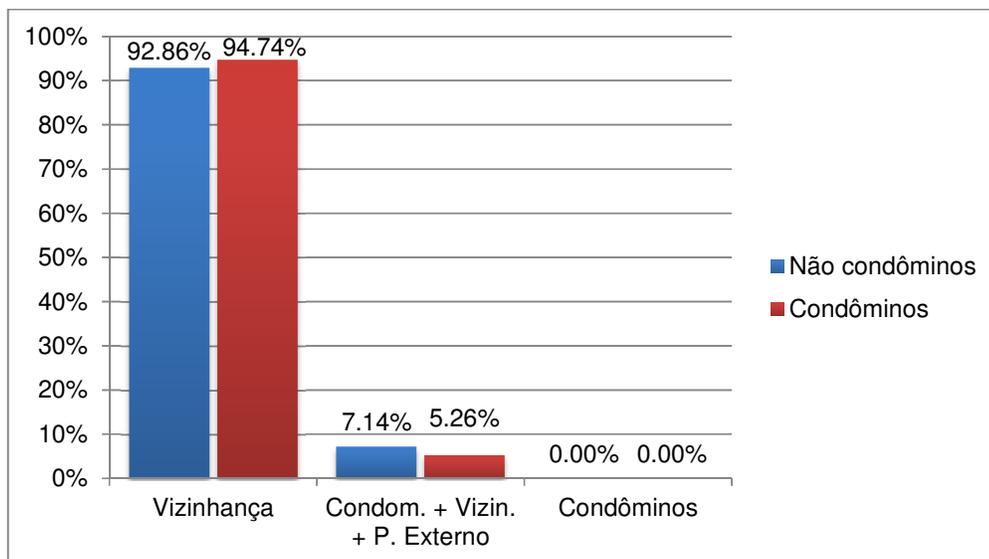


Gráfico 08 – resultante da questão 10 aplicada ao condomínio Vila Isabel e entorno
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Neste gráfico (referente à como o público identifica os usuários da praça), resulta que tanto não condôminos como condôminos afirmam que a praça local é utilizado pela vizinhança em geral, não incluindo usuários externos a este contexto. Nenhum dos condôminos entende a praça como um local onde frequente apenas a sua categoria.

Algo que chamou atenção na observação indireta foi a presença de algumas placas colocadas pela vizinhança na praça. Tais placas expressam sinal de zelo que a população local busca incentivar nos usuários da praça.



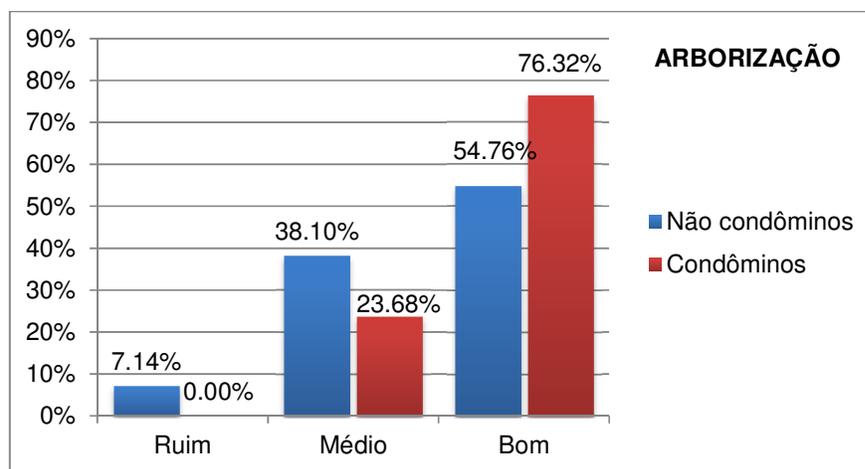
Figura 17 – Fotos de placas colocadas na praça local
Fonte: acervo do autor.



Figura 18 – Foto de mudas de diversas espécies plantadas aleatoriamente na praça
Fonte: acervo do autor.

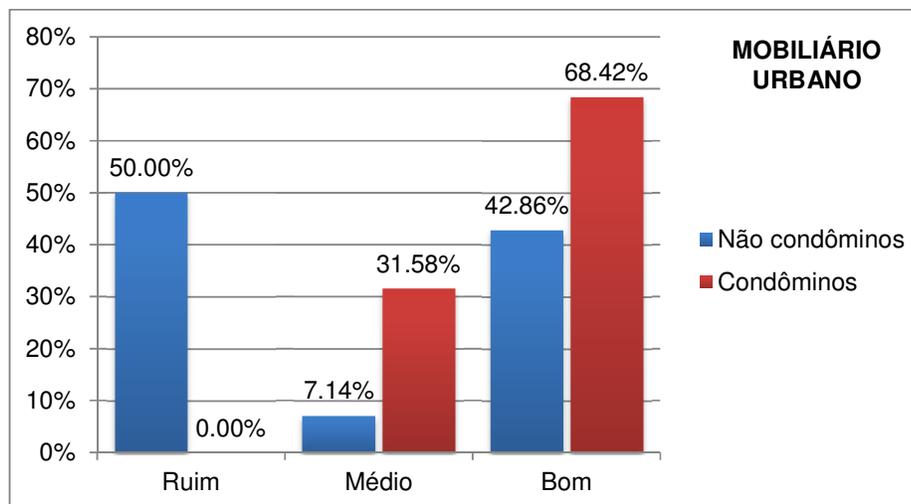
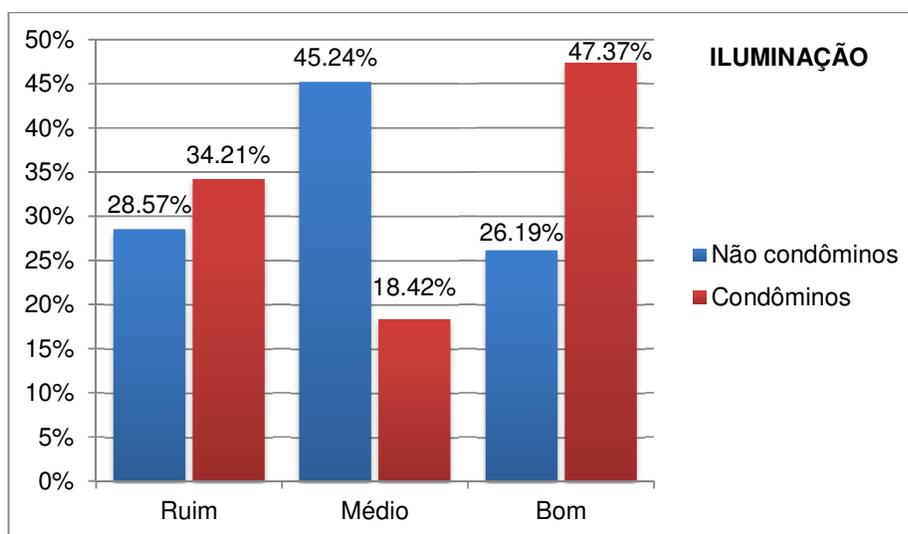
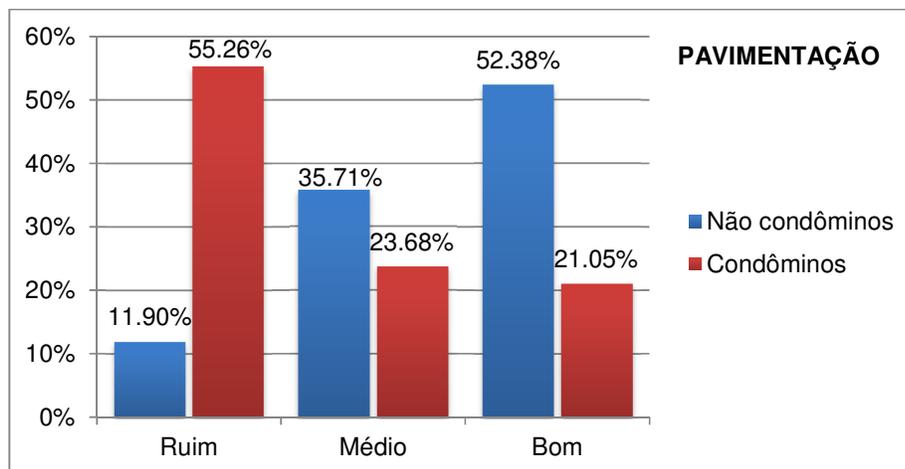
Ao mesmo tempo, existem várias mudas de árvores plantadas no local sem um planejamento preciso como se pode perceber na figura 18. Estas práticas espaciais demonstram alguns vestígios de apropriação deste espaço, significação, sentimento de pertença por parte da população local.

6.2.1.2 Quanto aos estímulos



Continua

Gráfico 09 – Gráficos resultantes da questão 07
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.



Conclusão.

Os gráficos acima (sobre a qualidade da arborização, pavimentação, mobiliário e iluminação) mostram que a população interna e externa ao condomínio

possui opiniões divergentes sobre três itens: pavimentação, iluminação e mobiliário urbano. Sobre a pavimentação: se correlacionado ao gráfico 13 se percebe que os condôminos, em sua maioria, circulam de forma pedestre enquanto os não condôminos majoritariamente utilizam o automóvel como meio de locomoção. Esta comparação pode indicar que o calçamento enfrenta maiores problemas quanto as suas condições de manutenção e conservação já que os condôminos o utilizam com mais frequência e valoram com nota baixa a pavimentação, enquanto o não condômino atribui nota alta para o mesmo item possivelmente também pela qualidade do asfalto.

A nota diferenciada em iluminação pode ser influenciada pelo horário de uso do espaço dos diferentes públicos, assim como pelos diferentes trajetos adotados entre eles (verificar nos mapeamentos).

A qualidade atribuída ao mobiliário urbano pode estar diretamente relacionada com o tipo de uso mais frequente do usuário no espaço e também pelos locais utilizados pelas duas categorias. Os não condôminos utilizam mais o lazer e os condôminos o comércio (de acordo com o gráfico 07), e neste sentido a valoração de 50% dos não condôminos é baseada possivelmente mais especificamente sobre os mobiliários de lazer, por serem os mais utilizados no seu perfil de uso.

A arborização foi o único item em que as diferentes categorias indicaram alta qualidade sendo um componente percebido, portanto, igualmente entre os entrevistados independente de seus perfis, trajetos e tipos de uso.

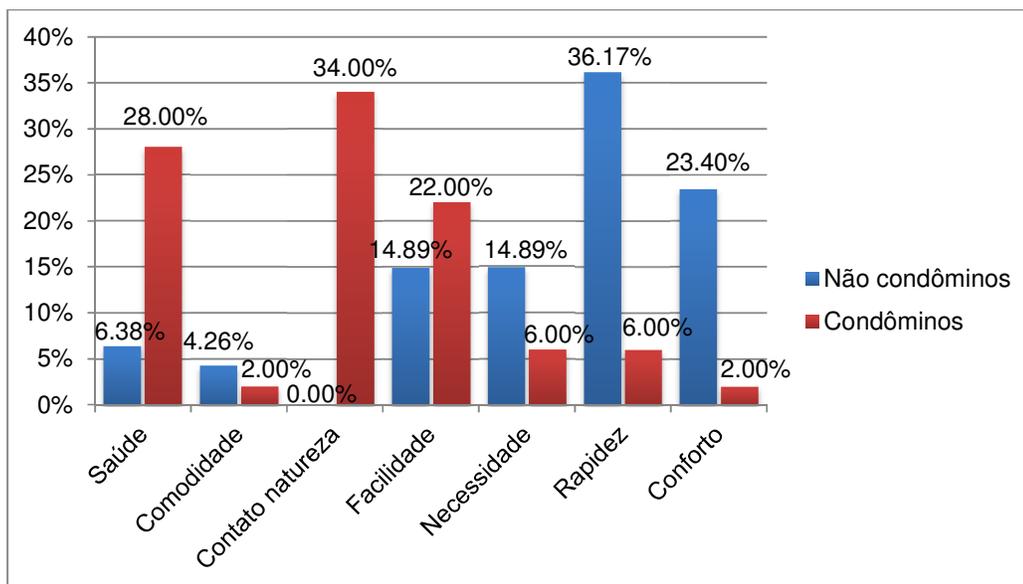


Gráfico 10 – sobre estímulos relacionados aos modais de transporte
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

A questão 05 revela resultados contrastantes entre condôminos e não condôminos sobre os seus estímulos para o uso do modal de transporte adotado.

Interessante avaliar como o modal é determinante neste gráfico. Saúde e contato com a natureza são os itens ressaltados para os condôminos que circulam de forma pedestre no entorno (gráfico 13), enquanto rapidez e conforto são as escolhas dos não condôminos que utilizam o automóvel como modal, relações estas que se percebem nas fichas originais dos entrevistados. O aspecto cultural é visivelmente ponto crucial nestas escolhas dos diferentes usuários.

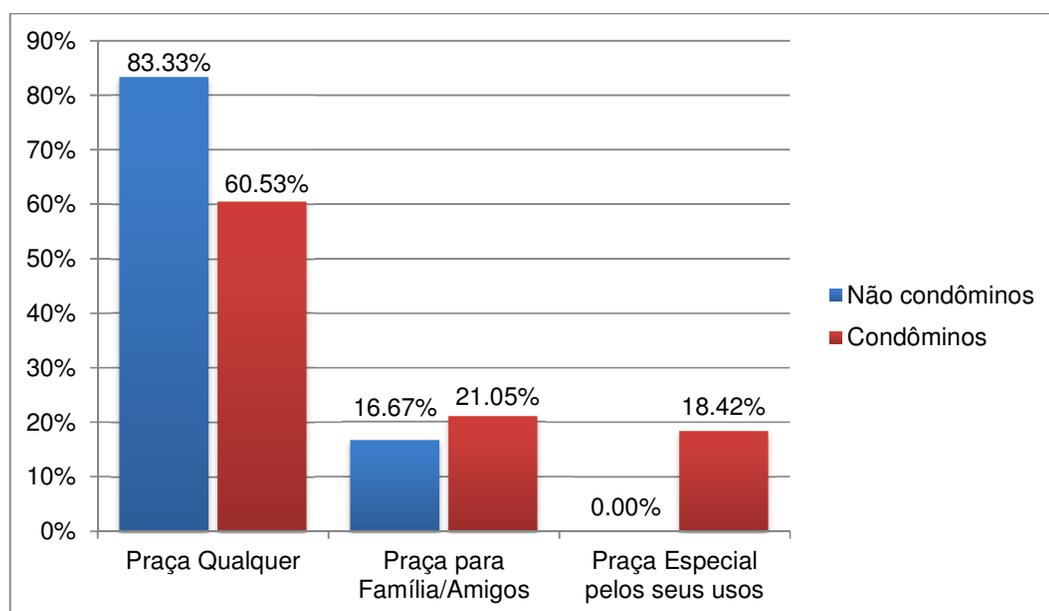


Gráfico 11 – sobre percepção dos entrevistados sobre os usuários da praça
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Na questão 08 o público em geral classifica a praça local como uma praça qualquer. Possivelmente o seu desenho e as atividades oferecidas influenciam na resposta, na medida em que ela não apresenta uma composição diferenciada de outras praças, seja por seu mobiliário, usos, traçado ou outro fator.

Ao mesmo tempo este gráfico demonstra que nenhum dos públicos parece se apropriar da praça, o que entra em embate com algumas práticas verificadas no local (como ilustrado nas figuras 17 e 18) e com o próprio mapeamento de usos do espaço urbano (como se poderá notar).

Alguns condôminos apontam a praça como um local para amigos e família o que pode estar diretamente relacionado com a faixa etária, verificação esta que será possível também a partir do mapeamento de uso dos diferentes perfis.

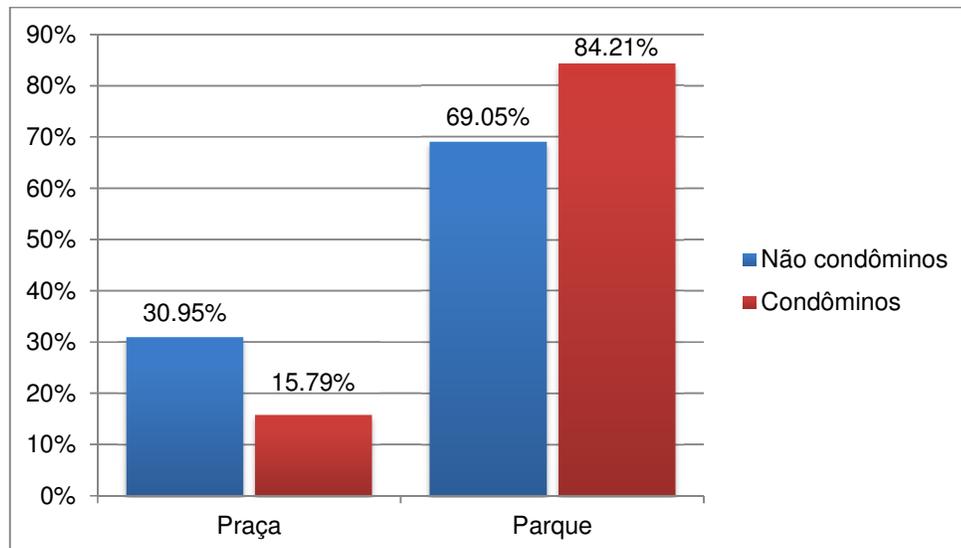


Gráfico 12 – preferência entre o uso da praça e do parque da Arthur Bernardes
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Este gráfico sintetiza o resultado da questão 12 aplicada no contexto do condomínio Vila Isabel. Se ladeado ao gráfico anterior se comprova que a praça realmente não é ponto de interesse da população em geral, já que antes é vista como uma praça qualquer e neste gráfico se expressa que o parque é preferido entre os dois para o uso.

Nesta mesma questão os usuários apontam os motivos de preferência entre o uso da praça e o parque. Pelos relatórios originais a segurança e fluxo são as respostas mais recorrentes, e variedade e arborização também aparecem como estímulos apontados para o uso do parque. Os mesmos usuários relatam em suas falas durante a entrevista que a praça é pouco iluminada e congrega usuários de drogas, o que inibe o seu uso pela população em geral.

6.2.1.3 Quanto a abrangência

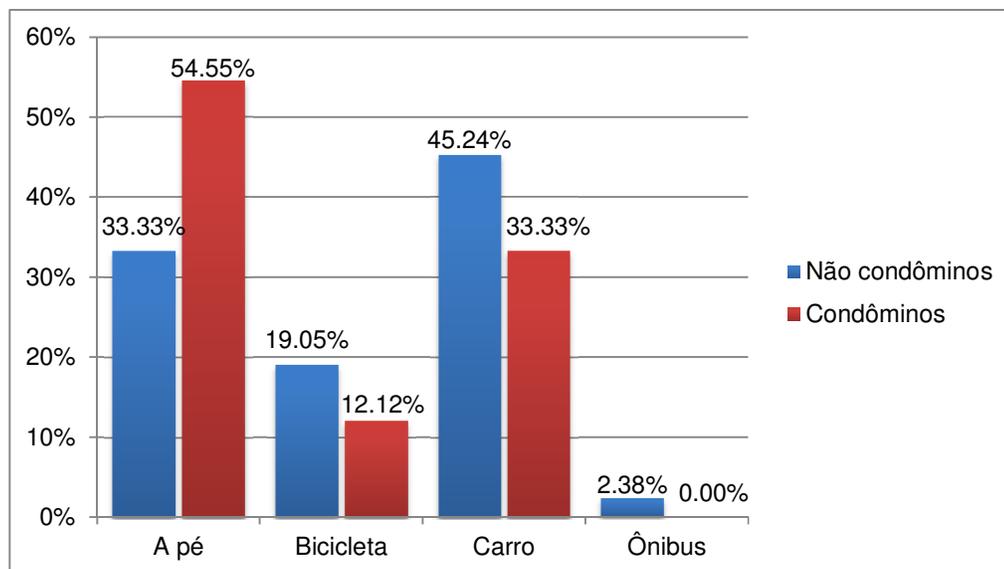


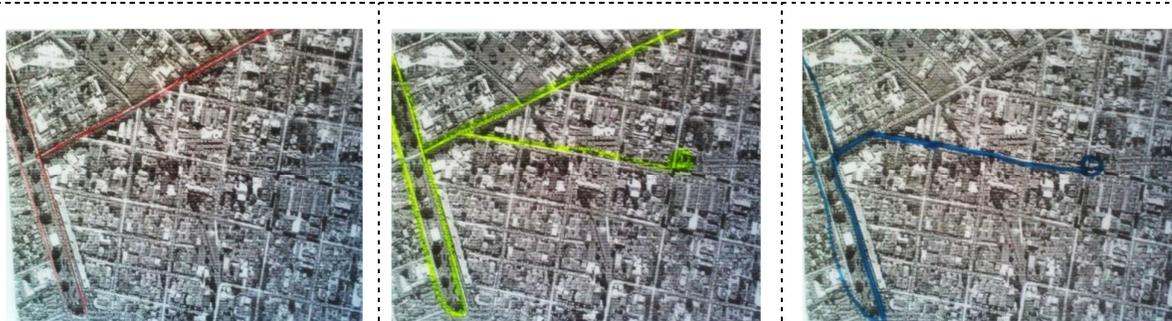
Gráfico 13 – Modais de transporte utilizados
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Grande porcentagem dos condôminos circula como pedestre enquanto os não condôminos em sua maioria utilizam automóveis. Contudo, ambas categorias possuem 33% de usuários que utiliza modais distintos.

Como já mencionado, este gráfico pode explicar em certa medida a valoração da pavimentação. As distâncias dos não moradores se concentrou entre 2 e 3 km na sua maioria, o que explicaria o uso do automóvel para o acesso.

Assim como no caso anterior são agrupados os resultados obtidos nos mapeamentos da questão 06 de acordo com categorias (condôminos e não condôminos), distância percorrida pelo usuário para chegar ao local e faixa etária, sendo a semelhança entre desenhos o quesito condicional para este agrupamento.

Para o caso do condomínio Residencial Vila Isabel o resultado obtido destes padrões de comportamento revelaram 5 mapas: 2 deles relacionados ao público não morador do condomínio, e 3 ao público condômino, distinto do primeiro caso estudado.



Quadro 10: Croquis de entrevistados do Perfil 06
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.

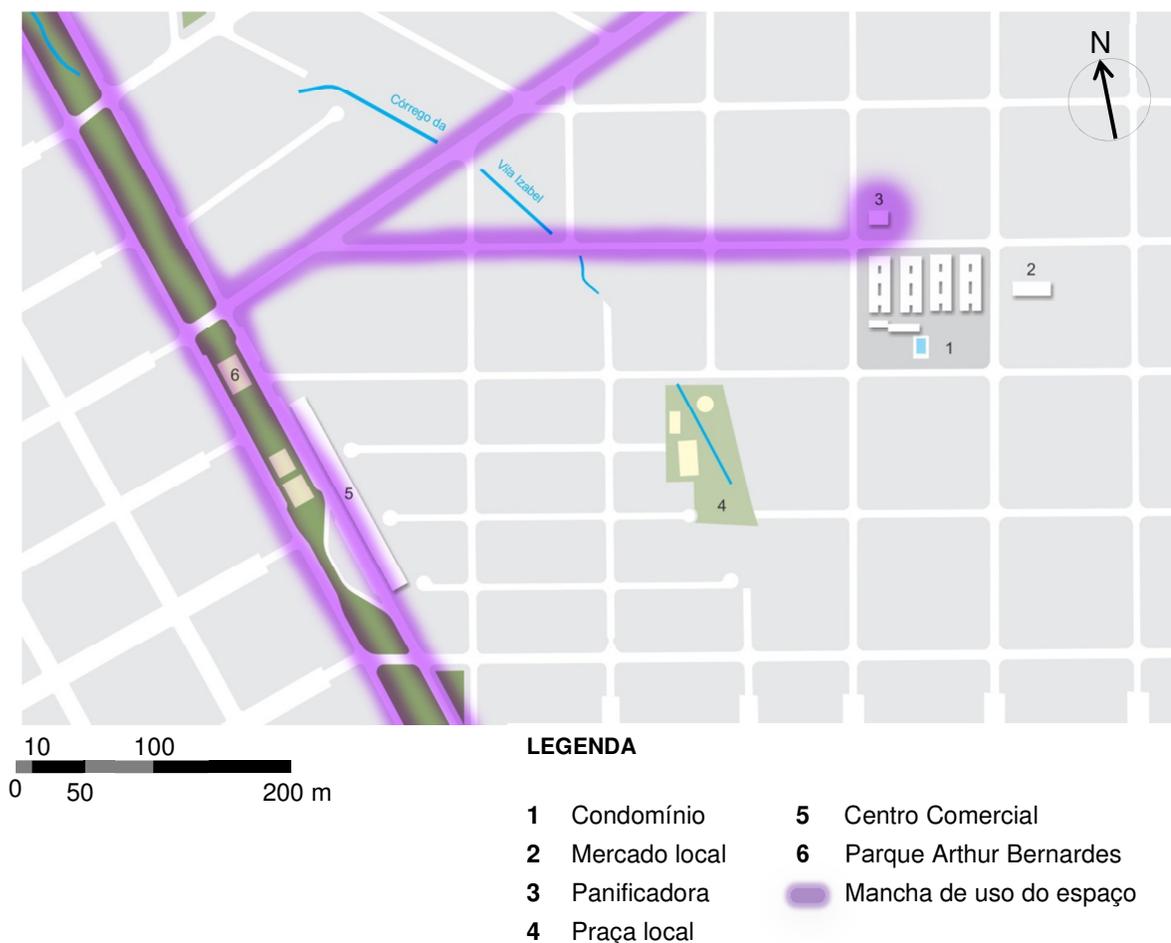


Figura 19 – Perfil 06: Mapeamento da mancha de usos de não condôminos
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

O mapa denominado “Perfil 06” é o resultado da representação de uso do espaço de entrevistados de 30 – 50 anos (total de 18 pessoas), não moradores do condomínio Residencial Vila Isabel. Nas fichas originais dos entrevistados, estes

relatam circular mais de 3 km para o acesso às atividades locais utilizando o automóvel particular como meio de transporte.

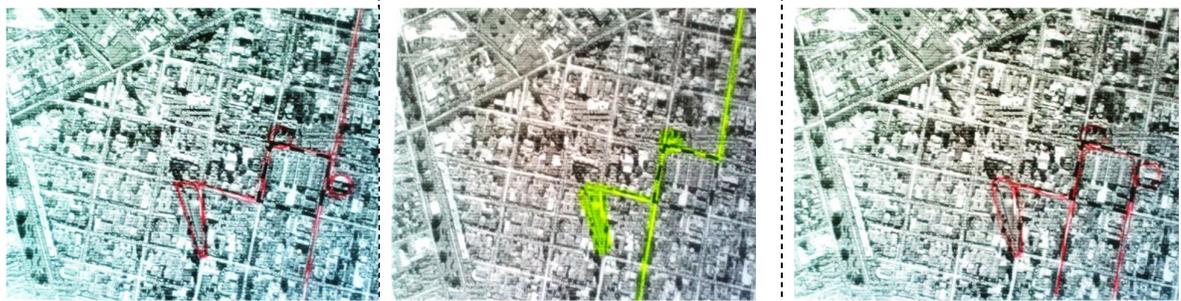
As relações de uso deste grupo são em especial de circulação. Percebe-se o uso da Av. Getúlio Vargas (via de acesso) que chega ao parque. A rua Prof. Álvaro Jorge também é outro trajeto utilizado e vinculado diretamente com a frequência na panificadora local. O percurso em torno do parque Arthur Bernardes indica que este perfil de usuários utiliza este local em especial para caminhadas e corridas, em função da pista que modela o próprio desenho do parque.

Logo, o uso deste público é claramente relacionado ao parque. As características apontadas anteriormente sobre a questão 12 (onde é expressa a preferência deste local dado a segurança, fluxo e outros fatores), se confirmam no desenho final. Nesta mesma questão os usuários deste grupo expressam:

Entrevistado 09: *“gosto do parque porque lá tem muita gente circulando e traz a sensação de segurança”*; entrevistado 10: *“a maioria do pessoal que circula por aqui vem pelo mesmo motivo que a gente, pelo exercício”* (Entrevistado 09; Entrevistado 10, condomínio Vila Isabel, 2012).

Ao mesmo tempo se reforça o gráfico 07 referente à preferência de uso, em que o lazer ganhou destaque nesta categoria de usuários.

Outro grupo pertencente a esta mesma categoria demonstrou comportamento extremamente distinto.



Quadro 11: Croquis de entrevistados do Perfil 07
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.



Figura 20 – Perfil 07: Mapeamento da mancha de usos de não condôminos
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Este perfil (figura 20) se caracteriza por 24 usuários não condôminos de 25 à 40 anos que trafegam entre 2 e 3 km para o acesso ao local. Pela mancha de uso final se percebe que este público externo ao condômino possivelmente participa da vizinhança do entorno à diferença do perfil anterior, na medida em que se utiliza de um trajeto composto por maior número de vias locais. Além disso, se utiliza do mercado e praça local, o que pode indicar maior familiaridade deste usuário com este contexto.

Enquanto no perfil anterior o mapeamento tem característica axial, este, ao contrário, possui uma composição mais concentrada no entorno imediato ao condomínio. No entanto existe uma contradição entre esta composição (que mostra o uso da praça) e o gráfico 11, já que nele aproximadamente 83% dos não condôminos apontam o parque como preferência enquanto este mapeamento

específico, por seu número de representantes, corresponde a aproximadamente 57% dos entrevistados desta categoria.

Este grupo revela conhecer um pouco sobre a história da praça comentando sobre como ela mudou muito desde o seu início, sendo ampliada e agregada com alguns usos, o que pode explicar a maior proximidade uso do grupo com a praça, ainda que apontem preferir o parque.

A síntese destes dois distintos perfis da mesma categoria mostra algumas semelhanças e disparidades entre eles:

- a) a panificadora é ponto comum de uso;
- b) o uso do espaço vinculado ao lazer é valorizado por ambos perfis. No entanto, enquanto o primeiro perfil utiliza mais o parque, o segundo utiliza mais a praça como espaço de lazer;
- c) a abrangência e composição das manchas de uso são distintas, subdividindo esta categoria em: os que vivem mais próximo e participam mais ativamente das dinâmicas locais e os que “visitam” esta localidade para usufruir de determinada atividade;
- d) em ambos a mancha de trajetória ressalta-se em relação a quantidade de pontos de permanência, o que pode indicar certa carência de atividades oferecidas neste contexto.

Outros três diferentes perfis são compostos a partir da percepção de condôminos. Pode-se adiantar que todos se utilizam mais o meio pedestre de circulação, mas possuem padrões de comportamento totalmente distintos.

O primeiro perfil desta categoria (figura 21) resulta da percepção dos condôminos entre 40 e 55 anos (16 pessoas). Curioso avaliar como este grupo tem o mesmo padrão de uso do primeiro perfil dos não condôminos ainda que haja diferença entre as faixas etárias. O uso do entorno imediato se resume à panificadora, sendo o parque e o centro comercial anexo a ele os outros pontos de uso.

A espacialização de uso destes usuários ocorre, neste sentido, de forma mais linear. A argumentação dos usuários sobre a preferência de uso do parque em relação à praça local, é que nesta existem diversos usuários de droga e problemas

com a iluminação pública, o que alimentaria uma sensação de medo e inibiria a frequência deles na praça.

Por outro lado, para eles (a partir de relatos registrados na questão 12) o parque tem um fluxo acentuado, usos diversos e o centro comercial que motiva o uso deste local.



Quadro 12: Croquis de entrevistados do Perfil 08
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.



Figura 21 – Perfil 08: Mapeamento da mancha de usos de condôminos
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

O segundo perfil dos moradores é composto por perspectivas de entrevistados de 20 à 30 anos. Ao contrário do primeiro, este expressa ter maior preferência pelo uso da praça em relação ao parque, explicando em suas falas que nesta praça existem mais reuniões de vizinhança, público mais conhecido, e que o parque é impessoal.

A espacialização da mancha e a justificativa deste perfil entra em consonância com o gráfico 08 que demonstra que tanto condôminos como não moradores percebem o uso da praça pela população da vizinhança local.

A preferência pela praça também se relaciona ao fato de que a maioria deste público menciona ter crianças de 0 a 10 anos, não percebendo no parque um local propício para o entretenimento de seus filhos pelo contexto de alto fluxo de veículos e pessoas desconhecidas. Ao mesmo tempo relatam que o uso da praça está atrelado ao passeio com seus animais de estimação, pois o parque se torna muito perigoso também dado ao fluxo de veículos da Avenida Arthur Bernardes.



Quadro 13: Croquis de entrevistados do Perfil 09
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.



Figura 22 – Perfil 09: Mapeamento da mancha de usos de condôminos
 Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Se verificados os gráficos percebe-se, entretanto, uma tensão entre as informações acerca da praça e a espacialização do uso. No gráfico 11, 60% dos condôminos relatam que percebem a praça como uma praça qualquer, comum, ou seja, que não oferece tantas diferenças em relação a outras praças. Sequencialmente no gráfico 12, 84,21% informa que tem preferência pelo parque em relação à praça. Estas diferenças podem expressar que apesar de utilizarem a praça não a utilizam por suas qualidades específicas, mas sim por não terem demais opções próximas para atividades (como passeio com crianças e animais de estimação) que buscam no espaço público.

O terceiro perfil da categoria é caracterizado por um público acima de 55 anos. Este grupo apresenta uma tendência maior de se integrar com o seu contexto, na medida em que não elege, por exemplo, entre o uso da praça ou do parque, mas demonstra utilizar os dois.

Neste sentido, a mancha de uso deste perfil se espacializa de forma mais espalhada. Percebe-se, ao mesmo tempo, que valorizam a variedade de comércios e serviços já que utilizam a panificadora, mercado e centro comercial.

Argumentam, em suas falas, frequentarem a praça mais para momentos de conversa entre vizinhos e contemplação, por ser um ambiente mais calmo, rodeado de vias de hierarquia local. O uso do parque, de acordo com os respondentes, está relacionado à presença do centro comercial.



Quadro 14: Croquis de entrevistados do Perfil 10
Fonte: entrevistas realizadas pelo autor.



Figura 23 – Perfil 10: Mapeamento da mancha de usos de condôminos
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Interessante também resgatar o comentário de vários entrevistados deste grupo sobre o nome da praça. Nela, a princípio, não existe nenhuma placa de identificação, mas alguns membros deste grupo dizem que ela se chama “praça do chico”, e conta a história de um senhor morador de rua que sempre cuidava da praça desde o seu início, mas que ninguém sabia o nome e o apelidaram de “chico”. Após alguns anos, segundo os entrevistados, este senhor não apareceu mais, mas todos já haviam adotado “praça do chico” como o nome deste local.

A diferença de percepção deste grupo em relação a praça em comparação com os outros grupos provavelmente se dê por se tratar de um perfil populacional mais velho e que, por isto, possivelmente vivencia este local a um tempo maior. Isto explicaria, por exemplo, a convivência entre vizinhos que este perfil busca ao frequentar a praça.

Reunindo as informações mapeadas junto aos gráficos construídos a partir das repostas dos entrevistados, as similaridades e diferenças desta categoria se sintetizam em:

- a) todos os grupos utilizam a panificadora, e dois deles utilizam mercado e outros estabelecimentos comerciais (como o centro comercial), demonstrando certa valorização deste grupo pela presença de comércio e serviços no entorno;
- b) o trajeto demarcado está diretamente relacionado com a posição do parque e da praça na malha urbana;
- c) valorizam (a partir dos gráficos) a qualidade da arborização, iluminação e mobiliário urbano, e demonstram insatisfação com a qualidade da pavimentação, o que (como anteriormente argumentado) pode ser reflexo da situação da conservação do calçamento, já que a categoria como um todo indica trafegar por meio pedestre;
- d) existem diferenças de uso nas diferentes faixas etárias, podendo este fator ser forte indicador sobre como o usuário se apropria ou não do espaço.

6.2.2 Síntese Avaliativa Condomínio Residencial Vila Isabel

Tendo construído o estudo individualizado dos diferentes perfis de cada categoria, se realiza (assim como para o caso do condomínio Ouro Fino) a síntese

avaliativa do condomínio Residencial Vila Izabel a partir do agrupamento dos mapas de condôminos e não condôminos.

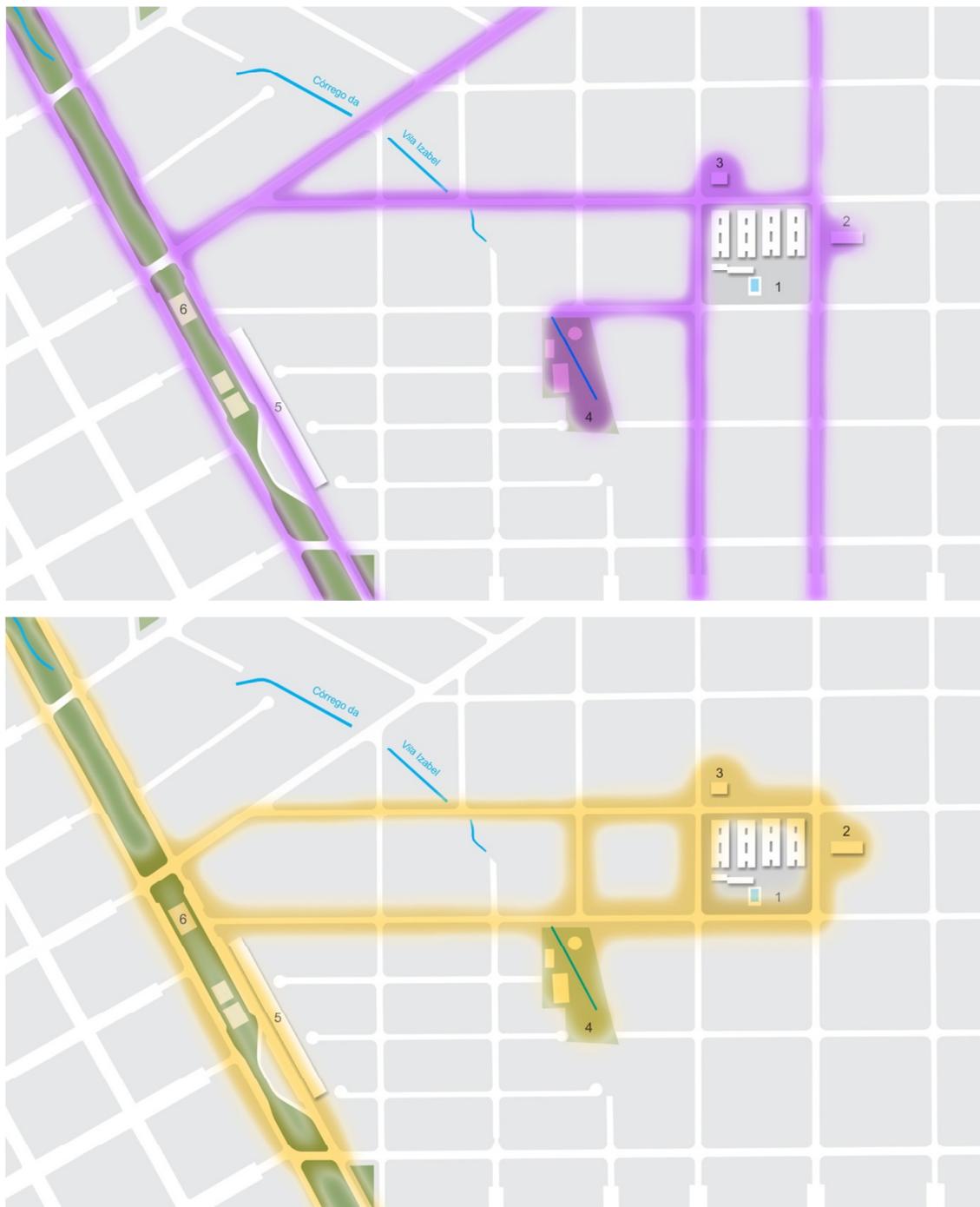


Figura 24 – Síntese mancha não condôminos (acima-roxo) e condôminos (abaixo-amarelo)
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Observando o resultado pareado dos mapas se nota que os locais utilizados pelas duas categorias praticamente se repetem. Há uma diferença clara dos trajetos demarcados para o acesso às atividades existentes na localidade: os não moradores esboçam maior deslocamento devido a distância do ponto de origem.

Assim como no primeiro caso (condomínio Ouro Fino) nenhum dos condôminos assinalam o próprio condomínio como local de permanência, ainda que ele disponha de espaços abertos para o uso comum dos moradores.

A manifestação de lugar e território neste contexto apresenta maiores tensões em relação ao primeiro caso estudado. A expressão obtida pelas falas dos entrevistados sobre o uso da praça local, somado ao modo como ela é percebida, são questões que contribuem para esta constatação.

Por um lado existem manifestações de apropriação do espaço pelos vizinhos em geral, como se pôde notar a partir das figuras 17 e 18 que expressam certo grau de afeição entre usuário e meio, característica própria do lugar como bem exposto por Castello (2007) e Duarte (2002).

Contudo, junto a isto existem as considerações dos entrevistados que percebem esta praça como uma “praça qualquer”, ou seja, não demonstram pertencimento a ela como seria previsto, já que expressam zelo por este espaço representado pelas figuras já expostas.

Em um mesmo sentido, elegem o parque como preferência se comparado com a praça, o que confunde a avaliação sobre como se apropriam ou não do espaço. Alguns condôminos, ainda, relatam que a praça apresenta periculosidade por grupos de usuários de drogas utilizarem este local. Outros, em via distinta, depõem a favor do uso da praça por sua tranquilidade e ar de familiaridade que possui. Existe uma divisão não muito precisa entre opiniões e modos de uso, pois o mapeamento síntese destas relações de uso e as declarações dos usuários ora corroboram o que é exposto nos gráficos e ora contradizem. Estas constatações refletem diretamente na imprecisão de avaliação sobre as lugaridades e/ou territorialidades deste contexto.

Buscando sistematizar as informações da pesquisa, são classificadas as reflexões acerca dos fenômenos dentro dos eixos pré-estabelecidos, assim como realizado no caso anterior:

- a) quanto ao **uso**: a praça local não é caracterizada por usos plurais, contendo apenas uma área de estar, um mobiliário de entretenimento infantil, uma quadra esportiva e alguns mobiliários de alongamento. Em contrapartida, o parque Arthur Bernardes além de ter diversas quadras, praças de descanso, áreas de alongamento distribuídas na sua extensão, possui um centro comercial anexo expressando maior pluralidade de usos, o que pode contribuir com a preferência da população em utilizá-lo como ilustra o gráfico 12.

As relações sociais, neste sentido, são mais favorecidas no parque se comparado com a condição da praça. Contudo, a apropriação em termos de identidade, significação com o local não ocorre no parque. Isto pode ser concluído a partir das respostas relativas aos principais motivos expostos pelos usuários que os fazem utilizá-lo: por ser local de grande fluxo e transmitir segurança.

Neste sentido as relações construídas no parque expressam a busca de coesão social entre grupos específicos (na medida em que todos buscam segurança) que, mesmo advindos de origens distintas (vizinhança local, público externo e condôminos), partilham de uma busca (ou perfil econômico, social, cultural) homogênea no espaço público, traço este próprio de um processo de territorialização (DUARTE, 2002; HAESBAERT, 2011; FIRMINO, 2011).

Esta homogeneidade pode ser observada, inclusive, no gráfico 07 onde se nota um equilíbrio das preferências de condôminos e não condôminos pelas atividades de lazer e comércio.

A praça, por outro lado, ainda que não reúna atrativos como o parque é ora um local de manifestações de apropriação coletiva, e ora um local em que guetos (como os jovens que utilizam drogas) exercem maior poder coercitivo no seu uso, expressando traços de uma territorialidade efêmera, como refletido por Soja (1971) e Haesbaert (2011). O gráfico 08 também pode representar esta tensão entre os fenômenos, já que revela que tanto condôminos como não condôminos vê a praça como local utilizado apenas pela vizinhança, ou seja, não inclui pessoas externas a este contexto;

- b) quanto aos **estímulos**: de acordo com os gráficos gerados considerando os componentes do espaço urbano listados no questionário, apenas a arborização recebe alta valorização de ambas categorias. Pavimentação, iluminação e mobiliário foram itens que obtiveram distintas valorações das diferentes categorias, podendo ser reflexo dos modais de transporte utilizados e dos locais utilizados. Esta mesma diferença está nítida nos estímulos para o uso dos modais de transporte: enquanto condôminos valorizam contato com a natureza e saúde (ao declararem que circulam a pé), os não moradores dão maior atenção à rapidez e conforto (associados ao uso do automóvel particular), revelando que as diferenças culturais influenciam sobre o modo de uso e percepção do usuário pelo espaço e, logo, na composição dos fenômenos estudados. A panificadora é o único dos pontos comerciais que foi demarcado no mapeamento de todos os perfis das duas categorias. Seu tempo de existência é de 8 anos, o que pode resultar em uma relação de tradição cultivada pelos clientes. Importante notar que o fluxo e segurança ressaltados como maiores motivadores de uso do parque são estímulos comuns entre as duas categorias entrevistadas. Neste sentido, as características ou usos do espaço não bastam para atrair a população de alta renda. Existem condições sociais expressas na fala deste público como essenciais para que eles frequentem e/ou usem determinado espaço, demonstrando novamente traços de territorialidade na medida em que não toleram situações distintas àquelas que entendem como ideal, e isto se mostra no desuso da praça, por exemplo, por motivos de conflitos sociais;
- c) quanto a **abrangência**: ainda que os modais de transporte influenciem no traçado, existe um padrão sobre quais espaços são utilizados entre o público entrevistado. A abrangência dos usos da população entrevistada do entorno do condomínio Residencial Vila Isabel, neste sentido, não é distinta. O

que difere são os estímulos que levam a cada categoria utilizar mais ou menos determinada localidade.

Ao realizar este panorama sobre o caso é possível averiguar que novamente o uso exerce papel importante na definição sobre como e se a população utiliza determinados espaços públicos da cidade. Contudo, este padrão populacional (alta renda) parece dar grande importância à estímulos como segurança e fluxo, tendendo a frequentar locais em que existe uma padronização de público, característica direta de processos de territorialização (DUARTE, 2002; FIRMINO, 2011; HAESBAERT, 2011).

Ainda assim existem algumas particularidades de apropriações naturais do espaço representadas, neste caso, pelo modo como alguns membros da vizinhança geral e mesmo do condomínio expressam o cuidado com a praça local, construindo rastros de lugaridade (FIRMINO, 2011). Este contexto parece ser palco de tensões entre territórios criados por diferentes grupos: os usuários de drogas e a vizinhança geral que busca imprimir no próprio espaço seus significados, espaço este já carregado de símbolos do outro grupo.

O padrão social, ainda que não presente no relatório de pesquisa, demonstra ser fator valorizado pelos usuários que usam este contexto, e isto se observa pelos estímulos de uso do parque. Esta semelhança social de certo modo também é almejada pelos usuários do condomínio. Sendo assim, não só o condomínio e seu padrão passam a estender a territorialização no espaço urbano, mas, antes, a própria classe (alta) contribui para esta construção.

Neste sentido, movimentos de territorialização são realizados por diferentes grupos que, mesmo participando da mesma vizinhança, buscam legitimar este espaço como um local de suas referências específicas e não compartilhadas, na medida em que tentam se utilizar de significação, pertencimento e zelo (traços de lugar) com a praça como mecanismo para esta territorialização, demonstrando hibridizações entre os dois fenômenos.

6.3 SÍNTESE ANALÍTICA E COMPARATIVA DOS CONDOMÍNIOS ESTUDADOS

Considerando os casos avaliados, o condomínio Ouro Fino denota maior apropriação dos usuários em relação ao Residencial Vila Isabel. Certamente esta diferença se dá, também, pela diversidade e especialização em termos de uso (MASSEY, 2005; CASTELLO, 2007) que o contexto do primeiro objeto expressa: o traçado diferenciado da praça Menonitas, suas possibilidades de usos e as relações de facilidades que envolvem este local são diferenciais que potencializam sua atratividade, mesmo para moradores externos ao contexto onde estas atividades ocorrem.

Existem, ainda, outras razões que diferenciam o comportamento dos fenômenos entre os dois contextos. Mas antes de finalmente elucidá-las, é válido refletir como os diferentes itens pesquisados auxiliam na compreensão desta espacialização, visando identificar fatores que, no geral, se assemelham ou não, para então pontuar as especificidades de cada caso.

Neste sentido, os resultados obtidos a partir das expressões percentuais dos gráficos gerados são resgatados, mas considerando agora o comportamento dos dados no universo total de usuários pesquisados em cada estudo – não compartimentando as porcentagens, portanto, entre condôminos e não condôminos.

Seguindo a mesma lógica organizacional de análise, os gráficos referentes às questões de **uso** são os primeiros retomados:

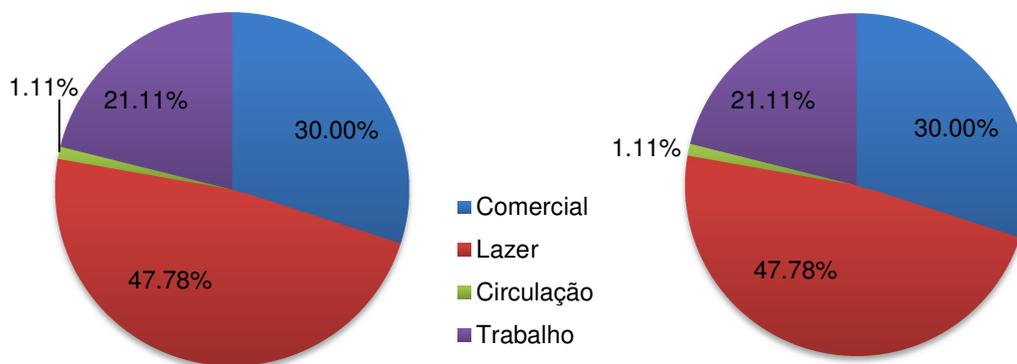


Gráfico 14 – Resultados comparados quanto ao tipo de uso predominante nos casos estudados
 Esquerda: contexto condomínio Ouro Fino; Direita: contexto Residencial Vila Isabel
 Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa.

Estes gráficos pareados demonstram resultados precisamente iguais quanto às opiniões de todos os entrevistados acerca dos usos que estimulam a permanência e/ou tráfego. Esta igualdade, ao mesmo tempo que curiosa, é reveladora: independente do perfil socioeconômico e das condições físicas do espaço, o lazer e o uso comercial definem o arranjo mais valorizado pela população em geral como motivação ao uso do espaço.

Ora, isto explica em certa medida o maior nível de apropriação da população do entorno do condomínio Ouro Fino, pois, considerando estes usos valorizados, este contexto compõe cenário propício a um movimento de apropriação mais acentuado do espaço, enquanto o contexto do Residencial Vila Isabel que ainda que contenha estas tipologias de uso não as apresenta em diversidade (já que apenas panificadora e mercado representam o comércio, e a praça – ainda que promova lazer – não possui multiplicidade de atrativos).

Assim, a praça Menonitas congrega usos, traçado e relações tão múltiplas que acabam por atrair inclusive um público externo, enquanto a praça local do contexto de Vila Isabel resume o seu público na vizinhança local.



Gráfico 15 – Resultados comparados quanto ao tipo público que utiliza a praça local
 Esquerda: contexto condomínio Ouro Fino; Direita: contexto Residencial Vila Isabel
 Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa.

Logo, o uso representa papel determinante para a expressão de lugaridades e territorialidades como propõe Castello (2007) em sua obra. O gráfico 15 é bastante elucidativo quanto à homogeneidade de público que o contexto de Vila Isabel acaba congregando dado a sua menor pluralidade de possibilidades. Claro, certamente o

público que a praça Menonitas e suas relações são capazes de atrair deve pertencer ao mesmo perfil socioeconômico, caracterizando, neste sentido, também um espaço apropriado por um público homogêneo. Mas neste caso a homogeneidade é provocada muito mais pela identificação que os usuários externos sentem por este espaço, do que pela carência de possibilidade de apropriações – como é o caso do outro estudo.

Alguns componentes do espaço urbano, apesar de representarem certa parcela indicadora sobre os motivos de apropriação do espaço pelos usuários, assumem posição mais tímida na definição de lugaridades e territorialidades.

Argumenta-se isto, pois mesmo verificando diferenças nas manifestações espaciais entre os dois estudos analisados, não se percebe mudança drástica na opinião sobre estes componentes. Isto conduz ao entendimento de que a qualidade ou quantidade destes elementos em determinado contexto não incide tão fortemente sobre a apropriação da população quanto os usos ofertados neste local.

A reunião dos gráficos referentes a arborização e pavimentação relacionam as porcentagens indicadoras da qualidade atribuída pelos usuários e auxiliam na compreensão dos apontamentos anteriores.

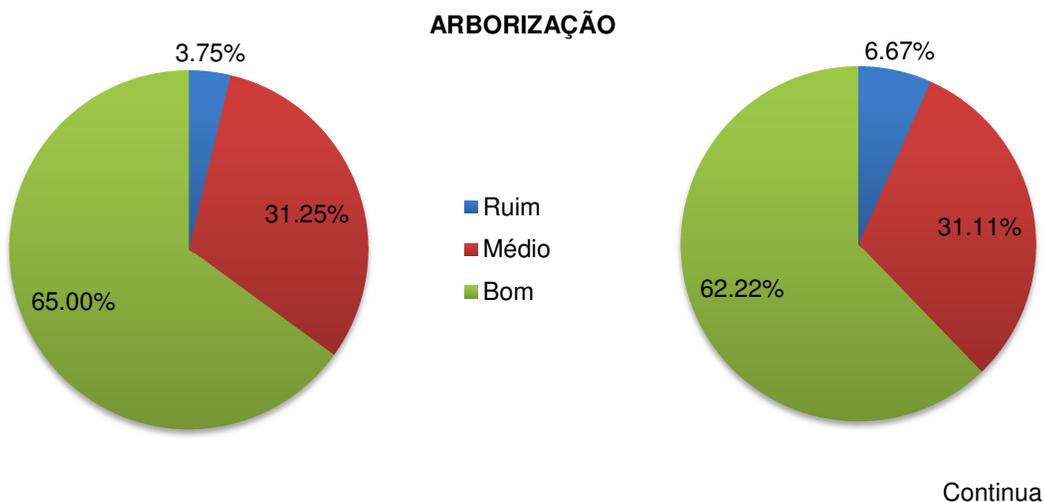
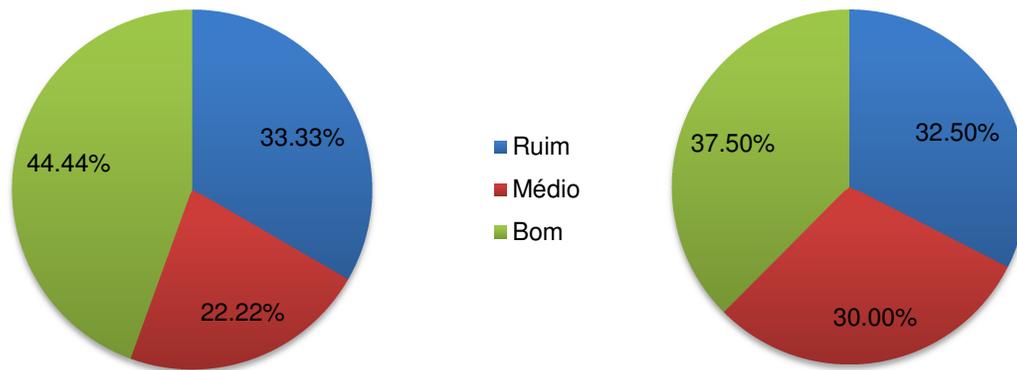


Gráfico 16 – Resultados comparados quanto à qualidade de componentes do espaço urbano
 Esquerda: contexto condomínio Ouro Fino; Direita: contexto Residencial Vila Isabel
 Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa.

PAVIMENTAÇÃO



Conclusão.

Por outro lado, outros componentes parecem estabelecer maiores relações entre o maior ou menor índice de interação entre público e espaço e, portanto, na composição de lugares e/ou territórios. Os dois itens que representam maiores diferenças percentuais neste sentido são iluminação e mobiliário urbano.

Pode-se arriscar entender estes fatores relacionados a outros. A qualidade da iluminação, em sentido amplo, pode influenciar na sensação de segurança na medida em que o espaço urbano noturno com baixo índice de iluminação pode causar certo temor (ALMADA, 2006) e, logo, resistência ao uso.

Se avaliados os dois contextos estudados junto a este item se verifica que o entorno do condomínio Ouro Fino, que expressou maior grau de interação entre usuários e espaço urbano, demonstra satisfação dos usuários quanto a iluminação, ocorrendo o oposto com o Residencial Vila Isabel em que as relações socioespaciais se mostraram menos intensas.

Quanto ao mobiliário, esta mesma intensidade de uso e interação poderia explicar a baixa qualidade atribuída no contexto do condomínio Ouro Fino, partindo-se do pressuposto que o uso levaria a população a perceber maior necessidade de manutenção.

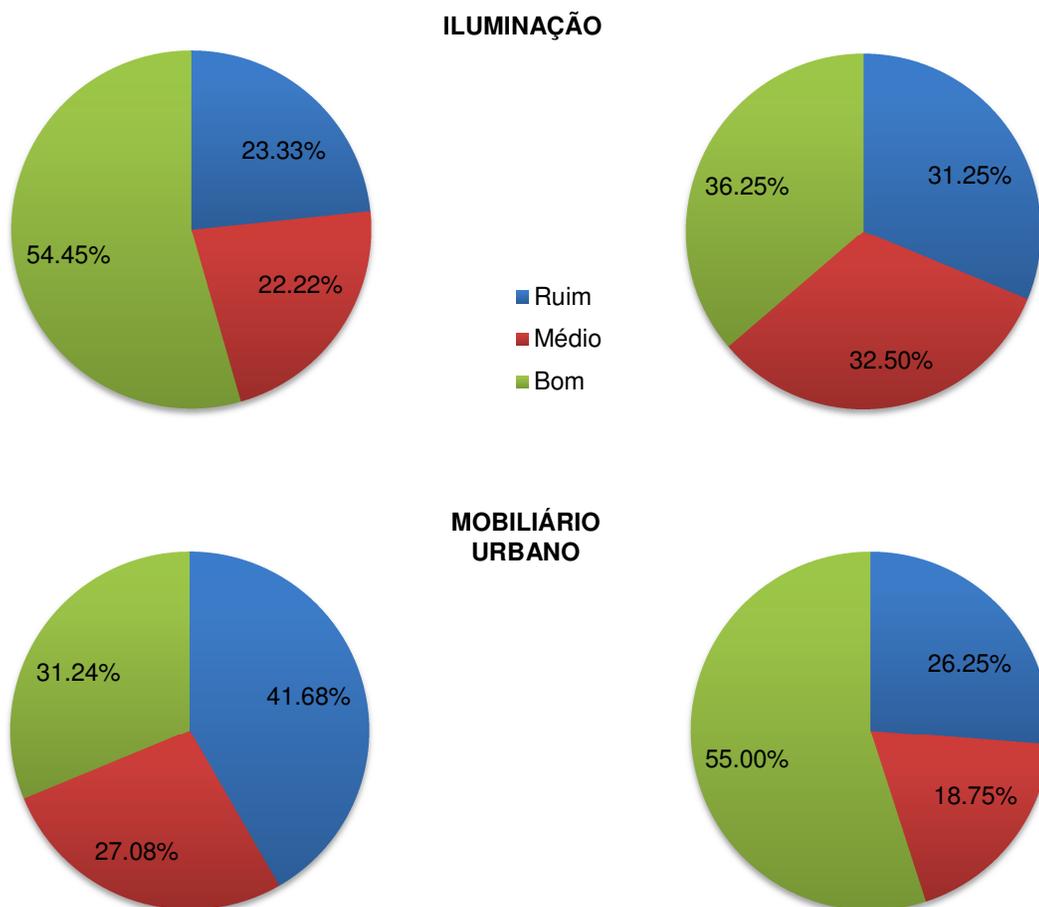


Gráfico 17 – Resultados comparados quanto à qualidade de componentes do espaço urbano
 Esquerda: contexto condomínio Ouro Fino; Direita: contexto Residencial Vila Isabel
 Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa.

Ainda, os estímulos relacionados com o modal de transporte utilizado para o acesso ao local demonstram valores culturais incorporados nos diferentes extratos sociais. Um exemplo disto é o item conforto. No gráfico dos respondentes do bairro Boqueirão (baixa renda) este item é praticamente absorvido pelos demais, enquanto que para os que convivem no bairro Vila Isabel (alta renda) o mesmo item já apresenta certa expressão percentual, relacionando com a porcentagem de usuários que utilizam do automóvel como meio de transporte.

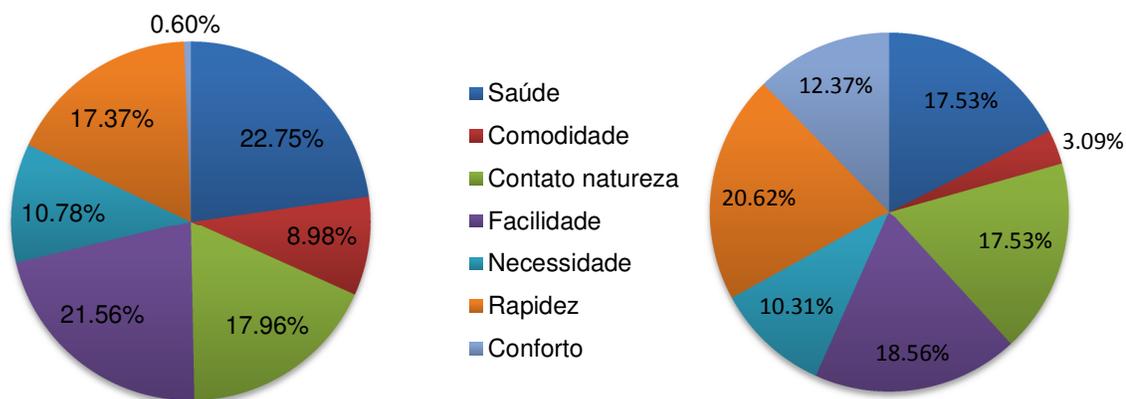


Gráfico 18 – Resultados comparados quanto aos estímulos relacionados ao modal de transporte
Esquerda: contexto condomínio Ouro Fino; Direita: contexto Residencial Vila Isabel
Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa.

O último gráfico passível de comparação decalca a constatação de que, realmente, quando avaliado como os entrevistados entendem sua relação com o espaço público do entorno dos condomínios, se nota maior valorização que os respondentes do Boqueirão conferem à praça local em relação aos entrevistados do Vila Isabel.

Note-se ainda que este gráfico transparece a ampla apropriação da praça Menonitas por seu público, já que 100% da população a entende como local identitário (para amigos/família) ou como especial por suas riquezas específicas:

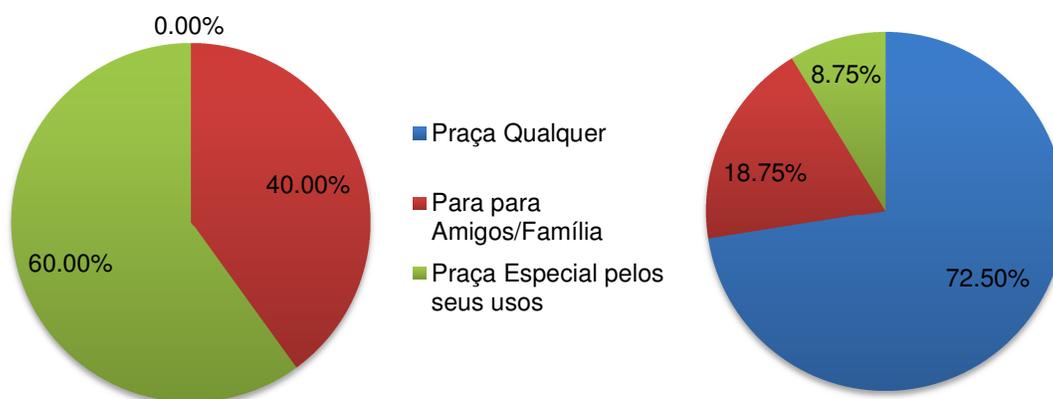


Gráfico 19 – Resultados comparados quanto a percepção das praças locais
Esquerda: contexto condomínio Ouro Fino; Direita: contexto Residencial Vila Isabel
Fonte: elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa.

A reunião dos gráficos permite a composição de um substrato quantitativo para a discussão dos fenômenos estudados. É necessário ressaltar que, contudo, por excelência este estudo participa de um campo fenomenológico, o qual depende de relações experienciais entre homem e espaço (CASTELLO, 2007; PAULA, 2011) e, logo, mais próximo de um estudo qualitativo.

Se não é possível, neste sentido, aferir “porcentagens” representativas de lugar ou território, é possível, por outro lado, perceber como as variáveis em termos espaciais e perceptivos se comportam e contribuem na identificação de vestígios de lugarização e/ou territorialização do espaço urbano.

Uma variável não prevista no método demonstra ser importante indicador sobre o processo de apropriação espacial: a faixa etária da população. Como os mapeamentos ilustram, existe uma tendência dos usuários apresentarem comportamentos alinhados entre si de acordo com sua idade, a qual determina distintas perspectivas sobre a percepção do ambiente urbano e, logo, sobre como este será utilizado.

A análise manifesta o que no aporte teórico se previa: sobre a possibilidade de convivências, tensões, sombreamentos, entre lugares e territórios no espaço urbano. O artefato condomínio horizontal continua com barreiras físicas e virtuais (representadas por câmeras e regulações) no seu funcionamento mantendo-se, portanto, em “postura” territorial.

Pôde-se notar que no caso do contexto de baixa renda (do bairro boqueirão), que a barreira física do condomínio horizontal tende a perder sua força reguladora de relações devido a intensa interação dos condôminos com o entorno, com os usuários da vizinhança e de outras localidades que ali participam. Enquanto isso, no contexto do condomínio de alta renda, do bairro Vila Isabel, o uso comum do espaço urbano entre condôminos, vizinhança e público externo se dá de forma mais comedida especialmente na praça local.

Por um lado isto se explica pela presença do Parque Arthur Bernardes próximo a praça, deslocando o seu público em potencial para o parque por este reunir maiores atrativos.

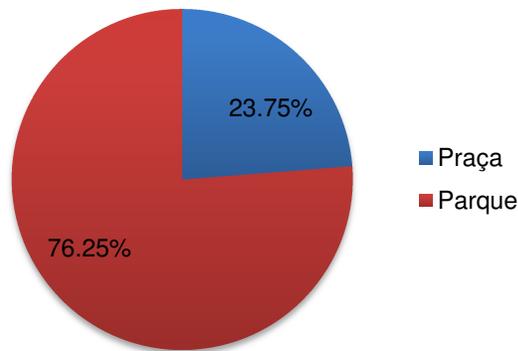


Gráfico 20 – Preferência entre parque e praça do público entrevistado no bairro Vila Isabel
Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo.

Porém, existem outros fatores que direcionam a este resultado já expostos na análise deste contexto: a presença de usuários de drogas na praça gerando medo à significativa fração populacional; o maior fluxo do parque e sua segurança.

Desta forma se constata: se o entorno é caracterizado por equipamentos de lazer e serviços que mantém o mesmo nível socioeconômico do condomínio e da vizinhança geral, os condôminos utilizarão este espaço, caso contrário procuram outros locais que atendam a esta equação.

Em sentido amplo, quando os padrões socioeconômicos se assemelham dentro e fora do condomínio a utilização do entorno parece ser mais acentuada mesmo pelos condôminos. Aqui encontramos aquele sentido de coesão que Soja (1971), Gaspar (2004) e Haesbaert (2011) levantam como aspecto próprio de processos de territorialização, e aí reside parte da tensão entre os conceitos nos espaços estudados.

Ainda que a praça Menonitas promova experiências de público diverso (condômino, vizinhança e público externo), existe certa afinidade de perfil econômico entre estes usuários. Ao mesmo tempo o módulo policial (como elemento de domínio) exerce influência na apropriação “natural” pela sensação de segurança que transmite, encontrando-se aí um ponto de inflexão do processo de lugarização que, a princípio, demonstrava se construir no contexto do condomínio Ouro Fino.

De um mesmo modo, o contexto do caso do bairro Vila Isabel é palco de disputas entre grupos no uso da praça (usuários de drogas e vizinhança) de acordo com os relatos. Por outro lado, é um local onde existem resquícios de apropriação natural simbolizada pelo cuidado percebido pela presença de placas que estimulam

o zelo, e por plantações de espécies vegetais expressando o sentido de pertença que usuários alimentam com este local.

Reunindo os dois casos se poderia relacionar que o mesmo medo que Junior (2005) e Delicato (2007) argumentam estimular a busca pela proteção nos condomínios, é aquele que inibe algumas relações no caso do Residencial Vila Isabel. Este mesmo medo é desconstruído no contexto do condomínio Ouro Fino em função da presença do módulo policial, resultando nas hibridizações e tensões entre lugar e território aqui já expostas.

Outro fator importante a considerar é que, de fato, se verifica como a incorporação dos valores capitais pela população refletem no uso da cidade como mesmo já era defendido por alguns autores no aporte teórico (HARVEY, 1990; ALVES, 2006, 2010; GONDIM, 2010; KOULIOUMBA, 2010; KERN, 2012). Isto é perceptível quando entre os usos buscados pela população no espaço público o comércio reúne considerável porcentagem. Ao mesmo tempo, note-se que existem espaços onde a troca capital se articula e ao mesmo tempo se motiva o grau de apropriação pelas relações pessoais que ali se edificam, como é o caso da panificadora que, em ambos contextos, por sua trajetória histórica tece um sentido de familiaridade e, logo, de apropriação pela população.

Importante salientar que as manchas de usos e apropriações dos usuários construídos por croquis elaborados por eles apenas representa, mas não define exatamente, o alcance das lugaridades e territorialidades urbanas dos contextos estudados, pois, como ressaltado em momento teórico, tal tarefa se inviabiliza na medida em que os limites de lugares e territórios não são passíveis de definição exata na materialidade pela intangibilidade própria dos fenômenos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As matrizes espaciais determinam um campo de estudo amplo e de difícil aferição. Se por um lado espaço lugar e território possuem uma construção teórica sólida, por outro as suas manifestações na materialidade participam de uma intangibilidade que exige do observador um olhar científico extremamente atento e preparado para enxergar empiricamente suas rugosidades.

O estímulo desta busca por lugares e territórios se encontra na característica ímpar dos conceitos: ainda que muito bem entendidos seus contornos, estes são tão sutis que estabelecem uma relação altamente negociável entre eles, tanto no âmbito teórico como na realidade vivida, provocando a questão: afinal, existe um limite entre lugar e território?

Aliás, não se sabe ao certo se esta resposta é possível em termos generalistas, pois a sobreposição das características destes fenômenos é tão nebulosa que seriam necessários estudos nas mais diversas possibilidades desta relação para o entendimento de seu comportamento “pleno”.

A compreensão do espaço – como conceito fundador destes dois fenômenos – se mostrou condição estrutural na pesquisa corroborando o que já se antevia no início sobre a necessidade de sua inserção na discussão. Os mapeamentos elaborados pelos entrevistados nos dois casos são evidências sobre como a estrutura teórica construída entre as obras de Milton Santos baliza a verificação da manifestação de lugaridades e territorialidades no espaço urbano, por revelarem interações constantes entre fixos (representados pelo condomínio, áreas de lazer, pontos comerciais e de serviços) e fluxos (expressos nos trajetos demarcados e modais utilizados).

As cristalizações de diferentes tempos que edificam o hoje conhecido, trazendo referências da história também expressam, de certo modo, influências no comportamento dos fenômenos nos contextos estudados. As relações de uso da panificadora local no contexto do condomínio Ouro Fino, por exemplo, se dão claramente pela familiaridade concebida ao longo do tempo com o usuário.

Em um mesmo sentido, os apontamentos teóricos que consideram a especialização dos locais como condição para as diferentes formas de manifestações de apropriação do espaço (HARVEY, 1990; DUARTE, 2002;

SANTOS, 2008; MASSEY, 2005) – em que os mais especializados ganham destaque neste sentido –, é outro fator verificado empiricamente.

O estudo final alcança a resposta do problema inicial da pesquisa sobre como se manifestariam os processos de lugaridades e territorialidades urbanas e suas sobreposições, encontrando os seus possíveis traços no espaço urbano a partir dos mapeamentos, bem como elementos que explicam a composição dos fenômenos e a tensão entre eles.

O método construído, igualmente, se mostra eficaz na identificação sobre como se manifestam tais processos, sendo a variável uso preponderante neste movimento contínuo. Ao ser aplicado em diferentes objetos demonstrou eficácia em observar comportamentos distintos entre os contextos e permitiu uma análise que revelou, de fato, como diferentes extratos sociais (ou ao menos, diferentes grupos sociais de regiões distintas da cidade) se comportam em processos de apropriação do espaço e configuração dos fenômenos estudados, de acordo com suas referências, costumes e coesão social.

Contudo, o método ao mesmo tempo deixa lacunas explicativas quanto ao “porquê” de algumas constatações dispostas, locando estas em um campo impreciso de probabilidades. Mas, ora, não haveria que se considerar que tais imprecisões e nebulosidades são próprias dos fenômenos aqui estudados? Assim, pode-se admitir que a metodologia seguiu afinada com o próprio fenômeno que avaliou, não arriscando-se em apontamentos assertivos e polarizadores entre admitir um local como “mais” lugar ou território, mas, ao contrário, propondo-se em manter um campo relacional (próprio) de tensões entre os fenômenos.

O limite temporal da pesquisa não permitiu o seu avanço sobre a aferição empírica em outros contextos, os quais poderiam permitir comparações entre condomínios de mesmo extrato social revelando possíveis diferenças de manifestação dos fenômenos, o que enriqueceria a discussão em termos de como, por exemplo, um mesmo perfil social pode espacializar sua apropriação do espaço de formas distintas (ou contrárias) de acordo com o contexto que se insere, e assim definir outros contornos de lugares e territórios urbanos.

É válido lembrar também sobre como as especificidades dos objetos estudados influenciaram na construção metodológica, pois sua eficácia só se verificou dado ao domínio claro sobre as variáveis que deveriam participar da análise, as quais têm também referência direta com o conteúdo teórico. Alguns itens

não presentes no corpo inicial da pesquisa contribuíram substancialmente para a análise dos dados, como a faixa etária e os relatos aleatórios dos entrevistados. Isto confirma a necessidade da observação do objeto antes da aplicação de pesquisas junto a usuários, pois a faixa etária, por exemplo, foi um elemento que se inseriu no levantamento após a observação indireta que revelou como a diversidade etária poderia influenciar na apropriação do espaço e, logo, nos resultados da pesquisa.

O universo que a pesquisa se debruçou é local, sendo esta uma das limitações do trabalho, na medida em que se atém em contexto demarcado de análise de relações do fenômeno. Contudo, o sombreamento entre lugar e território pode ainda ser estudado nas mais diversas escalas e tipologias espaciais, pois cada contexto e escala de análise trará especificidades que não permitirão a generalização sobre o comportamento desta imbricação entre as manifestações.

Neste sentido, é necessária a imersão nas teorias em si como também no objeto sobre o qual elas serão relacionadas, o que explica o direcionamento teórico tido sobre os condomínios horizontais neste caso, pois o entendimento relativo ao objeto também direcionou a linha condutora metodológica da análise. Isto não seria possível sem a apreensão de sua composição conceitual, onde se apresentaram os elementos que poderiam ser “cruzados” com a ideia de lugaridades e territorialidades.

O estudo contribui para o entendimento sobre as relações socioespaciais na cidade contemporânea, e, com isto, retroalimenta novas questões a serem discutidas acerca das matrizes espaciais. O curioso sobre a temática reside justamente nesta sua “impossibilidade” de verificação total. A avaliação sobre lugares e territórios caminha justamente em uma trilha contrária a esta situação, e é exatamente nesta diferença que se encontra a riqueza do estudo destes fenômenos na materialidade que, por não se determinarem especificamente, adquirem uma vazão constante de possibilidades de novas buscas a partir de outros objetos, escalas e realidades.

Além disso, o estudo de lugares e territórios urbanos está diretamente vinculado com a relação entre espaços públicos e privados, e acredita-se que a tensão existente entre os conceitos, exposta no presente estudo, advém, anteriormente, de redefinições de relações pelas quais os espaços públicos e privados passam na cidade contemporânea, como bem direcionou Alves (2006;2010), Minton (2006) Koulioumba (2010), Kern (2010). Neste sentido, o estudo

direciona novos caminhos à pesquisas acerca dos fenômenos e suas relações com as mudanças socioespaciais no cenário urbano.

Por fim, apesar das tensões teóricas entre lugar e território observa-se que eles estão presentes a todo o momento em várias porções dos espaços aqui analisados, mantendo uma relação (contraditória) de acordos de convivência para um lado ou para outro, sendo as vezes difícil, ou impossível, distingui-los.

REFERÊNCIAS

ALMADA, M. Desenho urbano e segurança. **Revista Viver Cidades**, Rio de Janeiro, s.n., s.p., ul. 2006, Disponível em: <http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1082&sid=21>. Acesso em: 05 maio 2012.

ALVES, M. R. Público y Privado: cultura, consumo y la espacialidad de la ciudad contemporanea. **Polis** - Revista da FADU/UNL, v. 9, p. 42-53, 2006.

_____. Cidade(s): novas espacialidades e territorialidades. **Pós** v.17 n.28. São Paulo dez. 2010.

BARBOSA, D. B. L. **Do medo da violência à condominização das cidades brasileiras** - sobre as consequências sócio-espaciais da modificação da legislação federal do solo urbano, 2008, 268 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) UFMG, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-7LWNK3>> Acesso em 11 jan. 2012.

BOZZANO, H. **Territorios Reales, Territorios Pensados, Territorios Posibles**. Aporte para una Teoria Territorial del Ambiente. Buenos Aires: Espacio, 2004, p 243-253.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMINHA, D. M. Cultura como inovação e as atitudes de mudança, In: **Revista Urbe: Cultura Visual Urbana e Contemporaneidade**, Cartografias Urbanas, v.01, n. 04, 2011, disponível em: <http://www.revistaurbe.com.br/URBE1/files/urbe1_miolo_bx_pageflip.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CASTELLO, L. **A percepção de Lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPARG-UFRGS, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, M. de L. P. M. **Dispersão urbana: As questões e a busca de seus equacionamentos**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.es/revistas/read/resenhasonline/09.108/3833>> Acesso em 20 de abril de 2011.

CRUZ, S. S; PINHO, P. Closed Condominiums as Urban Fragments of the Contemporary City. **European Planning Studies**. Vol. 17, N. 11, Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09654310903230640#preview>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

DIAS, L. C. Técnica, território e poder na obra de Milton Santos. In: BRANDÃO, M. A. (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DELICATO, C. T. Condomínios Horizontais: A Ilusão de viver juntos e isolados ao mesmo tempo. **Urbana**. Ano 2, nº 2, 2007.

DUARTE, F. **Crise das matrizes espaciais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

EICHEMBERG, A. T; BARBIERI, M. J. . Espaço e cotidiano: fluxos, redes, frequências. 1 grão = 1 ticket. **Arquitextos**, São Paulo, 05.050, Vitruvius, jul 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.050/567>>. Acesso em 22 jan. 2012.

FERRARA, L. D. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FERRARA, L. D. **Leitura sem palavras**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios, 100).

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, pp. 65-83, jul/dez. 2000.

FIRMINO, R. Território e Materialidade: wikileaks e o controle do espaço informacional. **Contemporânea**, v.9, n. 2, 2011.

FIRMINO, R. **Construção social do desenvolvimento urbano**. Curitiba, 2011. Notas de aula da disciplina Cidades e Tecnologias, Professor Dr. Rodrigo José Firmino, Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, PUCPR

GASPAR, J. Técnica, território e poder. In: BRANDÃO, M. A. (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, P. C. da C. **A Condição Urbana**: Ensaio de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

GONDIM, L. M. de P. Espaço Público, requalificação urbana e consumo cultural: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno. **O público e o privado**. nº 17. Ceará, Jan/Jun. 2011.

GOOGLE MAPS. **Imagens aéreas dos bairros Boqueirão e Vila Isabel, e do entorno do Condomínio Ouro Fino e Condomínio Residencial Vila Isabel em Curitiba, Paraná**. 2012.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity**, New York: Blackwell, 1990.

INPESPAR. **Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial**, 2011.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados**. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm>. Acesso em: 31 maio 2012.

JACOBS, J. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

JUNIOR, H. R. de O. **Notas sobre a cidade, a modernidade e os condomínios fechados**. 2005, 109 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-6W8F7F/1/disserta__o_h_lio_oliveira.pdf> Acesso em: 10 jan. 2012.

KERN, L. Selling the 'scary city': gendering freedom, fear and condominium development in the neoliberal city. **Social & Cultural Geography**, Vol. 11, N. 3, Maio 2010, pp. 209 – 230. Disponível em: <http://www.scgrg.org/resources/journals/>. Acesso em 08 ago. 2012.

KOULIOUMBA, S. Public Spaces in Sao Paulo: Some Different Approaches. In: **14th IPHS Conference. Urban Transformation: controversies, contrasts and challenges**, Istambul-Turquia, 12-15 jul. 2010.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: EdUnicamp, 1996.

LEITE, J. A cidade como escrita: O aporte da comunicação na leitura do espaço urbano. **Arquitextos**, São Paulo, 06.067, Vitruvius, dez 2005 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.067/400>>. Acesso em 02 fev. 2012.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, v.1, n.1, 1999, p. 71-91

LISA. **Grande dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1971.

LOPES, A; MONTEIRO, C. M. G. Condomínios Residenciais no Brasil – Morfologia de transgressão social. In: XII Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Planejamento urbano e regional, n. 7, 2007, Belém. **Anais**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT6-1014-771-20070107202245.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2012.

LOPES, A; MONTEIRO, C. M. G; ROAZZI, A. **A facet approach to the study of sociability patterns in closed residential condominiums**. Disponível em: <http://ufpe.academia.edu/circemonteiro/papers/418368/a_facet_approach_to_the_stu>

dy_of_sociability_patterns_in_closed_residential_condominiums>. Acesso em: 18 fev. 2012.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Ltda. 2005.

MINTON, A. **The privatisation of public space**. Londres: Rics, 2006.

MOURA, C. P. **Urbanidade e estilos de vida: gated communities e Condomínios horizontais**. 2005.

Disponível em: < http://www.prp.ueg.br/06v1/conteudo/pesquisa/inic-cien/eventos/sic2005/arquivos/humanas/urbanidade_estilos.pdf> Acesso em: 14 jan. 2012.

MOREIRA, T. (2002) “Urbanização: ontem e hoje”. **Revista Sinopse**, v. 37, São Paulo, p. 32-54.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext> Acesso em 09 dez. 2011.

PAULA, F. de S. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, jul. 2011. São Paulo. 105-126

POLLI. **Curitiba, metrópole corporativa. Fronteiras da desigualdade**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) 2007. – Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, A. C. T. . Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 5, p. 105-117, 2007.

SACK, R. D. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge University Press: New York, 1986.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **Por uma nova geografia**. 4 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Pensando o espaço do homem**, 5 ed., São Paulo: Edusp, 2004.

SPOSITO, M. E. B. A cidade dentro da cidade. Uma *edge city* em São José do Rio Preto. **Scripta Nova**, Vol. 7, n. 146, ago. 2003.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington: American Association of Geographers, 1971.

SOUZA, C. F. de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, C. F. de; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). **Imagens Urbanas: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

_____. O espaço e a sensibilidade dos cidadãos. **ArqTexto**, 72-86, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

ULTRAMARI, C. Significados do Urbanismo. **Pós** , v.16 n.2 , São Paulo, jun. 2009, p.166-184.

ZANDONADI, J. C. A produção de loteamentos fechados e condomínios horizontais: diferenciação, legalidade e (i)legalidade no espaço urbano da cidade de Marília, SP. **Revista Faz Ciência**, v. 11, n. 13, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/65631_7415.PDF>. Acesso em: 01 nov. 2012.

YIN, Robert K. **Case Study Research**. Tradução de Patrícia Beckhauser. Londres: Sage Pub., 1994.

APÊNDICES

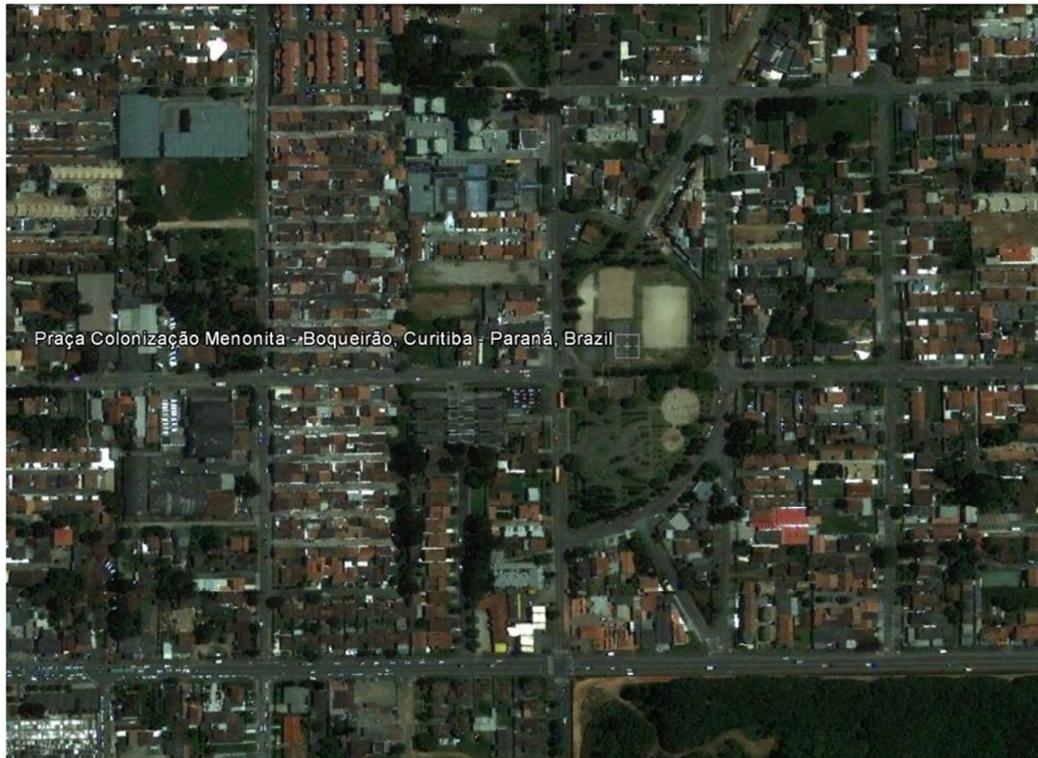
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NO CONTEXTO DO CONDOMÍNIO
OURO FINO

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

Você está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa de Mestrado: “Construindo lugares e territórios a partir de condomínios horizontais”, onde serão avaliados a estrutura atual do entorno do condomínio, locais de uso da população, condições e suas sensações.

Sob execução do arquiteto urbanista Andrei Mikhail Zaiatz Crestani e sob responsabilidade do Professor Dr. Rodrigo José Firmino, de caráter acadêmico para uso científico no mestrado no referido acadêmico.

Abaixo temos o mapeamento do contexto que estamos analisando.



Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos.

1) Você costuma permanecer e/ou ir com frequência em locais fora do condomínio? () Sim () Não

2) Quais são estes locais? (de acordo com o mapa)

- () A -panificadora
- () B - academia
- () C - mercado
- () D - escola

() E - praça

3) Existe algo nestes espaços que estimula você a utilizá-los?

4) Qual a distância que você costuma utilizar para fora da vizinhança (acima de 3 quadras)?

5) Como você costuma acessar estes locais?

() A pé

() Bicicleta, skate ou patins

() Carro

() Ônibus

6) Existe algo que estimula você a ir desta maneira até o local?

() conforto

() necessidade

() rapidez

() saúde

() contato com a natureza

() comodidade

() facilidade de acesso

7) Desenhe no mapa os locais em que você costuma permanecer/frequentar e os caminhos que você costuma utilizar.

*Ver mapa no trabalho

8) O que você diria sobre a qualidade dos seguintes itens:

Arborização

() ruim () médio () bom

Pavimentação

() ruim () médio () bom

Iluminação

() ruim () médio () bom

Mobiliário Urbano (bancos, telefones, aparelhos exercício, etc)

() ruim () médio () bom

A partir dos elementos mapeados POR CONTEXTO, foram definidos objetos de relação com o espaço aberto e o condomínio, em específico.

9) Você entende a praça Menonitas como:

- uma praça como outra qualquer
- um local que gosto de ir com família/amigos
- uma praça especial por suas ofertas variadas de atividades, e de agradável permanência

10) Você entende o módulo policial na praça como:

- bom para a proteção da população
- algo que intimida as pessoas
- algo que estimula a permanência na praça

11) Como você percebe o uso da praça:

- por pessoas da vizinhança em geral
- por pessoas diversas: do condomínio, vizinhança e “desconhecidas”/externas a vizinhança
- por pessoas do condomínio

APÊNDICE b – QUESTIONÁRIO APLICADO NO CONTEXTO DO CONDOMÍNIO
RESIDENCIAL VILA ISABEL

- D - escola
- E - praça
- F - bares

3) Existe algo nestes espaços que estimula você a utilizá-los?

R.:

4) Qual a distância que você costuma utilizar dia a dia para fora da vizinhança (acima de 5 quadras)?

R.:

5) Como você costuma acessar estes locais?

- A pé
- Bicicleta, skate ou patins
- Carro
- Ônibus

6) Existe algo que estimula você a ir desta maneira até o local?

- conforto
- necessidade
- rapidez
- saúde
- contato com a natureza
- comodidade
- facilidade de acesso

7) Desenhe no mapa os locais em que você costuma permanecer/frequentar e os caminhos que você costuma utilizar.

8) O que você diria sobre a qualidade dos seguintes itens:

Arborização

- ruim médio bom

Pavimentação

- ruim médio bom

Iluminação

- ruim médio bom

Mobiliário Urbano (bancos, telefones, aparelhos exercício, etc)

- ruim médio bom

9) Você entende a praça como:

- uma praça como outra qualquer

- um local que gosto de ir com família/amigos
- uma praça especial por suas ofertas variadas de atividades, e de agradável permanência

10) Como você percebe o uso da praça:

- por pessoas da vizinhança em geral
- por pessoas diversas: do condomínio, vizinhança e “desconhecidas”/externas a vizinhança
- por pessoas do condomínio

11) Você usa o parque da rua Arthur Bernardes para alguma atividade?

- Sim Não

12) Você tem preferência em usar a praça ou o parque da rua Arthur Bernardes?
Porque?

**ANEXO A – TABELA DE PREÇO MÉDIO DE TERRENO (R\$/m²) OFERTADOS
PARA VENDA EM CURITIBA**

PREÇO DE TERRENO/M² CURITIBA			
	2009	2010	2011*
Abranches	229.46	292.29	407.16
Àgua Verde	917.17	1,068.04	1,181.13
Ahú	755.75	923.85	1,175.53
Alto Boqueirão	280.79	431.82	482.05
Alto da Glória	1,121.62	1,288.24	1,508.81
Alto da XV	876.49	1,022.41	1,359.09
Atuba	278.14	295.25	584.67
Augusta	189.26	248,49- 7	294.00
Bacacheri	515.59	806.53	914.20
Bairro Alto	290.14	381.68	487.90
Barreirinha	304.39	367.03	466.27
Batel	1,258.66	1,196.38	2,216.55
Bigorriho	811.90	1,273.40	1,452.05
Boa Vista	471.08	539.84	707.89
Bom Retiro	472.46	638.19	742.97
Boqueirão	266.92	352.40	371.86
Butiatuvinha	258.04	285.27	337.36
Cabral	873.89	1,280.60	1,534.99
Cachoeira	349,82- 4	365.42	381.00
Cajuru	396.60	498.56	541.87
Campina do Siqueira	803.22	845.68	1,104.67
Campo Comprido	386.04	462.84	567.76
Campo de Santana	192.05	244.00	325.52

Capão da Imbuia	512.06	647.65	695.88
Capão Raso	470.58	564.55	682.05
Cascatinha	344.43	380.20	546.11
Caximba	-	-	-
Centro Cívico	982.54	-	-
Centro	1,438.40	1,572.19	2,081.06
CIC	316.12	382.32	496.51
Cristo Rei	737.63	907.58	1,257.93
Fanny	382.97	489.01	673.52
Fazendinha	369.36	495.60	670.75
Ganchinho	131,08-6	329.39	296,70-15
Guabirotuba	518.06	612.25	647.44
Guaira	416.54	601.83	605.42
Hauer	408.23	616.82	719.55
Hugo Lange	681.01	954.90	1,279.89
Jardim Botânico	606.06	746.14	980.23
Jardim das Américas	481.00	574.16	784.86
Jardim Social	483.43	557.42	987.28
Juvevê	851.65	1,148.51	1,416.63
Lamenha Pequena	194,71-4	-	-
Lindóia	428.23	512.77	575.63
Mercês	551.07	803.75	958.30
Mossunguê	385.19	569.34	731.16
Novo Mundo	533.34	648.09	877.33
Orleans	345.11	546.64	599.27
Parolin	479.84	538.00	698.97
Pilarzinho	319.07	435.48	517.44

Pinheirinho	320.59	429.65	527.90
Portão	670.13	763.70	971.04
Prado Velho	669.59	1,061.74	1,054.71
Rebouças	853.74	1,099.27	1,158.13
Riviera	-	-	-
Santa Cândia	270.63	385.92	440.30
Santa Felicidade	350.60	410.81	479.37
Santa Quitéria	442.40	563.04	828.64
Santo Inácio	400.39	503.11	614.53
São Braz	343.51	433.50	525.62
São Francisco	953.97	1,166.37	1,184.25
São João	316.23	344.25	371.65
São Lourenço	494.18	630.20	709.08
São Miguel	-	-	-
Seminário	825.92	876.21	1,062.75
Sítio Cercado	354.92	439.49	581.31
Taboão	135,87-4	306.26	387,37-14
Tarumã	420.02	492.61	667.71
Tatuquara	211.35	269.20	400.91
Tingüi	345.14	498.05	631.19
Uberaba	358.98	451.93	563.15
Umbará	235.92	295.81	353.62
Vila Izabel	934.42	1,066.32	1,252.68
Vista Alegre	392.82	487.30	588.46
Xaxim	379.72	490.25	616.14

Tabela de Preço de Terreno/m² em Curitiba

Fonte: INPESPAR – Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial, 2011